

SOCIOLOGIAS PLURAIS

REVISTA DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA / UFPR

v.2. n.1

fev. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Reitor: Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rogério Andrade Mulinari

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

Vice-diretora: Profa. Dra. Norma da Luz Ferrarini

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Miriam Adelman

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, v. 2, n. 1, fev. 2014.

Semestral

ISSN: 2316-9249

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Carolina Ribeiro Pátaro, Diego Coletti Oliva, Elisa Tkatschuk, Roberto da Silva Jardim, Tabata Larissa Soldan.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandro Trindade (UFPR), Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profa. Dra. Andrea Osório (UFF), Prof. Dr. Angelo José da Silva (UFPR), Prof. Antonio Carlos Richter (FAE e ESIC), Profa. Dra. Benilde Motim (UFPR), Profa. Dra. Cláudia Elisabeth Pozzi (FJAU e FADISC), Prof. Ms. Dinaldo Almendra (UNICENTRO), Prof. Ms. Fagner Carniel (UEM), Prof. Dr. Flávio Sarandy (UFF), Prof. Ms. George Gomes Coutinho (UFF), Prof. Dra. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Profa. Ms. Janaina Matida (Universidad de Girona), Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar), Prof. Dr. José Luiz Cerveira (UFPR), Prof. Dr. José Miguel Rasia (UFPR), Profa. Dra. Jussara R. Araújo (UFPR), Profa. Dra. Larissa Pelúcio (UNESP), Profa. Dra. Leila de Menezes Stein (UNESP), Profa. Dra. Liliane Maria Busato Batista (PUC-PR), Profa. Dra. Luciana Veiga (UFPR), Prof. Dr. Marcelo Santos (UNESP), Prof. Dr. Marcio Oliveira (UFPR), Prof. Dr. Marcos Ferraz (UFGD), Profa. Dra. Maria Aparecida Bridi (UFPR), Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega (UFPR), Profa. Dra. Marlene Tamanini (UFPR), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Profa. Dra. Miriam Adelman (UFPR), Prof. Dr. Mohsine El Ahmadi (Faculté de Droit Cadi Ayyad), Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães (USP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Profa. Ms. Paula Grechinski (UNICENTRO), Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa (UFPR), Dra. Patrícia Branco (Universidade de Coimbra), Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (UFPR), Profa. Dra. Poliana Fabíula Cardozo (UNICENTRO), Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci (UFSCar), Profa. Dra. Rosane Rosa (UFSM), Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (UFU), Profa. Dra. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Valdo José Cavallet (UFPR), Dr. Valério Nitrato Izzo (Università di Nápoli “Federico II”), Profa. Dra. Vania Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr. (UFPR).

APOIO

Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR

FOTO DA CAPA

Elisa Tkatschuk

DESIGN GRÁFICO E WEBMASTER

Carolina Ribeiro Pátaro e Diego Coletti Oliva

ENDEREÇO SOCIOLOGIAS PLURAIS

Coordenação Programa de Pós-graduação em Sociologia
Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, Curitiba - PR

<http://www.sociologiasplurais.ufpr.br/>

Contato: sociologiasplurais@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 1

APRESENTAÇÃO..... 3

ARTIGOS..... 6

COLÔNIA MERGULHÃO: O TURISMO RURAL SOB A ÓTICA DE UMA SOCIOLOGIA RURAL 7

Edson Rodolfo Garrido Motta

INÍCIO OU O COLAPSO DO INFERNO? 25

Igor de Souza Rodrigues

A CONTROVÉRSIA SIMONSEN VERSUS GUDIN SOBRE O PLANEJAMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA 44

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

AS PAREDES FALAM DEMAIS: CORPO, ARQUITETURA E DISCIPLINA NA CONTEMPORANEIDADE 65

Júnior Ratts

DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA SOBRE ORGANIZAÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 92

Rubia de Araujo Ramos

AS TRAMAS DA AMBIGUIDADE: EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA TRAVESTI E ESTRATÉGIAS DE SUBVERSÃO.....109

Tuanny Soeiro Sousa

DETERMINANTES DO SUCESSO EDUCACIONAL: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SUCESSO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE DESVANTAGEM SOCIAL127

Vanessa Gomes de Castro

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL 150

UNRULY WOMEN IN THE PUBLIC SPHERE: LA BARBE ON LE PETIT JOURNAL ...151

Amy E Forrest

ESPAÇO GRADUAÇÃO..... 172

MONOPARENTALIDADE FEMININA

NECESSIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS173

Graciele Alves Babiuk

**O DESCOBRIDOR E REDESCOBRIDOR DO BRASIL NOS ANOS DE 1930: ANÁLISE
DA VISÃO DE GILBERTO FREYRE E SÉRGIO B. DE HOLANDA184**

Juliany Helen das Graças Pinto

ENTREVISTA..... 195

ENTREVISTA VÂNIA PENHA-LOPES196

Carolina Ribeiro e Roberto Jardim

EDITORIAL

Este número é o terceiro com chamada aberta de artigos e temos diversos detalhes novos, como a capa da revista que nesta edição traz a foto da artista Elisa Tkatschuk, que é membro da nossa Comissão Editorial Executiva, também divulgando o trabalho de diversos fotógrafos e deixando a revista mais interativa. Dessa forma, agradecemos primeiramente a artista Elisa Tkatschuk por ceder a imagem de capa, além do diagramador, também membro da revista, Diego Coletti Oliva.

A capa de cor roxa é parte uma proposta da revista de lembrarmos o 08 de março, assim como ressaltar que milhares de mulheres ainda sofrem violência física, psicológica e emocional, e o dia 08 de março serve para dar visibilidade a esses problemas políticos e demandar respeito, o que faz parte, também, de nosso compromisso como pesquisadores/as.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo apoio na empreitada editorial. Ao professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes por ceder a sala de seu grupo de estudos para nossas reuniões quinzenais. Assim como agradecemos a todos/as que fizeram parte da Comissão Editorial Executiva e que, por motivos vários, não continuaram conosco.

Neste número o desafio que se mostrou foi conciliar os recessos de final de ano e todos os compromissos que a revista demanda com menos pessoas do que o previsto, dessa forma este número se mostra como mais uma vitória do comprometimento de todos/as que se mantiveram em movimento, mesmo nas horas de tensão.

Outra estreia que trazemos nessa edição é a entrevista com a professora doutora Vânia Penha-Lopes que gentilmente nos atendeu e que nos rendeu mais de duas horas de boa conversa intelectual, obrigada professora por nos atender com tamanho respeito e atenção.

Agradecemos imensamente aos pareceristas, que mesmo em período de festas e férias toparam fazer os pareceres de artigos para nós com excelentes

discussões teóricas e sugestões analíticas para aqueles/as que nos enviaram seus trabalhos.

Agradecemos também a todos/as os/as autores/as pela submissão de seus artigos, muitas vezes é difícil escolher e selecionar, mas buscamos fazer isto sempre baseados nos pareceres de outros pesquisadores e contemplando os mais diversos assuntos, temáticas e objetos, mantendo nosso caráter de Sociologias Plurais.

Agradecemos, por fim, ao Conselho Editorial que endossa nossa existência enquanto produção acadêmica de qualidade e comprometida com textos produtivos e diversos.

Boa leitura,

Comissão Editorial Executiva

SOCIOLOGIAS PLURAIS

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, Volume 2 – Número 1, publicamos 7 textos na seção Artigos, 2 textos na seção Espaço Graduação, o texto da autora convidada Amy E Forrest e uma entrevista com a professora doutora Vânia Penha-Lopes. Colocaremos aqui breves resumos dos textos para a apreciação dos/as leitores/as.

O primeiro texto da seção Artigos é do autor Edson Rodolfo Garrido Motta, intitulado **“Colônia do mergulhão: o turismo rural sob a ótica de uma sociologia rural”** visa, a partir de um trabalho empírico realizado na Colônia do Mergulhão, no Município de São José dos Pinhás/PR, demonstrar aspectos relevantes da configuração do espaço rural e que estão além do que se apresenta no Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho da Colônia Mergulhão. O autor busca trazer um olhar para além da normatividade conceitual inerente ao turismo rural sob a ótica sociologia. Com isso, ele evidencia que diversos elementos do rural passam a ter papel relevante e que, naturalmente, são visualizados pelos visitantes em Mergulhão.

O texto seguinte é de Igor de Souza Rodrigues, tem como título **“Início ou o colapso do inferno?”** e traz um importante e extremamente atual objeto de pesquisa ao analisar a implantação da primeira penitenciária privada do Brasil, no município de Ribeirão das Neves em Minas Gerais, problematizando a percepção sobre o sistema penitenciário Estatal, e questionando a privatização do mesmo.

O artigo **“A controvérsia Simonsen versus Gudín sobre o planejamento na economia brasileira”** com autoria de Igor Zanoni Constant Carneiro Leão traz o debate entre dois importantes autores da área política e econômica, evidenciando o debate do desenvolvimento econômico brasileiro e as políticas de fortalecimento do Estado como principal agente econômico sob o modelo Keynesiano.

No próximo artigo, do autor Júnior Ratts, intitulado **“As Paredes Falam Demais: Corpo, Arquitetura e Disciplina na Contemporaneidade”**, é feita uma

interessante discussão sobre o controle e a docilização dos corpos por meio da mídia, da arquitetura e dos discursos culturais, resgatando para isso conceitos importantes da Sociologia, da Comunicação e da Semiótica, tomando como objeto de análise a casa e as modelos do programa America's Next Top Model.

O artigo de Rubia de Araujo Ramos intitulado “**Democracia e representação política: uma perspectiva sociológica sobre organização coletiva na sociedade contemporânea**” busca, a partir de uma revisão de literatura, articular as noções centrais como a de democracia e a de sujeitos presentes na produção intelectual de Alain Touraine.

O texto da autora Tuanny Soeiro Sousa tem como título “**As tramas da ambiguidade: experiência identitária travesti e estratégias de subversão**” traz debates entre os conceitos de gênero, sexo, sexualidade a partir da categoria identitária das travestis, com um debate atual e importante para estudos sociológicos e de gênero.

O texto que finaliza a seção Artigos é de Vanessa Gomes de Castro com o artigo intitulado “**Determinantes do sucesso educacional: reflexões teóricas sobre as possibilidades de sucesso escolar em contextos de desvantagem social**”, no qual a autora vai primeiramente problematizar o que pode vir a ser considerado sucesso escolar e posteriormente o vínculo direto deste com a posição social que o indivíduo ocupa, para isso parte de uma revisão bibliográfica rica.

Em seguida, enriquecendo nossa colaboração internacional, trazemos o texto “**Unruly Women in the Public Sphere: La Barbe on Le Petit Journal**” da pesquisadora Amy E. Forrest, da Universidade de Manchester, que analisa a participação de militantes do grupo feminista La Barbe em um programa de televisão francês, e as repercussões de sua atitude política no programa e de sua transgressão das normas de participação esperadas.

O Espaço graduação traz dois artigos com temáticas diferentes e atuais, dando mais uma vez voz e espaço para duas brilhantes autoras:

Graciele Alves Babiuk traz, em seu artigo “**Monoparentalidade feminina: necessidades sociais e políticas públicas**”, um debate sobre questões de

família, gênero, políticas e sociedade, a partir de uma revisão bibliográfica e documental sobre o tema da monoparentalidade das mulheres, explicitando também as relações econômicas e raciais por traz desse debate.

O texto de Juliany Helen das Graças Pinto intitulado “**O descobridor e redescobridor do Brasil nos anos de 1930: análise da visão de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda**”. Neste artigo a autora pretende compreender o que foi o Brasil nos anos de 1930 através dos textos clássicos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, ambos considerados, por José Carlos Reis, o Descobridor e o Redescobridor do Brasil, respectivamente. Ela busca identificar as aproximações e distanciamentos das teses defendidas por cada um dos autores aqui tratados. Por intermédio desta análise, a autora busca inferir que a visão sobre o que era o Brasil na década de 30 para Freyre era contemplativa, de maneira oposta à Holanda, que tinha uma visão mais propositiva.

A entrevista da professora doutora **Vânia Penha-Lopes** encerra essa edição comparando políticas brasileiras e estadunidenses sobre as questões de raça e gênero e a importância central dessas categorias dentro da Sociologia, retomando ideias como as diferenças entre o racismo velado brasileiro e a política separatista estadunidense, a parentalidade e o casamento entre mulheres e homens negros, assim como, a necessidade de uma Sociologia que se mantenha em movimento para articular em sua base a tríade classe-raça-gênero.

Comissão Editorial Executiva

SOCIOLOGIAS PLURAIS

ARTIGOS

COLÔNIA MERGULHÃO

O TURISMO RURAL SOB A ÓTICA DE UMA SOCIOLOGIA RURAL

Edson Rodolfo Garrido Motta¹

RESUMO

As reflexões apresentadas decorrem do trabalho de campo junto a Colônia Mergulhão e seu Circuito de Turismo Rural de São José dos Pinhais conhecido como Caminho do Vinho. Nesse sentido, este artigo visou trazer um olhar para além da normatividade conceitual inerente ao turismo rural sob a ótica sociologia e, com isso, diversos elementos do rural passam a ter papel relevante e que, naturalmente, são visualizados pelos visitantes em Mergulhão. O caminho metodológico se deu por meio de observação participante e notas de campo. Como resultado, percebemos que a Colônia Mergulhão não está representada apenas pelo seu circuito de turismo rural, mas por sua imutabilidade e pela sua capacidade de reinvenção diante da complexidade da própria modernidade.

Palavras – chave: Turismo Rural, História, Configuração do Espaço Rural.

ABSTRACT

The reflections presented derive from fieldwork at the Mergulhão Camp and its Rural Tourism Circuit in São José dos Pinhais known as the Wine Path. Therefore, this article aimed at bringing a look beyond the conceptual rules inherent to rural tourism from the sociology point of view, and with it, several elements of the rural tourism setting start to have a crucial role and, naturally, are viewed by visitors at Mergulhão Camp. The methodological approach was through participant observation and field notes. As a result, we realized that the Mergulhão Cologne is not only represented by its rural tourism circuit, but by its immutability and its ability to reinvent itself in the face of the complexity of its own modernity.

Keywords: Rural Tourism, History, Rural Set.

1 Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR. E-mail: edamb08@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar aspectos relevantes da configuração do espaço rural e que estão além do que se apresenta no Circuito de Turismo Rural² Caminho do Vinho da Colônia Mergulhão, no município de São José dos Pinhais/PR. Com isso, a Colônia Mergulhão é o objeto de pesquisa pela sua peculiaridade de conformação histórica, proximidade com grande centro urbano, ao sua persistência agrícola tem contribuído para um olhar sobre uma ruralidade que não está “engessada” à normatividade conceitual do turismo rural. Para a realização da análise desse processo trabalhamos com os dados empíricos pautados em muitas observações em todo o espaço rural que pertence ao objeto estudado.

Ao tomarmos por base a perspectiva normativa conceitual do turismo rural à luz do resgate dos valores da tradição e da cultura local e dos possíveis benefícios econômicos, certamente, estaremos deixando de levar em conta a diversidade de aspectos que demonstram a capacidade de ressignificação e transição diante de uma “pretensa” urbanização do campo.

Para referendar a discussão e a análise, metodologicamente a pesquisa se balizou na observação participante e notas de campo. Complementadas com o recurso de fontes primária e secundária. O recurso de algumas imagens auxilia na percepção do que pensamos sobre essa outra configuração do rural que se apresenta na Colônia Mergulhão. Por fim, este trabalho está dividido em quatro seções: a primeira trata brevemente da formação conceitual do Turismo Rural a segunda traz um breve panorama histórico da Colônia Mergulhão e do respectivo circuito; no terceiro uma análise da configuração do espaço rural de Mergulhão; e por último as considerações finais.

2 O entendimento de Circuito de Turismo Rural neste trabalho também se utilizou de seu abreviamento Citur.

TURISMO RURAL: A PERSPECTIVA CONCEITUAL

O Turismo Rural é um segmento que se fortalece na medida em que se contrapõe ao “clássico” e “saturado” turismo de sol e praia. A procura por lugares com menor aglomeração, do contato íntimo com a natureza, de acomodações simples, porém confortáveis, acrescidas de melhorias na infraestrutura de acesso e da valorização histórico-cultural, potencializam condições de inserção e de crescimento deste segmento.

O Turismo Rural no Brasil apresenta dificuldade de definição³ em virtude da dificuldade de consensos, da gama de diversificações decorrentes da atividade e de sua conseqüente especialização. Com isso, o turismo rural acaba por ser uma atividade geral no espaço rural, ou muitas vezes visto, como sinônimo de segmentações como o agroturismo, o ecoturismo e o turismo de aventura. Isso é constatado nas abrangentes, estapafúrdias e insatisfatórias definições apresentadas por um órgão governamental, a EMBRATUR ao definir que o:

Turismo rural tem um conceito múltiplo, um turismo diferente, um turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. É o turismo “do país”, um turismo concebido por e com os habitantes desse “País”, um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas. (EMBRATUR, 1994, p.71).

Para simplificar esta questão conceitual, Silva & Campanhola considera que:

Turismo rural está relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo além do agroturismo, outras atividades não relacionadas a propriedades agropecuárias produtivas, ou com produção agropecuária. (SILVA; CAMPANHOLA, 2000, p.148).

3 Para saber mais sobre a diversidade conceitual de Turismo Rural ver mais na dissertação Turismo no Espaço Rural: As transformações socioambientais no Caminho do Vinho em São José dos Pinhais/PR, UFPR, 2013.

Em conceituação elaborada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em conjunto com o Ministério do Turismo (2003), o turismo rural é definido como:

[...] conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, s. p.).

No sentido de nortear o turismo rural o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário com a participação do MTur – Ministério do Turismo, em 2004 foi instituído o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Este programa contou com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar-REDE TRAF, uma rede constituída na articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, de técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades de turismo rural. De acordo com o referido programa, se definiu o conceito de turismo rural na agricultura familiar como:

A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar, e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (MDA, 2004, p.5).

O anseio da sociedade urbana pelo contato com o ambiente rural e natural, agregado ao fator cultural, indubitavelmente, engendram trocas de experiências que podem sensibilizar para a revitalização do meio rural e do meio urbano, porém tem que se ter em conta as consequências que a aproximação entre indivíduos do meio urbano e do meio rural desencadeia na configuração social, principalmente, nas normas e valores dos modos de vida de quem vive no campo.

Ainda nesse sentido, em palestra realizada no I Encontro Regional de Turismo Rural no Paraná, em 17 de abril de 2001, no Município de Colombo/PR, o então Presidente da ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural, Renato Bravo enfatizou que a prática do turismo rural deve estar intimamente ao cotidiano do homem do campo e que para ser verdadeiramente rural, tem que “ter

comprometimento com a produção agropecuária” e que não sendo atendida tal condicionalidade, não se poderia considerar turismo rural.

Para, além disso, já se denota que o pragmatismo e a superficialidade conceitual deixa de aprofundar as consequências atinentes a aproximação entre indivíduos do rural e do urbano, da significação do rompimento da fronteira entre o espaço rural e meio urbano, e o que a constituição de tal relação tem propiciando ao conjunto de atores envolvidos nessa dinâmica imbricada na diversidade de interesses e expectativas. Nesse sentido WANDERLEY (2004) vê o espaço rural como um espaço de vida que se constitui em:

um lugar de vida de trabalho; a principal referência, neste caso, é aos agricultores familiares e aos trabalhadores rurais ainda residentes no campo. Mas é preciso também levar em conta, os que “passam” pelo meio rural, deixando sua marca, especialmente, os turistas e os chamados residentes secundários; outros agentes que, mesmo sem residir no campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que tem como lócus o meio rural, entre os quais assumem especial peso: os proprietários de terras e proprietários rurais; as agroindústrias, o Estado- visto aqui, sobretudo, através de suas políticas para a agricultura e meio rural, de seus representantes, agentes e instituições de serviços diversos e de suas instâncias de poder local (WANDERLEY, 2004, p.96).

Diante desta perspectiva que o olhar sociológico tem buscado contribuir para elencar e pensar como a gama de elementos que compõe e influenciam o espaço rural da Colônia Mergulhão, tendendo, com isso, a redimensionar a percepção dos visitantes a esse local.

HISTÓRICO DA COLÔNIA MERGULHÃO

Não se sabe com exatidão quando as terras da Colônia Mergulhão⁴ foram adquiridas e divididas entre imigrantes italianos e poloneses, mas, acredita-se que deva ter sido, aproximadamente, ao final do século XIX, resultado de uma política

4 A Colônia Mergulhão pertence ao Município de São José dos Pinhais/PR. São José dos Pinhais além de fazer parte da Região Metropolitana de Curitiba é o sexto município do Estado do Paraná e um dos maiores em extensão territorial. Em termos populacionais é a segunda na região metropolitana de Curitiba com 264.210 habitantes de acordo com o último censo do IBGE (2010), sendo que deste total, 236.895(hab.) concentram-se na área urbana e 27.315 estão na área rural.

pública de colonização para as áreas rurais da região. Esta colônia recebeu pessoas de colônias próximas- como a Murici, e de famílias que vieram diretamente da Europa. Entre os imigrantes que se fixaram e dividiram as terras estão os italianos e poloneses. Atualmente as propriedades, chácaras e estabelecimentos comerciais, em sua maioria, são identificados pelos sobre nomes das famílias imigrantes.

Marochi em sua pesquisa histórica sobre a colônia Mergulhão conta que os italianos em sua maioria eram provenientes de regiões agrícolas do país de origem, e que já tinham a concepção de produzir diversos produtos em pequenas áreas, e ao chegar ao Brasil deram sequência às atividades que já eram conhecidas precedentemente. Tanto italianos como poloneses praticavam a policultura - plantavam milho, feijão, mandioca, batata-doce, mandioca, diversos legumes, assim como, diferentes animais – vacas leiteiras, aves e porcos. Os italianos iniciaram a cultivar seus parreirais aonde as primeiras mudas vieram diretamente de seu país.

A produção era basicamente de subsistência, e só se vendia um pouco do excedente para adquirir dinheiro para comprar o que não era possível produzir na propriedade. A comercialização com as pessoas que vinham da Capital eram baseadas nas relações pessoais e de confiança. Como consequência dessa relação o trabalho assalariado para os mais jovens se amplia na região.

Ao longo de sua história, na Colônia Mergulhão entre a década de 1970 e 1980 a produção agropecuária foi a atividade que teve o apoio via extensão rural e financiamento público com a finalidade de modernizar o processo de produção de leite, e por meio do associativismo, oportunizar a compra de máquinas para a lavoura. Nessa época Ferreira e Corona contam que "mediante a ação cooperativista e, por vezes, da ACARPA (hoje EMATER), que ocorriam cursos de aperfeiçoamento e o estímulo ao envio dos filhos para cursos em outros locais onde a produção de leite era mais moderna [...]" (CORONA; FERREIRA, 2012, p.128).

Esse período foi marcado pela prosperidade das famílias e pelo investimento do poder público em infraestrutura como luz elétrica, melhoria das estradas, que por sua vez, aproximou a Colônia Muricy, sendo esta, o núcleo de saúde e educação para ambas as colônias (CORONA; FERREIRA, 2012).

Junto a essa característica produtiva, algumas famílias atuaram com serraria, olaria, moinho de fubá, trigo, cereais, mercearia, casa de “Secos e Molhados” e produção e incipiente comércio de vinho. Em meados de 1980, segundo Queiroga (2003) a produção de leite na Colônia Mergulhão entrou em crise devido ao aumento de custo de produção e da redução do preço pago por litro de leite.

Tal crise redirecionou e intensificou a produção de olerícolas e de vinho na comunidade. Queiroga (2012, p.75) afirma que “desde a década de 1980, a quantidade de uva produzida nos parreirais existentes na comunidade já era insuficiente para a fabricação do montante de vinho comercializado”.

A partir da década de 1990 a característica do sistema agrário na Colônia Mergulhão direcionou para a produção de vinho, leite e derivados e olerícolas. Congruente a essa dinâmica, na referente década, tem-se a presença de forte investimento industrial no Município de São José dos Pinhais, o que acarretou em uma ocupação de uma variedade de médias e grandes empresas, praticamente, tangenciando a Colônia Mergulhão. De acordo com Lopes et.al(s/d) a criação do “Distrito industrial atraiu uma acelerada ocupação imobiliária, tanto de nível popular como de chácaras”. O rápido crescimento do Distrito industrial apresentou sérios problemas de impacto ambiental como lançamento de esgoto no rio Pequeno⁵sem tratamento. Foi a partir dessa nova dinâmica que se estabelece uma mudança que afeta diretamente a Colônia Mergulhão no que tange à agricultura. A respeito dessa reorganização produtiva Queiroga (2012) retrata esse panorama conforme o quadro a seguir:

5 A Colônia Mergulhão encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio Pequeno, que de acordo com Lopes et.al(s/d). este Rio é protegido ambientalmente pelo Decreto Estadual nº1752/96 – que institui a APA na área de manancial da bacia hidrográfica do Rio Pequeno, denominada APA Estadual do Pequeno., localizada no município de São José dos Pinhais, com área aproximada de 6.200,00 há.

QUADRO 1 - DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO DA COMUNIDADE DE MERGULHÃO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – de 1990 a 2004

Caracterização Sistema Agrário Período	Oleícolas, uvas-vinho/derivado e leite 1990 a 2004
Ecosistema Cultivado	Redução de pastagens e aumento de cultivos agrícolas
Meios de Produção: Instrumentos de produção, cultivos agrícolas e animais domésticos	Máquinas e implementos agrícolas. Oleícolas, uva, leite e peixe, grãos (milho e feijão)
Força de trabalho	Mão de obra familiar
Modos de artificialização do meio	Uso de adubos químicos e agrotóxicos. Construção de tanques e represas
Divisão social do trabalho	Agricultura, agroindústria, vinho e derivados, pecuária leiteira e Atividades de turismo
Excedente agrícola; relações de troca	Comercio com Nutritional S.A., CEASA, mercados, laticínios, e consumidores de Oleícolas, leite e vinho
Condicionantes de transição para sistema agrário seguinte	Aumento de demanda por produtos coloniais e atividades de turismo rural

FONTE: Queiroga, 2012.

Nesse período, o espaço rural da Colônia Mergulhão ainda resguardava uma ruralidade com características do passado e da “inércia”, sem calçamento, as estradas de “chão batido”, não havia presença de grande circulação de pessoas e de automóveis, a agricultura e a visualização dos parreirais eram marcas contundentes da paisagem local.

Com o reconhecimento dessas características que a partir do incentivo do PNMT⁶ surgiu ao final de 90 do século XX a proposta de projeto de criação do Circuito de Turismo Rural Caminho do Vinho na Colônia Mergulhão, com o escopo no resgate cultural e de complementação renda para os atores sociais locais.

6 PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NA COLÔNIA MERGULHÃO

Do ponto de vista da sociologia rural a compreensão da realidade da dinâmica do desenvolvimento no espaço rural da Colônia Mergulhão não está imbricada apenas a trama social e socioeconômica local, mas, sobretudo, ao conjunto qualitativo da relação intrínseca do homem e a natureza.

O espaço rural exposto aqui, de forma sintética, se direciona de acordo com as perspectivas propostas por Wanderley (2001), em que a autora, acredita ser possível pensar o espaço rural em dupla face. “Em primeiro lugar um espaço físico diferenciado” com referências a construção social, ocupação territorial, estrutura material e as condições de uso da terra, dos recursos naturais, das paisagens naturais e construídas das relações campo-cidade. “Em segundo lugar, enquanto lugar de vida”, das relações de parentesco e de vizinhança, ou seja, das coletividades rurais de onde se vê e se vive o mundo.

Ainda que dentro do Circuito de Turismo Rural da Colônia Mergulhão a presença do contato dos visitantes com a natureza se denote entre alguns empreendimentos que integram o mesmo, é inexorável levar em conta a existência e desenvolvimento de uma incipiente agricultura orgânica, conjugada, à permanência da agricultura convencional que representa o modelo produtivista pautada no uso de insumos industrializados e que objetiva atender a complexa imposição econômica de mercado.

Atrelada a este quadro agrícola, o rural no Mergulhão apresenta, também, uma diversidade de paisagens, de outras ações antrópicas como as melhorias estruturais (sinalização, luz e parte de vias de acesso), mas que, sobretudo, se sobressai pela arquitetura contemporânea das residências permanente ou secundárias, assim como, pela arquitetura colonial que resiste ao processo de modernização. Por mais que estes elementos não estejam presentes diretamente no Circuito de Turismo Rural, o fato de permear e promover o contato com um espaço rural não prioritariamente produtivo incide em um olhar para outra ruralidade.

Nesse sentido é que permite pensarmos a existência de um turismo rural que oportuniza um contato com o cotidiano de vida dos atores locais, com ambiente e natureza local como esta demonstrada nas **figuras (1 e 2)**.

FIGURA 1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA



FONTE: O autor (2012).

FIGURA 2 - PAISAGEM DA PRODUÇÃO RURAL



FONTE: O autor (2012).

Tais imagens contrapõem à dinâmica determinante proveniente de autores que vêem o fim do rural (Silva, 1997) como consequência do processo de urbanização do meio rural. A presença da agricultura permite acreditar que esta atividade na Colônia Mergulhão está longe de sua extinção. O trabalho singular do agricultor na sua lavoura dá lugar à percepção contemplativa desse modo de vida ao visitante que circula pelos diferentes cenários que possui Mergulhão.

Atualmente persiste às produções agrícolas diversificadas, com a presença de morangos, do milho, da diversidade de verduras e de pequenas roças, que, por sua vez, constituem em elementos que incitam a outro tipo de circuito. Um circuito de uma sociabilidade ligada à terra que, indiretamente, reflete na paisagem do espaço rural. Perante esse panorama a perspectiva de uma visão urbanizada e homogeneizador dominante sobre o rural, ainda, não se efetiva na realidade da Colônia.

É notável observar na figura abaixo, como o sistema tradicional de criação de animais constitui outro aspecto de representação do rural. A pequena criação remete as formas de subsistência do pequeno produtor, em que o leite, a carne, a lã, o couro, são a constatação de uma possível relação de trocas não apenas econômicas, mas simbólicas para que tem a oportunidade de se por em contato tal ambiente. Esse simbólico condiz tanto para o agricultor que resguarda a identidade rural, quanto ao visitante que tem a oportunidade de conhecer o estilo de vida rural.

FIGURA 3 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS



FONTE: O autor (2012).

Outro fator relacionado ao processo produtivo animal em Mergulhão se refere a sua própria ruptura, pois no fim do século XX havia e persistia a criação de gado para produção e comercialização de leite. Já no início do corrente século tal atividade não se constitui como um ativo para conformar renda para o pequeno agricultor. Agora a produção está voltada para derivados de leite como o queijo. Para Brandenburg; Souza (2012, p.282) estamos diante de “uma agricultura e a um espaço rural capaz de constituir sistemas produtivos ou adotar estratégias que permitem tirar proveito da diversidade de demandas que o meio urbano lhe coloca”.

Seguindo este quadro contextual, na Colônia Mergulhão a inserção de empresas agroindustriais dentro de espaço rural pode-se considerar incipiente. A figura abaixo traduz não a oposição dicotômica do urbano ao rural, e sim, de um lado da rua a construção industrial e do outro lado, o ambiente rural.

FIGURA 4 - COMPOSIÇÃO AGROINDÚSTRIA NO ESPAÇO RURAL



FONTE: O autor (2012).

Ao percorrer o Circuito de Turismo Rural da Colônia Mergulhão só há uma agroindústria que chama atenção pela imponência de sua estrutura. Talvez por ser a única em tal espaço é passível pensar que sua interação e composição visual não se sobreponham à área que abrange a Colônia, porém a predominância do tamanho da edificação já denota os custos que sua construção e permanência têm engendrado à natureza – corte de árvores nativas e poluição do ar - no espaço de vida local.

Diante desse cenário o visitante tem a condição de perceber as diferenças entre uma criação artificial humana que está de um lado da estrada, e o desenvolvimento do ambiente natural do outro. Essa conformação do espaço rural condiz com o pensamento de Wanderley (2009, p.214) quando a autora versa que “no espaço rural diversificado, em que se tornou o meio rural, em cuja paisagem convivem indústrias, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença destes diversos grupos sociais pode ser um fator de dinamismo ou uma fonte de conflito”.

Segundo os dados obtidos por meio de conversas informais, a relação da agroindústria em Mergulhão é tida mais como uma dinâmica de apropriação e de transformação do espaço rural do que conflituosa.

A dinâmica de lenta, entretanto, de gradativa transformação desse espaço se deve ao menos duas condicionantes implícitas. O primeiro fator decorre de o local estar em uma área de preservação ambiental (APA) e que, com isso, gera entraves para a profusão de indústrias na região. O segundo fator se dá pela presença de pequenos lotes de terras disponíveis para compra e venda. Percorrendo a Colônia Mergulhão percebe-se que o repartimento dessas terras se deve às heranças das famílias locais.

Ao mesmo tempo em delimitação do espaço rural da Colônia Mergulhão vem resistindo ao processo de industrialização de seu território, há uma tendência de se incentivar, indiretamente, a vinda de pessoas que venham adquirir esses pequenos loteamentos que, por sua vez, podem ser destinadas a novos empreendimentos, chácaras ou, simplesmente, a residência secundária. Partindo desse pressuposto, que segundo Wanderley (2009, p. 219) alguns estudiosos tem chamado a atenção para a importância crescente da classe média de origem urbana no meio rural. “Esta constrói um discurso próprio sobre ruralidade, tendo como base uma “visão idílica” do meio rural – contato com a natureza e a participação na vida comunitária – que o transforma em um “espaço de amenidades””.

Evidentemente, que a transformação do meio rural, em Mergulhão, perante essa dinâmica vai se tornando cada vez mais heterogênea, constituinte das relações entre o urbano e o rural, do moderno e o tradicional. Como se pode observar na figura a seguir, o efeito da modernização nos últimos anos se apresenta pelas condições de acesso, de iluminação, de moradia e pelo novo cercado que demarca a propriedade de um empreendedor do Circuito de Turismo Rural do Caminho do Vinho. É interessante observar que o heterogêneo se representa, de acordo com a figura, no meio de transporte que preserva uma característica de um pretérito- o uso de tração animal. O uso do cavalo entre os

atores locais (neste caso, normalmente, são os de filhos de produtores rurais que mantêm esse hábito) ainda é utilizado para locomoção de curtas distâncias. São tais situações que rebatem o olhar sobre o rural como algo “engessado” ou “imutável”, e que as consequentes ressignificações reafirmam o “rural” acima de tudo como categoria histórica e que se reinventa.

FIGURA 5 - ARTICULAÇÃO ENTRE O PASSADO E O MODERNO



FONTE: O autor (2012).

A vista retratada nas figuras que percorre o Mergulhão em seu espaço entendido como “rural” traz à luz um ambiente natural diverso onde a visão panorâmica do local há o predomínio de mata de araucárias, que ao mesmo tempo, contrasta com árvores exóticas e os pequenos roçados. Outro detalhe significativo está na possibilidade de perceber como o Rio Pequeno e, sua água sedimentada, corta transversalmente a Colônia Mergulhão. Os sons das águas, das aves e de outros pequenos animais que conformam o ecossistema local integram um repertório que se conjuga ao universo cultural que constrói esse ambiente rural.

A pluralidade material e imaterial via identidade cultural, ambiental e até mesmo econômica vai além da restrição objetiva proposta dentro do Circuito de

Turismo Rural da Colônia Mergulhão. É nesse quadro que esta localidade se distingue em sua ruralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da dimensão normativa e reducionista conceitual do turismo rural, sob o viés de uma sociologia rural, demonstramos que a circulação de pessoas no espaço rural da Colônia Mergulhão promove, indubitavelmente, o contato com os modos de vida, com a natureza, diversidade paisagística, a junção entre a realidade pretérita e o moderno, e que não estão ligados, apenas, ao circuito de turismo rural.

O espaço rural de Mergulhão não é imutável, está em processo de reinvenção. Os anseios por infraestrutura, não tem afetado apenas determinados grupos e atores, mas toda a complexidade que está contida no espaço rural. O processo de desenvolvimento social e das condições de vida da localidade não significa o fim do rural. Quando, novamente, se discute as melhorias de acesso, o asfaltamento, a sinalização, não se constitui no fim ou urbanização do rural. Pelo contrário, a melhoria de tais condições pode vir a reforçar a identidade daqueles que preservam seu modo de vida. Nesse sentido cabe refletir o efeito multiplicador que as boas condições de estradas e ruas podem significar ao produtor rural e demais atores sociais locais. Certamente haverá a baixa nos custos de manutenção de transporte, agilidade em escoamento da produção se traduz em menos perdas produtivas, baixa nos custos de produção. Por outro lado essas mesmas facilidades podem ser alvo de atores que gostariam de ter contato com esse espaço de vida.

Talvez seja nesse espaço que o visitante tenha a real possibilidade de observar como as imponentes das construções artificiais antrópicas se diferem, concretamente, da criação dos elementos que compõe o ambiente natural.

A Colônia Mergulhão apresenta uma trama social espacial que consagra a nova ruralidade. A reinvenção do rural, também, se apresenta na incipiente

agricultura orgânica em um espaço que sempre foi destinado a produção agrícola com uso de agrotóxicos, na diversidade produtiva agrícola que gera a uma variedade de cores sobre a terra, na reflexividade voltada a preservação da mata virgem. Somando a tudo isso encontramos na pequena criação de animais o resquício simbólico e da história do próprio Mergulhão.

Por fim, mesmo Mergulhão estando tão próxima a um grande centro urbano, a somatória de elementos que, ainda, caracterizam o modo de vida rural, a persistência e, até mesmo, sua resistência em não sucumbir, totalmente, à pressão “urbana”, evidenciam, que o “fim do rural” não se conformará em breve espaço de tempo.

REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, A.; SOUZA, O.T. Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A.D.D. (et.al.), (orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 255-314.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário- MDA. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes e metas e programas 2003-2007**. 2.ed. Brasília.2003.

CORONA, H.M.P.; FERREIRA, A.D.D. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. **Do rural invisível ao rural que se reconhece**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 109 – 174.

EMBRATUR. **Manual operacional do turismo rural**. Brasília: Embratur, 2004. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em 11 jul. 2012.

MAROCHI. M. A. **Imigrantes 1870-1950**: Os Europeus em São José dos Pinhais. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

MOTTA, E.R.G. **Turismo no Espaço Rural: As transformações socioambientais no Caminho do Vinho em São José dos Pinhais/PR**, 2013, f,132. Dissertação de Mestrado, Curitiba; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2013.

QUEIROGA, J.L. Sistemas Agrários: expressão e estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. **Do rural invisível ao rural que se reconhece**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 53 – 108.

SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**, v.7,n.1, p.43-81, 1997.

SILVA, J.G.; CAMPANHOLA, C. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. BAURU: Edusc, 2000. p. 145-179.

WANDERLEY, M.N.B. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Campina Grande, v.23, nº 01 e 02, Jan- Dezembro, 2004. Disponível em:
<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf>. Acesso em 10 nov. 2012.

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.

INÍCIO OU O COLAPSO DO INFERNO?

Igor de Souza Rodrigues⁷

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar a criação do primeiro complexo penitenciário do Brasil construído e administrado por empresas particulares, o Complexo Penitenciário Ribeirão das Neves, instituído no estado de Minas Gerais. Enquanto tal, atesta para a vital necessidade de se contextualizar a discussão em meio a mudanças ocorridas, principalmente, na segunda metade do Século XX, onde o estado de bem-estar social vai, aos poucos, cedendo lugar ao estado penal. Assim, busca-se fazer uma análise crítica da forma liberal e conservadora com o qual o tema é tratado, na expressão em nível ótimo “a cadeia é um inferno”, não para diminuir o estado penal, mas justamente ao contrário, para aumentá-lo.

Palavras-chave: Prisões privada. Neoliberalismo. “Mercantilização” da segurança. Estado penal.

ABSTRACT

This work aims to address the creation of Brazil's first prison complex built and run by private companies, the Penitentiary Ribeirão das Neves, instituted in the state of Minas Gerais. As such, attests to the vital need to contextualize the discussion in the midst of changes, especially in the second half of the twentieth century, where the state of Social Welfare will gradually giving way to the state prosecution. Thus, it seeks to make a critical analysis of liberal and conservative manner with which the subject is treated in the optimal expression "jail is hell", not to diminish the criminal state, but just the opposite, to enlarge it.

Keywords: Private Prisons. Neoliberalism. "Commodification" of safety. Criminal State.

INTRODUÇÃO

Há rios de tinta retratando a prisão brasileira como um filme de terror, um verdadeiro inferno, como faz Luiz Francisco Carvalho Filho (2002). Nesse tipo de

7 Mestrando e bolsista Capes - DS pelo Programa da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (2013); Advogado, graduado em Direito pelo Instituto Vianna Júnior (2008-2013); Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009-2013); Editor-chefe da Revista Eletrônica Investidura (2012-2013), tem experiência na área de criminologia, com ênfase em processos de rotulação e estigma.

pensamento “o inferno não é embaixo da terra; o inferno é o presídio”. O problema que gostaríamos de chamar atenção não está na representação em si da prisão como um inferno, mas em suas consequências conservadoras que aparecem quando essa contestação serve como argumento “pseudo-humanitário” [e, portanto, mais difícil de ser enxergado e combatido] para afirmá-la enquanto uma instituição essencial ao controle⁸ e na repressão dos grupos considerados perigosos e perturbadores.

O discurso mais constantemente repetido nos jornais e mesmo no debate intelectual brasileiro reclama pouca vigilância, controle, precariedade das condições estruturais, ociosidade e regalia dada aos presos, entre outras coisas, sobretudo, como sustentáculo de um discurso mais punitivo, de um estado “menos social e mais repressivo”. É o que se observa, por exemplo, em uma reportagem publicada pela Revista Veja que divulgou com destaque a experiência do primeiro complexo penitenciário Brasil construído e administrado por empresas particulares, proposto pelo ex-governador do estado de Minas Gerais e então senador da República Aécio Neves, e pelo seu sucessor ao governo do estado Antônio Anastasia, construído na cidade de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. No artigo, intitulado “*É exceção, mas deveria ser regra*” o complexo prisional é tido como “exemplo a ser seguido” e “um primor”.

Na solenidade de inauguração do complexo prisional, o senador Aécio Neves comentou que o processo se iniciou há alguns anos, quando ainda era governador do estado. Segundo ele, muitos não acreditavam na possibilidade de o setor privado participar desse esforço e foram radicalmente contrários. “Nós estamos aqui dando uma importante contribuição para que o Brasil vire a página daquilo que o ministro da Justiça chamou de cadeias medievais como regra hoje para as cadeias públicas, para as penitenciárias públicas.”

Diante disso, o objetivo é discutir este “novo modelo prisional”, enquanto algo inserido em uma dimensão maior: o controle como instrumento político e a

8 Por controle, Stanley Cohen, entende, “um conjunto de meios pelos quais uma sociedade responde aos indivíduos ou grupos sociais que, de alguma maneira, colocam em risco a ordem estabelecida.” (COHEN apud DORNELLES, 2003, p. 21)

relação entre a assimetria de poder e o controle, cuja dimensão é atravessada pela invisível luta de classes no Brasil. Discutir tal problema implica pensar principalmente nas mudanças sofridas na segunda metade do Século XX: o engendro do neoliberalismo, de novas tecnologias e de um estado menos social e mais penal.

Não é a primeira vez que tratamos dos temas quem envolvem essa discussão. No ano de 2011, ainda durante a graduação do curso de sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora, começamos a nos interessar por temas como o crime, drogas, desvio, rótulos, estigma e identidades sociais. Tanto é assim, que buscamos levar um pouco de sociologia ao direito, curso que fazíamos paralelamente. Na monografia do curso de direito discutimos a dinâmica de forças da rotulação, buscando entender como essa força é formada e como ela opera. Interessados pelo assunto, no ano de 2012, em um trabalho intitulado “*A rua por seu morador*”, orientado pela professora Beatriz de Basto Teixeira, do departamento de sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, estudamos a socialização do morador de rua e a interação com o espaço urbano – como a noção de segurança e do medo, por exemplo, estavam atreladas à exposição e a visibilidade que o morador de rua estava submetido, principalmente enquanto dormia. Em seguida, na monografia do curso de sociologia, intitulada “*O ser bandido*”, orientada pelo professor Jessé Souza, abordamos a relação identidade e controle social, isto é, como o “ser bandido” não é um indivíduo que praticou crimes, mas uma identidade social representada enquanto tal.

A construção teórica e metodológica está envolta dessas experiências anteriores, mas, em termos inaugurais, discutiremos o primeiro complexo penitenciário do Brasil construído e administrado por empresas particulares, proposto como um “novo modelo prisional inspirado no inglês”, dentro de uma perspectiva crítica e contextualizada, que não o trate como algo descolado da vida social e dos pressupostos que o animam.

É uma questão relevante dada à tendência crescente de implementação deste tipo particular de prisão e, mais do que isso, de gestão de parte do controle

penal. Segundo Julita Lemgruber, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato, publicada no dia 05 de fevereiro de 2013, nós vamos enfrentar um tsunami. Isso vai invadir o país. São Paulo vai entrar para esse caminho. Pernambuco já entrou, Ceará já entrou, tem vários estados já. Lemgruber afirma que a curto-prazo é muito atraente, mas implica numa série de problemas em longo prazo.

A forma que abordaremos a criação do presídio em questão não se restringe a seu modelo de funcionamento, embora esse fator tenha grande relevância na análise e esteja contido na discussão. O ponto principal é entender como e porque a o crime e a violência são tratados como problema de segurança e não qualquer outro, e porque a segurança pública tem sido demonizada com intento de seu aumento, transformando, ideologicamente, interesses particulares em interesses gerais.

1 O COMPLEXO PRISONAL RIBEIRÃO DAS NEVES

O Complexo Penitenciário Ribeirão das Neves entrou em funcionamento dia 18 de janeiro de 2013, na Região Metropolitana de Minas Gerais. Ribeirão das Neves tem cerca de 300 mil habitantes e sua população tem grande vínculo com a capital Belo Horizonte, dado à proximidade das cidades. Atualmente a cidade tem mais de 5 mil presos, Ribeirão das Neves abriga 10% de toda a população carcerária do estado de Minas Gerais (51.958 encarcerados de acordo com dados do Infopen, do Ministério da Justiça (ref. 12/2012). No entanto, com a chegada de mais presos para o novo complexo, esse número aumentará significativamente. Esta é a sexta unidade prisional do município. Sem contarmos o aumento populacional com chegada da família dos presos, e outras pessoas que chegam na cidade.

O Grupo ganhador da licitação, Gestores Prisionais Associados (GPA: CCI Construções, Construtora Augusto Velloso, Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda., N.F Motta Construções e Comércio e Instituto Nacional de Administração Prisional), é responsável pela construção e gestão da penitenciária

e se dispôs ao investimento de 280 milhões de reais; em contrapartida o estado paga ao consórcio administrador um valor por detento, que varia de acordo com o cumprimento das metas, em média, 2.100 reais por preso, a cada mês, nos próximos 27 anos. O grupo gestor terá de cumprir um conjunto de 380 indicadores de desempenho definidos pelo governo do estado, dentre eles metas para impedimentos de fugas, motins ou rebeliões. Caso algum dos indicadores não atinja o objetivo, há desconto no repasse de verbas previsto.

Três grupos de servidores ficam responsáveis pela segurança e movimentação dos presos. Um deles vai agir em situações de conflito dentro das unidades, disponível 24 horas, outro será responsável por atividades de segurança (externa, muralhas, portaria, escoltas dos sentenciados e intervenção em caso de necessidade) e o terceiro cuidará do monitoramento interno dos detentos.

2 MUDANÇAS SOCIAIS

O controle social e os instrumentos de controle, inclusive a prisão, sofreram grandes mudanças a partir do pós-guerra. Houve uma “virada histórica no controle do crime” (GARLAND, 2008, p.182), “uma reconstrução de todo o campo do controle” (*idem*), decorrentes da alteração na dinâmica da produção capitalista e das trocas mercantis e os correspondentes avanços tecnológicos, da reestruturação da família, de mudanças no espaço urbano e na configuração das cidades, do crescimento das mídias de massa e meios eletrônicos.

Esse processo de mudança não pode ser tomado como mera “coincidência” ou uma “configuração aleatória”, ele está contido dentro da própria transformação da vida social. Entender como esse processo está associado a um conjunto de variações econômicas, políticas e sociais: “uma combinação do 'neoliberalismo' – de livre mercado com conservadorismo social” (GARLAND, 2008) – se faz importante para compreender essa nova ordem do controle, inclusive da prisão.

A constituição do estado previdencialista se deu principalmente com os problemas sociais advindos da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão. O Estado americano, por exemplo, que vinha adotando políticas liberais, viu-se obrigado a conter a desregulação do mercado e intervir na economia. [Franklin Roosevelt](#) lançou o plano *New Deal*, investimentos, principalmente públicos, e medidas visando minimizar os efeitos da crise que assolava todo país. No Brasil, apesar da inexistência de um típico Estado de bem-estar social, houve, a partir dos anos 30, sobretudo no primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas, políticas sociais atinentes e coadunantes com as do *welfare state*, que impossibilitam pensar o Brasil como uma exceção a este contexto.

Décadas mais tarde, com a crise do petróleo, as políticas previdenciárias destinadas aos pobres e excluídos foram paulatinamente sendo “consideradas luxos onerosos” (GARLAND, 2008, p. 182). As políticas dos anos 80 em diante foram pensadas não mais a partir do previdencialismo, muito pelo contrário, entendia-se que os problemas não só não foram solucionados por este, mas criados pelo estado de bem-estar social. A reação contra o previdencialismo penal assumiu uma forma "reacionária" totalizante, porque, subjacente ao debate sobre o crime e a pena, houve uma mutação fundamental nos interesses e sensibilidades (GARLAND, 2009, p. 182). Ou seja, a mudança nos interesses e na sensibilidade das classes, em grande parte foi uma resposta à crise do estado de bem-estar social.

É também da década de oitenta em diante que o crime e a violência passam a ser entendidos, sobretudo, como um problema de segurança e não mais social. Nesta toada, nascem às raízes da política de *tolerância zero*, modelo de política de segurança na vitrine americana florescido no ano de 1993. [A implementação da política de tolerância zero tem correlação direta com a criminalização de uma população marginalizada, isto é, de uma população precariamente inserida no mercado de trabalho ou, quando pior, sequer inserida]. Conforme Wacquant (1999, p 19), a doutrina da tolerância zero apareceu como instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que

incomoda, como moradores de rua, mendigos, pequenos ladrões, pichadores e usuários de drogas – que eram tidos como causa de incidentes e desordens no espaço público, alimentando uma profunda sensação de insegurança, incomodo.

João Ricardo Dornelles, em “*Conflito e segurança (entre pombos e falcões)*”, também fez observações acerca destas mudanças e ressalta a importância de se alinhar os estudos do crime e do controle a tais perspectivas. Segundo ele, o programa neoliberal, nos últimos trinta anos, ocasionou a marginalização e exclusão social crescente, com características estruturais. Antes disso, a exclusão social em larga escala era um fenômeno conjuntural que se expandia nas crises cíclicas do sistema capitalista. Outro ponto é a debilitação dos direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente dos direitos coletivos da classe trabalhadora, a partir da ofensiva do capital e levando à flexibilização e precarização das relações de trabalho (DORNELLES, 2003, p.27). Garland, no mesmo sentido, defende que o emprego sofreu transformações e se tornou cada vez mais precário. O trabalhador, principalmente, a mão de obra desqualificada, se tornou mais flexível e disposto a aceitar salários mais baixos e condições impostas. (GARLAND, *op. cit.*, p.191)

2.1 A PRISÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL

A parceria público privada para a administração do presídio, como o Ribeirão das Neves, está inserida dentro deste processo social. Não como causa, mas consequência, em primeiro da demonização da figura do estado de bem-estar social, “ineficiente”, “burocrata”, o reino da corrupção – como se o mercado fosse o campo da virtude, o que, na verdade, opera como cortina ideológica para mascarar os interesses liberais, como Jessé Souza demonstrou em a “*Ralé Brasileira: quem é e como vive*” (2009). [Liberal não só no sentido de transferir a prisão do público para o privado, mas de engendrar uma ordem social punitiva em desfavor de classes consideradas “perturbadoras” e “ameaçadoras” aos condomínios de luxo, shoppings, praças, etc.]. Em segundo, em tratar o problema

do crime, especificamente como uma questão de segurança e controle, de um estado “mais penal”.

No campo do crime e todos os seus correlacionados [vigilância, controle, punição], há forte influência das notícias dos “tabloides” e de uma verdadeira “ficção televisiva” na formação do senso comum. Ocorre que, no Brasil, os jornais e as revistas mais importantes adotam uma perspectiva liberal conservadora do crime e da criminalidade que, ao mesmo tempo, centraliza o poder no estado, o demoniza, invocando um discurso meritocrático que faz desaparecer a seletividade do controle penal, como se não houvesse um componente de segmentação social que o torna mais áspero e punitivo justamente onde o estado é “menos social”. A cadeia passa, então, a ser vista como o destino para criminosos indisciplinados, seres “antissociais” e “não tão humanos ou dignos de humanidade”.

Rodrigo Constantino, colunista da revista *Veja*, autor do livro “*Privatize Já*”, diz, em uma coluna intitulada “Prisão privada”, que o governo brasileiro é tão agigantado e seu escopo de ação é tão extenso que ele acaba não fazendo direito nem mesmo aquilo que deveria ser sua função. Assim sendo, restaria privatizar áreas que outrora talvez nem precisassem ser privatizadas, e continuar lutando para que o governo reduza seu campo de ação, para ter mais foco naquilo que realmente é importante e de sua seara. Constantino, embora um “liberal assumido” – como ele próprio se concebe – faz uma distinção ingênua entre o bem e o mal; entre estado e mercado, como se o estado fosse o campo da ineficiência e o mercado o campo da virtuosidade.

Para ele, “a imensa maioria das coisas pode ser feita melhor pela iniciativa privada, restando ao governo poucas funções que lhe cabem, e que ele deveria cuidar com todo o esmero.”. Constantino não consegue perceber e prestar contas da profundidade do problema, que envolve uma dimensão de desigualdade estrutural na distribuição do poder, dos bens econômicos e culturais, inclusive, chega a sugerir que a prisão e o crime não são áreas de importância para o governo.

Há uma contradição tipicamente liberal a ser percebida nesse tipo de discurso: o Estado Social é demonizado quando existe, exigindo praticamente sua extinção; e o estado penal, por sua vez, também é demonizado, mas neste caso, por sua inexistência ou ineficácia, demandando seu aumento. Dornelles faz uma observação interessante a respeito desta questão:

(...) afastar a preocupação com as condições macroeconômicas do modelo de desenvolvimento desigual, excludente e concentrador, e das condições históricas da exclusão, marginalização, e injustiça social, é tentar responsabilizar as próprias classes subalternas, menos favorecidas, pelos conflitos sociais e a fronteira que se estabeleceu na sociedade brasileira entre os mais privilegiados e os muito despossuídos (DORNELLES, 2003, p. 14)

No Brasil, onde há enorme desigualdade social velada, mascarada principalmente pela ideologia meritocrática – como, por exemplo, a ideia de que todos nós estamos igualmente submetidos ao controle e sujeitos da mesma maneira à prisão, isto é, o corolário mais diretamente açulado é o fato de que nem todos os indivíduos estão sujeitos da mesma forma ao controle social – o que Michel Misse especificou e deu contornos mais acentuados chamando de “*sujeição criminal*” (MISSE, 2010, p. 15) – é preciso se questionar quais, ou melhor, quem são os alvos do estado penal, do presídio e porque são? Torna-se relevante compreender a quem serve este “inferno” e quem é servido por ele. Isso porque o controle não está apartado do mundo social ou das relações de poder, todavia essa seja uma ideologia necessária ao seu próprio funcionamento – incluindo sua legitimação.

A prisão não é um destino democrático – ela é reservada a alguns e demonstra o *apartheid* social que vive o Brasil. A prisão tem sua clientela especial: uma classe inteira de indivíduos precarizados, “antissociais”, perigosos, ameaçadores, de pessoas marginalizadas. Quando alguém que não pertence a essa clientela, ou melhor, a esta identidade social, é preso, há uma enormidade de estranhamentos, ou seja, é tão incomum e insólito que é digno de ser enunciado, ainda com aplausos de que a “justiça acontece”.

Isso não quer dizer que esta clientela especial seja maior alvo do controle

porque pratica mais crimes, isto é, que devido à exclusão social destes indivíduos eles são levados ou fadados a praticarem crimes – como se o crime fosse produto da pobreza ou da exclusão [todas as classes cometem crimes, inclusive os incluídos, entretanto, somente uma classe é punida]. Isso quer dizer que há uma assimetria na distribuição do poder e que o controle se reproduz dentro desse universo.

Quando se coloca em pauta a demonização da prisão feita às vezes e as vias do estado neoliberal, queremos demonstrar que esse argumento não visa humanizar a prisão, mas torná-la imperceptível do ponto de vista da hipertrofia do estado penal, no qual, a exclusão é o que está em causa. Em “*O lugar da prisão na nova administração da pobreza*” (2008), Loïc Wacquant diz que o acionamento da luta contra o crime serviu tão somente como pretexto e trampolim para uma reformulação do perímetro e das funções do Estado, que resultou no enxugamento do seu componente de *welfare*. O complexo penitenciário ganhou um lugar central como instrumento para a administração da pobreza, dos perigosos e perturbadores.

A parcialidade do controle não reside simplesmente no fato de que seus operadores estão pré-dispostos a julgar a causa, mas justamente o oposto, a causa está predisposta ao julgamento: a polícia, a justiça e demais instituições naturalizam o controle⁹ e, mais do que isso, são impelidos a “garantir” a ordem social contra os considerados “perigosos”, “violentos”, “criminosos”, etc.¹⁰. Assim, atuam como instrumento reprodutor e garantidor desse processo, esquecendo-se de sua gênese assimétrica em desfavor dos pobres. Nesse sentido, entendemos

9 Para Dornelles, ao ser naturalizado, o controle social se torna aparentemente neutro, justificando como natural e normal a desigualdade social. (DORNELLES, 2003: p. 24)

10 Segundo Foucault (2003: p. 85), a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam. É também o que o criminologista David Garland chamou atenção em “A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea”: “o criminoso é repensado de forma cada vez mais abstrata, mais estereotipada: cada vez mais uma imagem projetada em vez da pessoa real.” (2008: p. 383).

que é um engano dizer que a polícia ou a justiça tende criminalizar determinados indivíduos, como muitos afirmam, porque seria como considerá-los o próprio fator de criminalização, enquanto na verdade, ela atuam como garantidora desse processo (RODRIGUES, 2013, p.40, 41).

A prisão privada, neste caso, não é a responsável pela criminalização da pobreza, mas ao tornar o preso uma espécie de “mercadoria”, cercada de metas. O mercado se ocupa de inverter a lógica questionadora da prisão – e aí podemos perceber que a crítica também é utilizada para minimizar o estado em termos sociais, e aumentá-lo penalmente para os próprios indivíduos que carecem de seu amparo. A prisão privada não é a causa da assimetria do poder ou do controle social, mas opera em uma relação de confirmação dessa própria configuração, porque mais limpo, mais controlador e aparentemente mais humano, o presídio privado é aceito e mais que isso, atinge certa inexorabilidade.

3 VIGILÂNCIA E CONTROLE NO COMPLEXO PRISIONAL

O complexo prisional inaugurado, na intenção de aumentar o controle, conta com um aparato tecnológico particularmente grandioso, incluindo aparelhos de segurança e revista na entrada, um sistema de sensoriamento de presença, portas, banho e iluminação automatizados. Cada preso tem sua ficha detalhada, não só criminal, mas de relações de parentesco, doenças e outras informações. No complexo, existem mais de 1.240 câmeras de segurança espalhadas por todo prédio; e duas torres centrais são responsáveis pelo monitoramento e controle de grande parte do sistema. Há um controle disciplinar rigoroso e sistematizado: a água do banho, por exemplo, é programada para terminar em três minutos. Além disso, os presos estão sujeitos a diversas inspeções, a trabalho diário e outros serviços.

Essa questão, o aumento da vigilância e do controle, principalmente, na prisão tem relação direta com uma proposição teórica que não poderíamos desconsiderar chamada *panoptismo*. Panóptico é um termo cunhado pelo filósofo

Jeremy Bentham no final do século XVIII, utilizado para refrenciair um mecanismo arquitetural onde haja distribuição de corpos em diversificadas superfícies. Entretanto, foi Foucault quem desenvolveu e sistematizou uma teoria do panóptico alicerçada a questão da dominação e da disciplina.

Segundo Foucault, o panótico “*é uma tecnologia de poder apropriada para resolver os problema de vigilância (...) que permite exercer muito facilmente o poder*”(FOUCAULT, 1984, P.211), tendo como objetivo induzir no detido um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento autoritário do poder. Assim, a vigilância é pensada em termos permanentes nos seus efeitos. Ou seja, o panótico é a organização do espaço de modo que permite a quem ocupa uma posição de controle ver, sem ser visto: “o Panótico é uma maquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, e se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 2004, p. 167). Tais instrumentos, tem como pressuposto o fato de que o crime, bem como fugas, desvios, tem conexão com a desvigilância e ao mesmo tempo com a oportunidade.

Entretanto, aqui se faz necessário acrescentar uma ponderação acerca da seletividade do controle e da vigilância, é o que Wacquant chamou de *social panótico* [e preferimos chamar de *panótico seletivo*]. Segundo ele, há uma supervisão cada vez mais punitiva sobre os pobres, mesmo dentro do estado social e dos programas sociais [inclusive essa integração entre os programas de proteção e assistência ainda existentes e o controle dessas populações acontece cada vez mais de modo sofisticado (WACQUANT, 1999, p.80)].

Nesse sentido, o complexo prisional Ribeirão das Neves, que reproduz a seletividade do controle penal, foi feito pensando o controle mais rigoroso possível – e o isolamento total de indivíduos que são mandados para lá. Sua estrutura, a partir do método panótico de vigilância, condensa um forte aparato tecnológico, disciplina e separação. O detento é controlado 24 horas, não há espaço para privacidade, intimidade ou momento em que “o olho pisca” [como Lyon metaforicamente observou em referência ao termo que dá título a sua obra “O olho

eletrônico”]. Esse montante é importante e nos ajuda a compreender o Complexo Prisional Ribeirão das Neves porque nos encaminha para um debate sobre a singular relação entre crime, controle, disciplina e tecnologia, no qual Michel Foucault tem uma das primeiras e mais importantes contribuições¹¹.

2.1 CAPILAR AUMENTO DO CONTROLE

Em *Vigiar e Punir*, Foucault mostra que com o desaparecimento dos suplícios, houve uma nova estratégia para o remanejamento do *poder de punir*, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos (FOUCAULT, 2004, p.101). Assegurando, com isso, uma melhor distribuição, mais velada e mais forte da punição: o indivíduo não seria mais chicoteado pelo feitor ou pelo carrasco a mando, respectivamente do senhor e do rei, mas por toda população a mando de “ninguém”. O poder, então se torna algo que não está centralizado unitário ou global. Além disso, nesta forma de pensamento o poder assume formas díspares, atravessadas, heterogêneas em constante transformação; é impessoal, ou seja, não é dominado pelo indivíduo, mas usado por este. O poder é capilar, molecular, opaco, e se manifesta através de detalhes e pequenas coisas, até atos triviais. Desta forma, torna-se impossível pensar o controle social e a prisão sem que se discuta o poder.

O fim do suplício e as transformações que seguiram a nova economia do poder de punir merecem grande destaque: o aparecimento de uma nova concepção filosófica, principalmente a partir do iluminismo e das revoluções liberais, bem como as novas teorias sobre o direito, transformaram a tortura e a morte em público de espetáculo em ato de repúdio e condenado pela maior parte da população. Tal transformação, embora pareça uma forma menos cruel e mais

11 Segundo Dornelles (Op. Cit: p.23), Foucault, embora abstraindo o papel do estado, com o conceito de sociedade disciplinar e a noção de planificação social e controle social, analisa como a sociedade ocidental contemporânea, de corte urbano-industrial, elaborou mecanismos de controle altamente sofisticados.

generosa do estado punitivo, não é pensada e articulada a partir do intento humanitário, mas justamente ao contrário. A nova economia de punir é dissipada por toda população; a condenação e a pena acontecem de modo mais velado e sutil e, portanto, muito mais difícil de ser contestada.

O intento da prisão construída e administrada pelo setor privado, com tamanho aparato tecnológico, repressivo, controlador, não é torná-la um destino democrático, que respeite suficientemente os direitos humanos a ponto de servir para qualquer um, mas torná-la um instrumento de controle imperceptível, disciplinatório das classes perigosas, fazendo também com que o controle não mais seja percebido como desigual e assimétrico.

Como iniciamos dizendo, o suplício e a barbárie nas prisões brasileiras são constantemente enfatizados em jornais, revistas e mesmo no debate intelectual: há diversas monografias, dissertações e teses sobre a situação do cárcere e direitos humanos. Este não é o problema, mas quando se utiliza deste discurso, sem perceber a lógica que se constitui diante da segmentação de classes no Brasil, da assimetria do poder, do controle social e penal, buscando questionar a situação da prisão justamente para aumentar ainda mais o estado penal, onde sequer ele é social, produz-se assim, um enorme bloqueio simbólico onde a punição e a prisão se destinam somente à uma classe.

. O Complexo Prisional Ribeirão das Neves ganha força porque transforma, o “espetáculo das punições”, não mais desejadas, em algo sofisticado e econômico, do suplício ao aprisionamento da alma no próprio corpo, a morte social do indivíduo. Em primeiro porque elimina em grande escala a possibilidade de fuga, fazendo com que a prisão seja uma garantia e não a possibilidade do isolamento. Outra porque a torna mais “invisível”, cuja percepção é dada a redução do derramamento de sangue, o “fim” da barbárie, do suplício, dos motins.



FONTE: (Último segundo, 18 de jan de 2013)



FONTE: (Último segundo, 18 de jan de 2013)

4 O VELHO E O NOVO

Em que medida o “novo modelo de prisão”, conforme anunciou o

Governador do estado de Minas Gerais, é novo? Quais são as diferenças desta prisão e das demais, as demonizadas? Tais questões são chave para entender o que estamos propondo. O presídio construído e administrado pela iniciativa privada não é causa do estado mais penal, tampouco do aumento do encarceramento, o problema não reside aí. A princípio, o presídio agrada, principalmente, por ser mais higiênico e organizado; ele é atrativo e, portanto, passa não só a não ser questionado, mas tomado como eficaz e símbolo de boa gestão, como fez a Revista Veja, na reportagem “É exceção, mas deveria ser regra”.

O modelo de controle do complexo penitenciário de Ribeirão das Neves é baseado no isolamento e na exclusão – e, assim como das demais prisões – não há uma inversão desta lógica. Todavia, o fortíssimo esquema de vigilância, que coliga tecnologia e disciplina, faz com que no complexo o controle seja alcançado em níveis maiores e em termos mais efetivos: o preso sofre um isolamento maior que nas outras prisões, tudo é padrão e não há espaço para particularidades. Neste caso, também é preciso dizer que o controle gera lucro, pois caso ocorra uma rebelião e, brigas, a concessionária perde metas e deixa de ganhar dinheiro.

O modelo continua sendo baseado na contenção de um segmento marginalizado da população, ao invés da ressocialização. O crime e a violência da mesma forma são tratados somente como problemas de segurança e, agora, como algo legalmente lucrativo. O perigo reside na legitimação do problema enquanto solução, de modo que, o estado penal – agora nem tão estado assim, quase um “mercado penal” – seja mascarado e garantido pelas vias neoliberais. A “nova prisão” é tão infernal quanto à “velha prisão”, entretanto é mais pirotécnica. Não há mudança no método ou na ideologia punitiva, mas sim intensificação. É como se o inferno se disfarçasse de céu, para ser louvado e legitimado por um discurso “pseudo-humanitário”, mas que é visto como bom porque isola e consegue isolar quem deve ser excluído.

CONCLUSÃO

A segunda metade do Século XX trouxe grandes transformações, sobretudo, o pós-guerra: o neoliberalismo, a decadência do estado de Bem-Estar Social, o aumento do estado penal, o advento de diversas tecnologias, entre outras que aqui mencionamos. A prisão, não pode ser entendida fora deste contexto, principalmente, o complexo prisional de Ribeirão das Neves.

Neste sentido, tem-se observado uma demonização da prisão: o cárcere não ressocializa, as condições são desumanas, a prisão é um inferno. Essa sindicância, embora aparentemente conteste a ordem estabelecida, serve ao estado penal ou ao “mercado penal” na medida em que clama por mais controle, mais rigor e mais isolamento e ao mercado, na medida em que demoniza a ineficiência do estado em conter os “marginais” e os “bandidos”.

O complexo apresentado como “novo modelo”, na verdade, não inverte a ideologia punitiva do estado neoliberal, mais do que isso, ele utiliza desta lógica para engendrar lucro. O crime, a indisciplina e o desvio geram lucro, o controle e a disciplina geram lucro. Embora o complexo prisional privado não seja a causa principal, mas uma consequência secundária e incidental do desenvolvimento hipertrófico do aparato penal, acaba por estimulá-lo, como um fator de retroalimentação, como aumento de controle. De modo que não é começo e muito menos o colapso do inferno, o maior problema se deve ao fato de que o complexo tem o potencial de ocasionar a legitimação da prisão como instituição de um aparente sucesso: entretanto a intensificação do controle não estabelece uma sinônima com “o fim do inferno”. Com isso, o estado penal passa a ser menos percebido ou percebido como justo, humanitário e ressocializante.

Não se trata de um problema de comparação entre indicadores entre presídios públicos e privados, se há menos rebeliões, quantos reincidem, etc. Daí porque o presídio se pauta no controle e na contenção de um segmento populacional marginalizado. Em segundo, porque ele trata o mercado como solução, como o campo da virtude. A privatização da prisão mascara o problema

do controle e do crime, aumentando a sensação de que ambos estão sendo resolvidos, por outro lado, diminui o ímpeto e a força das alternativas para melhorar o sistema de ressocialização e prevenção do crime.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Prisão privada**. São Paulo: Veja, Ed. Abril. 10 de ago 2013. Acesso em 19 de set de 2013; disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/privatizacao/prisao-privada/>

DORNELLES, João Ricardo. **Conflito e segurança** (entre pombos e falcões). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **As verdades e as formas jurídicas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nau Editora; 2003.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes. 2004.

_____. **Microfísica do Poder**, 1984.

FRANCISCO NETO, José. **Presídios privatizados invadirão o país, afirma ex-diretora do sistema penitenciário do RJ**. São Paulo: Brasil de Fato 05 jan 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11852>> Acesso em: 10 de nov 2013.

GARLAND, David. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea in **Coleção Pensamento Criminológico**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

LYON, David. **The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society**. United States: University of Minnesota Press, 1994.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. São Paulo: Lua Nova, 2010.

MOREIRA, Pedro. **Minas inaugura polêmico modelo de prisão no país**. Porto Alegre: Zero Hora, 17 de jan de 2013. Acesso em 16 de set de 2013; disponível

em <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/01/minas-inaugura-polemico-modelo-de-prisao-no-pais-4014541.html>.

ULTIMO SEGUNDO. **Primeira penitenciária privada do país começa a funcionar em minas gerais.** portal ig. 18 de jan 2013. acesso em 19 de set de 2013; disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-01-18/primeira-penitenciaria-privada-do-pais-comeca-a-funcionar-em-minas-gerais.html>

RODRIGUES, Igor de Souza. **O ser bandido.** Juiz de Fora: Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza,** São Paulo: Novos estud. - CEBRAP n.80, Mar. 2008.

A CONTROVÉRSIA SIMONSEN *VERSUS* GUDIN SOBRE O PLANEJAMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA¹²

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão¹³

RESUMO

Este artigo é uma apresentação, ainda que breve, da controvérsia Roberto Cochrane Simonsen x Eugênio Gudín sobre os rumos da política econômica que deveria ser adotada no pós-guerra pelo Estado brasileiro, destacando, por sua originalidade, o embate travado, desde 1930, entre intelectuais e homens públicos de corte liberal e desenvolvimentista de diversos matizes, os quais se tornaram dominantes na política pública até a década de setenta e ainda são uma referência para a atualidade.

Palavras-chave: Pensamento econômico brasileiro. Desenvolvimentismo. Liberalismo.

ABSTRACT

This paper is an assessment of the well-known Roberto Simonsen - Eugenio Gudín exchanges about Brazilian economic policy in the postwar. It focuses on several original ideas that emerged from the debate between those intellectuals of developmental and liberal persuasions.

Key-words: Brazilian economic thought. Developmentalism. Liberalism.

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma apresentação e comentários de “A controvérsia do planejamento na economia brasileira – Coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de

12 Este texto foi elaborado no âmbito da pesquisa Pensamento Social, Intelectuais e Circulação de Ideias, liderada pelos professores Alexandro Trindade e Simone Meucci com apoio do CNPq, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

13 Pós-doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná e professor do departamento de Economia da mesma universidade.

planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo”, com textos de Roberto S. Simonsen e Eugênio Gudín e biografias concisas dos mesmos de Carlos von Doellinger, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA na série Pensamento Econômico Brasileiro, em 1977. Nosso interesse é realçar a originalidade do pensamento de Simonsen sobre o desenvolvimento e planejamento no Brasil enquanto maior empresário brasileiro à época do debate, contrastando-o com o monetarismo de Gudín, tão bem retratado não apenas na polêmica como em seu livro *Princípios de economia monetária* (1943), entre outros escritos, livro até duas décadas atrás usado como manual de introdução à economia em muitas faculdades do País.

Nosso problema, portanto, é procurar destacar a importância de Simonsen como industrialista e defensor de uma industrialização no Brasil necessariamente com o Estado enquanto lócus político e coordenador de um planejamento, buscando o estabelecimento no País de uma visão que superasse a visão liberal que, ao contrário, privilegia o livre jogo do mercado, dominante na ciência econômica e representada na controvérsia pelas intervenções de Gudín. Para nós, Simonsen torna-se, desta maneira, um autor crucial na trajetória de autores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Ao mesmo tempo, revela-se um autor afinado com uma tradição politicamente democrática, pois para ele o Estado permite uma articulação dos interesses presentes, ao passo que o mercado isoladamente conduziria ao predomínio dos interesses economicamente mais fortes em detrimento daqueles da coletividade.

Nossa forma de trabalhar os autores foi apresentar as linhas centrais do pensamento de Simonsen e Gudín justamente no crítico período do fim da Segunda Guerra, quando escrevem textos com posições antitéticas, buscando revelar, cada um, a adequada política econômica e social e a configuração e papel do Estado nacional neste contexto, para o futuro incerto que se abria. Procuramos, no trabalho, nos ater à controvérsia que estes textos suscitam e que está em grande medida publicada na citada coletânea do IPEA.

Todavia, para localizar a posição dos autores procuramos indicar a trajetória do País e do Estado enquanto formulador de política econômica, após a grande crise aberta em 1929, utilizando autores a nosso ver bastante significativos e que mencionamos no decorrer do texto.

O CONTEXTO HISTÓRICO

A crise do complexo cafeeiro, na esteira da grande crise internacional de 1929, arrastou consigo a indústria cuja gestação data da década de 1870, bem como, em seu interior, um embrião de um setor de bens de produção leve bastante desenvolvido na década de 20. Ao mesmo tempo a crise alcança o conjunto das economias regionais baseadas em um produto de exportação como o açúcar, o mate e outros. Os fluxos internacionais de comércio e de dinheiro se interrompem, fazendo com que muitos países procurassem soluções baseadas no mercado interno e no investimento industrial à medida que o Estado promove mecanismos de recuperação baseados na desvalorização cambial, na queda de preços dos produtos exportados, e dá ênfase à reestruturação de inúmeros cultivos, como o do próprio café, e cria órgãos voltados para o desenvolvimento industrial. Esta é a origem do nosso conhecido processo latino-americano de substituição de importações. A partir daí o mercado externo funcionará principalmente como um setor produtor de divisas para a compra de bens de produção e o investimento industrial comandará a economia nos quadros do intervencionismo estatal e da ideologia e prática da planificação.

Como indica Wilson Suzigan (1986, p.348) em *Indústria brasileira - origem e desenvolvimento*:

Durante toda a década de 30 o setor exportador continuou em profunda crise, enquanto os níveis de renda interna foram mantidos pela política de defesa do café e pelas políticas fiscal e monetária expansionistas. O crescimento da produção industrial foi, assim, estimulado, tendo-se baseado, em parte, no aumento da produção nas indústrias de bens de consumo interiormente instaladas e, em parte, num rápido processo de substituição de importações nas indústrias de bens intermediários e de capital. Inicialmente, o crescimento da produção foi baseado na utilização

de capacidade ociosa, mas a partir de 1933 tornaram-se necessários novos e substanciais investimentos, sem os quais não teria sido possível obter as altas taxas de crescimento da produção alcançadas durante a década.

Fica claro que a partir daí o processo de industrialização avança em importantes setores, com grande presença do Estado na criação da Fábrica Nacional de Motores, da Companhia Nacional de Álcalis, da Companhia Vale do Rio Doce e da Siderúrgica de Volta Redonda, tornando-se o Estado um forte indutor do crescimento industrial nacional privado, enquanto o capital externo ainda se via às voltas com a recuperação econômica em seus próprios países e, depois, com a guerra. Destaque-se também, no período, a famosa Missão Cooke, que, em 1942, veio ao Brasil fazer um diagnóstico de nossa economia, sublinhando nossas deficiências em infraestrutura e indústrias de base. Na segunda metade dos anos 50 ocorre o ciclo de industrialização pesada baseada nesse tripé com a presença empresarial, política e planejadora do Estado, esta última graças ao Plano de Metas.

O órgão nacional mais importante para o futuro da economia brasileira no imediato pós-30 foi o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934 e extinto só em 1949, e que assumiu aos poucos a função de organizar toda a economia sob a direção do próprio presidente da República e contando com a participação dos Ministérios mais importantes, do presidente do Banco do Brasil e de representantes empresariais privados e técnicos e estudiosos reconhecidos. Contudo, em 1944 foram criados o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e a Comissão de Planejamento Econômico, dos quais participavam Simonsen e Gudin. A controvérsia entre ambos se dá no interior deste último órgão, sendo por sua importância reproduzida nos seus momentos mais importantes no livro citado do IPEA, que oferece também o contexto histórico no qual ela ocorre, entre 1944 e 1945.

No final da guerra a economia brasileira encontrava-se às voltas com as demandas que esta impunha de produtos primários, bem como com a demanda interna, que não podia ser atendida senão com a própria produção interna. Havia

um acúmulo grande de divisas que só com o fim do conflito poderiam ser aproveitadas, ao lado de uma expectativa de financiamento externo para prosseguimento da nossa industrialização. A indústria estava necessitando de máquinas novas para repor as desgastadas e ampliar a capacidade produtiva. O Conselho Nacional da Produção Industrial - CNPI é, nesse quadro, um órgão dedicado à elaboração de estudos e projetos visando a uma proposta de planificação nacional, centrada no Conselho ou no Ministério do Trabalho ao qual se subordinava. Incluíam-se no planejamento as preocupações mais usuais de política econômica, como a moeda, o crédito, a tributação, além de execução de estudos sobre a agricultura, a indústria, o comércio exterior e interior, e transportes. O Conselho recebeu propostas de planejamento apresentadas ao CNPI e elaboradas por Roberto Simonsen e que sofreriam uma emotiva resposta de Eugênio Gudín, constituindo a polêmica que aqui examinamos.

Como informação biográfica, fornecida no livro que examinamos por Carlos von Doellinger e suficiente para nossos propósitos, Roberto Cochrane Simonsen (1898-1948) funda muito jovem a Companhia Construtora de Santos, a primeira peça do que viria a ser um império de empresas para construção civil antes da década de vinte. Como empresário pôde ver muito cedo o panorama da indústria brasileira e as dificuldades do País em transporte, comunicação e trabalho especializado. No início dos anos 20 construiu quartéis e hospitais por 36 cidades e 9 estados, estendendo depois como suas atividades a frigoríficos, fábricas de artefatos de cobre, borracha etc. Em 1928 funda o Centro das Indústrias e, pouco depois, o Serviço Nacional da Indústria - SENAI, dentro de sua preocupação com trabalhadores qualificados. Fundou também a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e organizou diversas reuniões da classe empresarial, como o Encontro de Teresópolis, em 1945. Como político e homem público foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1934/1935), deputado federal (1945), senador e membro do Conselho Federal do Comércio Exterior, além de membro da Academia Brasileira de Letras. Deixou muitas obras sobre a evolução econômica e industrial do País, sendo talvez a mais conhecida

sua *História Econômica do Brasil* (1937), texto utilizado por Celso Furtado como fonte de dados preciosos em sua *Formação Econômica do Brasil* (1959).

Por sua vez, Eugênio Gudín (1886-1986) foi engenheiro e diretor de empresas estrangeiras em transporte ferroviário, convencendo-se da necessidade de aporte de empresas estrangeiras para a economia brasileira por sua eficiência administrativa e tecnologia. A partir dos anos 40 distinguiu-se como economista na área de teoria monetária, tendo escrito em 1943 os *Princípios de Economia Monetária*, livro por muitas décadas utilizado em nossas faculdades de economia. Foi ministro da Fazenda de Café Filho entre 1954 e 1955, criando a famosa Instrução 113 da Sumoc, e membro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Essas notas permitem entrever a diversa forma de pensar o futuro do País dos dois polemistas, com Gudín claro defensor do antigo monetarismo e liberalismo econômico e Simonsen homem ligado ao desenvolvimento industrial e seus problemas, conhecedor, como empresário e político, de aspectos práticos da economia e sociedade brasileiras, além de estudioso e mesmo erudito.

A CONTROVÉRSIA

Passamos agora à polêmica propriamente dita. Ela é motivada por um parecer de Roberto Simonsen apresentado ao CNPI em 16 de agosto de 1944, intitulado “A planificação da economia brasileira” (IPEA, 1977, p.21 e ss.), que pretende estabelecer princípios básicos que deveriam orientar o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil, começando por uma crítica a alguns aspectos de nossa evolução econômica. O primeiro passo é estabelecer uma cifra representativa da *renda interna nacional*.

Como as contas nacionais no Brasil só foram iniciadas a rigor com a criação da Fundação Getúlio Vargas em 1947, que se responsabilizou por elas desde sua fundação até 1989, a cifra utilizada por Simonsen depende de uma estimativa de capacidade de consumo total da população elaborada pela Diretoria

de Estatística e Previdência, encontrando uma renda por habitante 25 vezes menor que a norte-americana. Os conceitos utilizados por Simonsen serão didaticamente revistos em sua resposta por Gudin, mas este aspecto do debate é secundário aqui. O que importa é sua utilização por Simonsen.

O primeiro ponto é a observação de que a guerra trouxe grande incremento de preços a muitos produtos primários minerais e vegetais, mas que o pós-guerra terá de enfrentar esse enriquecimento ilusório com maior eficiência econômica e política. Em segundo lugar, apoiando-se nos resultados da Missão Cooke, Simonsen afirma: “A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o melhor meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos” (IPEA, 1977, p.26). Seguem-se algumas recomendações da Missão para o reaparelhamento industrial, como a necessidade de superar nossa dependência de importações de petróleo, carvão mineral e metais especiais e equipamentos e considerações a respeito reiterando as conclusões da Missão. O autor resumiu sua argumentação: “A prevalecerem os processos do século XIX, o desenvolvimento industrial do país teria de ser limitado” (IPEA, 1977, p.28).

Contudo, nota o autor, a apreciação da evolução econômica do País nos últimos cinco anos revela um progresso em vários ramos da indústria de transformação. A economia industrial beneficiou-se, sobretudo, no período da guerra, de cometimentos realizados pelo governo federal, notando-se grande deficiência em inúmeros setores privados, o que teria levado à inflação, à falta de moradias e aplicações improdutivas urbanas. Enquanto os Estados Unidos vinham criando organizações públicas e privadas para pesquisas e esclarecimento do público, abrangendo engenharia e construções, problemas judaicos, questões trabalhistas e legislativas, obras públicas e transportes, visando ao pós-guerra, e buscando o pleno-emprego, o período 1939-1943 veio pôr às claras as nossas fraquezas na estruturação econômica.

Havia a evidente necessidade de aumentar o padrão de vida de nossa população, pois mesmo em São Paulo, que possuía um consumo per capita de

três vezes o nacional, notavam-se regiões empobrecidas com pequeno progresso material. Assim, afirma: “Não podemos, porém, nos quedar indiferentes ante esse vital problema brasileiro: a quadruplicação da renda nacional, dentro do menor prazo possível” (IPEA, 1977, p.32).

A conclusão se impõe para Simonsen: a planificação da economia como forma de superar a pobreza brasileira, abrangendo a criação de uma agricultura moderna de alimentação, criação de indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, montagem de novas escolas de engenharia, vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas, intensificação do ensino profissional. Ao mesmo tempo impõem-se a criação de adequado sistema de financiamento e uma política de imigração de técnicos e operários eficientes.

Para viabilizar esse desiderato, o autor supõe que possa ser negociado um financiamento com os Estados Unidos, que representaria menos de 0,2% da renda nacional daquele país, ao mesmo tempo em que o intervencionismo estatal não deveria deixar de aproveitar ao máximo a iniciativa privada. Assim se conclui a primeira parte da controvérsia sobre o planejamento. Nela, percebe-se o maior industrial brasileiro à época pensando na equiparação do Brasil aos padrões da civilização material conquistada pelos Estados Unidos, bem como em sua conquista de forma massiva, pois lamenta as disparidades de renda observadas no País. Esta conquista se dá pela ação planejadora do Estado que, sobretudo, induz e corrige a ação da iniciativa privada. O setor estratégico aí é a indústria, notadamente a de base, mas insiste na modernização agrícola e nas deficiências de infraestrutura já apontadas pela Missão Cooke. De passagem, ele pensa em financiamento norte-americano, o que era comum à época mirando-se o exemplo da reconstrução europeia, mas neste aspecto mostra-se demasiado otimista.

Todavia, algumas de suas posições ele esclarecerá melhor adiante no debate. A primeira delas reside na constatação da intervenção pública há muito no País com a Nova República e com o Estado Novo, lamentando, todavia, a ausência de um planejamento mais abrangente e harmônico sob controle efetivo

da comunidade. Nesse sentido, trata-se de um autor afinado com os ventos democráticos do pós-guerra.

Um segundo ponto relevante é sua insistência em uma tecla antiliberal quando critica a teoria das vantagens comparativas em termos próximos aos da futura Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Cepal¹⁴, fundada em 1948, ao insistir na não apropriação endógena dos frutos do progresso técnico nas economias baseadas em produtos primários para exportação. Para Simonsen, portanto, o desenvolvimento industrial se coloca como chave na apropriação interna desses frutos, inclusive porque uma de suas maiores preocupações é o pauperismo nacional.

A resposta de Gudín (IPEA, 1977, p.41 e ss.) é coerente com sua visão, que questiona a intervenção do planejamento estatal e dá preferência a empresas estrangeiras, na medida em que o desenvolvimento econômico para ele deveria se assentar no chamado livre jogo das forças do mercado. Nesse sentido, Gudín insinua interesses corporativistas da indústria, mas Simonsen volta a insistir em um planejamento voltado para o conjunto das atividades do País, representadas democraticamente. Baseia-se para isso no estatuto da Junta de Planificação, prevista com composição harmônica.

O ponto aqui é a acusação de Gudín de que caminharíamos no Brasil para um capitalismo de Estado, que repeliria a democracia, acusação apoiada em citação de Stálin. Simonsen responde, um tanto surpreendentemente, que se deveria distinguir capitalismo de estado e socialismo de estado, e pede que o

14 A Cepal é um órgão da ONU que sofreu ao longo da sua história e da história da economia internacional e latino-americana um conjunto de inflexões, mas sempre com a preocupação de promover o desenvolvimento econômico e social dos países que ela estuda e para os quais propõe políticas, as quais levam em conta a especificidade da estrutura e da formação histórica dos países latino-americanos e caribenhos, que reclama uma presença importante do Estado Nacional como locus político e promotor do desenvolvimento através do planejamento e outras práticas. Seu primeiro diretor foi Raul Prébisch, destacando-se também nomes como Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e outros, responsáveis por um grande estudo sistemático e propositivo dos respectivos países e sua inserção internacional. Leia-se a respeito qualquer livro destes autores.

opponente leia Lênin, artífice da NEP¹⁵. Respondendo ainda a Gudín, escreve adiante o belo parágrafo que citamos por inteiro:

Para S. S°, o *homo economicus* da escola individualista é o que deve imperar nos processos econômicos e sociais de hoje. Não compreendeu que, pela contínua renovação da humanidade, pela transformação profunda por que passaram os povos, com os crescimentos demográficos, com os processos da ciência e da técnica e sob a influência dos ambientes geográficos, quem agora quiser compreender a possibilidade da existência de um desenvolvimento pacífico mundial tem que substituir o *homo economicus* pelo homo moderno 'homem social' que antepõe aos seus os interesses da coletividade (IPEA, SIMONSEN, 1977, p.181).

Logo adiante, defendendo o New Deal¹⁶ que Gudín afirmara ter sido inútil, Simonsen faz diversos esclarecimentos sobre o mesmo, mostrando como o rápido crescimento no período da Guerra tornou o plano de Roosevelt desnecessário. Entretanto:

O caso do Brasil é profundamente diverso. Somos um país de baixíssima renda nacional e não dispomos nem dos recursos, nem do progresso da pátria de Roosevelt. O planejamento econômico deve ter por finalidade, entre nós, alcançar, no menor prazo possível, uma renda nacional suficiente, o que significa promover uma verdadeira revolução econômica, tal a inferioridade de condições em que ainda nos encontramos, face às nações ricas e civilizadas do mundo (IPEA, SIMONSEN, 1977, p.185).

No mesmo passo, Simonsen mostra a inadequação de ideias ligadas ao liberalismo econômico a países, como o nosso, não industrializados. A defesa do livre-cambismo por Gudín é, pois, uma ideia fora do lugar. Justapõe desta forma

15 A sigla representa a 'Novaya Ekonomiceskaya Politika' ou Nova Política Econômica adotada pela União Soviética após o período denominado de 'comunismo de guerra' no decênio de 1920.

16 O New Deal foi uma resposta articulada por um conjunto de intelectuais e políticos em torno do presidente americano Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) à crise financeira e econômica de 1929, que prossegue por toda a década de 30 e só termina com o início da guerra. Baseou-se em políticas como a abertura de empregos através de obras públicas, especialmente no sul dos Estados Unidos, como o vale do Tennessee, e organização do sistema bancário e financeiro do país, colocando-o sob maior controle o Governo Central. O New Deal é marcado pelo populismo, que permite várias reeleições de Roosevelt e a aproximação deste com as classes trabalhadoras e populares americanas. Entre outros textos, pode-se ler Galbraith (1994).

protecionismo e segurança nacional. E, irônico, cita Smith, suposto padroeiro de tal liberalismo: “Já Adam Smith escrevia, em fins do século XVIII: ‘a segurança vale mais do que a riqueza’” (GUDIN, 1968, p.193). Ao contrário do pleno-emprego dos fatores de produção que Gudin observa no Brasil, Simonsen vê um estado quase colonial de nossa economia e a insuficiência de empregadores para o aumento e a diversificação de nossa produção, o que tornaria sem sentido a cópia de doutrinas importadas (novamente as ideias fora do lugar).

Essa ideia volta alguns parágrafos adiante:

Não compreendeu o Relator que esses princípios estudados quanto aos países supercapitalizados, dotados de avançado aparelhamento econômico em relação ao emprego total e ao desequilíbrio entre os fatores de produção, não são os que mais interessam aos países novos, de estrutura econômica fraca, de economia semi-colonial, com produção não diversificada, que, com a ausência de instituições e aparelhamentos econômicos e financeiros e a baixa densidade demográfica, vivem em estado de crise permanente, que ainda mais se agrava com as repercussões das depressões cíclicas dos países supercapitalizados (IPEA, SIMONSEN, 1977, p.197).

Simonsen demonstra que a disjuntiva de Gudin – comunismo ou capitalismo – não se coloca no debate como questão central e insiste que:

[...] a deficiência do fator empresário ou empregador só pode ser corrigida pela sua substituição pelo estado, na forma de empresas autárquicas ou de economia mista. Esse capitalismo de estado não é absolutamente incompatível com o regime da iniciativa privada, como base essencial do sistema econômico (IPEA, SIMONSEN, 1977, p.203).

Essas colocações de Simonsen revelam um homem informado, refinado, que conhece economia. Os argumentos de Simonsen lembram a Cepal: certas verdades valem em determinados contextos, mas não em todos, não no nosso. Esta posição surge já no chamado Manifesto Latino-americano, texto fundador deste órgão (PREBISCH, 1949). Mas é prudente avaliar melhor essa conclusão apresentando o relato que Gudin faz do discurso primeiro de Simonsen.

O relato chama-se “Rumos da Política Econômica”, apresentado na Comissão de Planejamento Econômico e publicado no Rio de Janeiro em março

de 1945 e que também faz parte da controvérsia, tendo sido reproduzido no livro do IPEA. Sua introdução consiste em reapresentação das proposições de Simonsen sobre as quais incidirá sua crítica. A seguir, na parte 1, critica os conceitos de contabilidade social utilizados por Simonsen, dando uma aula um pouco básica sobre definições como a de renda nacional e suas formas de cálculo, sem avançar uma mensuração alternativa para a renda nacional do Brasil. Simonsen voltará a este ponto em sua réplica, mas, pelo motivo assinalado anteriormente, deixaremos esta questão sem outros comentários.

A seguir, com notável ironia, começa a estabelecer suas posições. Inicia lembrando que a planificação detalhada da economia e a vigilância do Estado eram próprias do mercantilismo e de sua política nacionalista e estatal, mas que, posto que o capitalismo atingisse sua maturidade, passou-se nos grandes centros a negar o plano e a defender o *laissez-faire*¹⁷, assim descrito:

A doutrina do *laissez-faire*, a cujo impacto rapidamente ruiu o sistema mercantilista, baseava-se, ao contrário, no princípio de que a riqueza da nação é a integral da riqueza de seus cidadãos; de que o indivíduo, guiado pelo interesse próprio, procura empregar seu trabalho e seu capital do modo o mais proveitoso para sua economia e, portanto, de que o meio mais rápido e mais seguro de enriquecer a nação é o de deixar aos indivíduos plena liberdade de ação econômica (IPEA, 1977, p.51).

Nesse contexto, cabia doravante ao Estado os problemas da moeda, da tributação, dos sistemas de comunicação terrestre e marítima, postal, telegráfica, dos serviços de utilidade pública, da tarifação aduaneira, da imigração etc., que definiam e ao mesmo tempo limitavam o campo de ação do Estado na economia. Mais tarde o Estado passa a regular outros pontos, como as horas diárias de trabalho, mas sempre sob o princípio de que a liberdade não pudesse matar a liberdade (*sic*). Esta é a Economia Liberal, liderada pela Inglaterra no campo

17 O *laissez-faire* nasce como uma doutrina pregando a liberdade comercial entre os países pelos chamados economistas fisiocratas, que defendiam uma ampliação nas exportações de grãos pela França, especialmente contra o protecionismo comercial inglês. Posteriormente, o termo é usado pelo liberalismo, que assume um conjunto diverso de doutrinas e práticas, mas que pode ser sintetizado na busca de uma economia cujo dinamismo esteja nas mãos de empresas privadas tanto quanto possível sem regulamentação do Estado. Veja-se Keynes (1978).

internacional da finança e dos desequilíbrios do balanço de pagamentos, função que depois da Segunda Guerra Mundial seria assumida pelo sistema de Bretton Woods¹⁸.

A partir do momento em que os Estados Unidos passam a liderar a economia mundial, acumulam-se diversos desacertos especialmente na política monetária do Federal Reserve System, o que será origem da grande depressão de 1929. Sua conclusão é:

Não cabe assim à economia liberal a responsabilidade desses desastres. Originariamente, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a guerra mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a Economia Liberal havia construído em um século. Subsidiariamente, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande, mas ainda inexperiente, país que passara, repentinamente, de país devedor a país credor do mundo e de líder da economia mundial (IPEA, 1977, p.67).

Até aqui, a doutrina defendida por Gudin é a do monetarismo antigo, de Hayek e Taussig. Não há nenhuma originalidade em sua argumentação.

Segue-se no mesmo diapasão ao afirmar a ineficácia do New Deal, o que a seu ver confirma a citação que faz de Von Hayek: “O estadista democrático que se meter a planificar a vida econômica será logo defrontado pela alternativa de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seus planos” (HAYEK, 1990, p.68). Em regimes como o salazarista, o de Mussolini ou da Alemanha e União Soviética¹⁹, o

18 O acordo de Bretton Woods liga, no pós-guerra, 45 países aliados em torno de órgãos como o Fundo Monetário Internacional, buscando uma ordenação financeira e econômica que promovesse o desenvolvimento e o comércio mundiais sob liderança dos Estados Unidos e da importância do dólar como moeda padrão nas trocas e transações financeiras. O acordo, juntamente com o afluxo de recursos para recuperação da Europa e do Japão, promoveu uma longa expansão dos países capitalistas até o início da década de 70, quando submergiu sob uma crise financeira e a crise do petróleo, bem como dificuldades políticas nas relações internacionais americanas. Veja-se, por exemplo, Griffith-Jones e Sunkel (1990).

19 O salazarismo foi um regime vigente em Portugal sob Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970) no período de 1933 a 1974 – entre 1968 e 1974 já sob Marcelo Caetano –, caracterizado pelo autoritarismo, o antiliberalismo e o corporativismo, entre outros, e que, dado o isolamento e o ruralismo português, veio a tolher o desenvolvimento econômico e cultural deste país pelo menos até a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Veja-se, entre outros textos, o belo Rio das flores, de Miguel Sousa Tavares (2011). Mussolini (1883-1845), por sua vez, desde 1922, é chamado para formar o governo italiano pelo rei Vitório Manuel, à frente do heterogêneo movimento fascista. Em 1925 torna-se Dulce e passa a promover um regime autoritário marcado pelo corporativismo, o sindicalismo nacional, o expansionismo colonial, o anticomunismo e a censura, bem como a propaganda do Estado. Em 1939 a Itália e a

planejamento conduz à ditadura e ao descaso com as necessidades materiais dos cidadãos. Invocar o sucesso soviético dos planos quinquenais é avalizar o stalinismo e o fascismo. Assim, novamente citando as expressões do autor:

A MÍSTICA DA PLANIFICAÇÃO É, PORTANTO, UMA DERIVADA GENÉTICA DA EXPERIÊNCIA FRACASSADA E ABANDONADA DO NEW DEAL AMERICANO, DAS DITADURAS ITALIANA E ALEMÃ, QUE LEVARAM O MUNDO À CATÁSTROFE, E DOS PLANOS QUINQUENAIS DA RÚSSIA, QUE NENHUMA APLICAÇÃO PODEM TER A OUTROS PAÍSES (IPEA, 1977, p.73, original em maiúsculas).

A seguir destaca que as funções econômicas do Estado nos grandes centros consistem em um policiamento contra práticas monopolísticas, o abuso das patentes, a política de segurança social consistente em salários mínimos e a defesa das associações trabalhistas contra a aplicação das leis antitrustes. Com isto está assente a doutrina nada original de Gudin que usa para desqualificar a necessidade de planejamento da economia brasileira.

A seu ver, a mística da esfera pública assenta-se em sociólogos confusos como Karl Mannheim e outros. Não parece que Gudin conheça as críticas à teoria liberal de economistas ligados à escola histórica alemã, sendo List bastante utilizado pela Cepal posteriormente para destacar a posição específica dos países latino-americanos frente aos países do centro industrializado, e que relativizam máximas econômicas válidas sem consideração pela especificidade histórica de países como a Alemanha em formação, no século XIX. Não conhece Gudin outra via de transição para o capitalismo que a liberal, a rigor inexistente para a Cepal seguindo o historicismo alemão (a ideia perpassa todo o texto de Prébisch, 1949).

Alemanha formam a aliança, juntamente com o Japão, chamada Eixo, que promoverá uma expansão militar na Europa, na África e no Oriente, dando início à Segunda Guerra. A Alemanha promoverá, desde 1933, sob Adolf Hitler, uma política semelhante, menos marcada pelo corporativismo que pela presença do Estado na economia, buscando a recuperação econômica, após a crise de 29 e a República de Weimar, bem como um forte militarismo e uma ideologia que misturava o arianismo e muitas ideias esotéricas. A União Soviética nasce, em 1917, como ideologia marcada pela presença do Estado como lugar por excelência dos interesses da classe trabalhadora, sob a liderança de Lênin, Trotsky e outros grandes líderes, tanto políticos como intelectuais. Após a morte de Lênin, Stálin persegue e executa quase todos esses líderes, dando origem a um governo também totalitário, marcado pelo planejamento central, a censura, a perseguição política, o combate a ideias liberais e a criação de um forte exército. Veja, por exemplo, Hobsbawm (1994).

O liberalismo se impôs na Inglaterra do século XIX depois de alcançada uma sociedade de classes e superado o Antigo Regime²⁰, mas como arma para manter sua hegemonia internacional. A própria experiência original inglesa de transição ao capitalismo foi marcada por intensa “acumulação primitiva”, na expressão de Marx, primitiva porque originária, cruel e bárbara. Ela contou ainda com uma larga ação política e bélica do estado inglês desde o século XVII. Mannheim aparece como um sociólogo reformista que pensa a esfera pública alemã como a constituição de uma burocracia orgânica, e custa crer que pareça ininteligível a quem tenha a paciência de estudá-lo.

Neste contexto, Gudin faz coro a Ludwig Von Mises afirmando que há apenas dois caminhos para o capitalismo: o capitalismo de Estado com regime totalitário e supressão da iniciativa privada dos meios de produção e a economia liberal ou democrática. Evidentemente, julga que o Brasil caminha para a primeira alternativa, que teria como porta-voz destacado o industrial e homem público Roberto Simonsen. A seguir Gudin passa a assuntos mais específicos, como o fato de que não há suficiente iniciativa privada no Brasil por falta de financiamento que o Estado não pode prover sem provocar inflação. Não lhe ocorre que o capital privado é demasiado frágil para arcar com riscos desproporcionais em uma economia como a brasileira, com muitos setores inconclusos ou inexistentes do ponto de vista de um capitalismo maduro pelos padrões da época, e que a presença do Estado só se faz contando com o assentimento que as elites empresariais lhe dão. Não há um Estado forte que obscureça o poder das elites privadas. Isto é claro para quem estuda a formação do nosso capitalismo tardio e a relação da elite privada com o poder.

O Estado não pode prover crédito sem provocar inflação porque a economia brasileira acha-se para Gudin em uma situação de pleno-emprego. Este é um ponto importante, porque a inflação tem muitas teorias e uma história

20 O Antigo Regime designa o período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, transição marcada pela cooptação da nobreza e do clero por um Estado absolutista, que passa a praticar políticas nacionais voltadas para a expansão do poder político e econômico através das práticas do mercantilismo e do colonialismo, bem como pela concorrência internacional entre os estados emergentes. Veja-se, por exemplo, Tocqueville (2013).

memorável na economia e na sociedade brasileiras. É verdade que havia capacidade produtiva superutilizada na indústria no final da guerra, mas significa isto pleno-emprego? Tentando encaminhar um comentário, notemos que o planejamento se fez desde o início do primeiro governo Vargas, e ajudou o País a sair já em 1933 da depressão em que mergulhara em 1929. A controvérsia Simonsen x Gudin tem como pano de fundo uma prospecção para a ação pública no pós-guerra, e Simonsen tem noção da necessidade de aporte externo de capital. Aliás, tínhamos também um acúmulo de divisas que se evaporaram na política liberal do governo Dutra (1946-51), supondo que a economia brasileira poderia trabalhar com um grau de abertura externa semelhante ao dos anos vinte. Esta observação aparece em várias passagens de Celso Furtado, como em *Formação Econômica do Brasil*. Isso dá uma ideia da oportunidade do debate e, notadamente, das ideias de Simonsen.

Por outro lado, observando a teoria estruturalista da inflação proposta pela Cepal alguns anos depois, podemos afirmar que o pleno-emprego de que fala Gudin, mesmo se, por hipótese, real, refere-se a uma certa combinação de fatores produtivos ou a certas combinações de recursos. Para a teoria cepalina, a inflação teria como causas estruturais a deficiente estrutura agrária, deficiências diversas em infraestrutura e outros, e mecanismos de propagação como as emissões que avalizam os focos primários de inflação sob risco de estancar a economia. Uma estrutura agrária mais democrática poderia significar, por exemplo, mais alimentos, menor pressão sobre a inflação e outra configuração de fatores produtivos. Ter a moeda ou oferta monetária como causa única ou primária da inflação é navegar em um modelo de equilíbrio-geral dos manuais já não utilizados na academia, como o próprio *Princípios de Economia Monetária*. A visão de Gudin é de que o País deve aproveitar seu escasso capital no setor em que já demonstrou competência, ou vantagem comparativa, diríamos, a saber, a agricultura. Ora, essa vantagem é posta em dúvida pela proposta de reforma agrária que a Cepal levantará nos anos cinquenta e sessenta do século passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo a exposição sobre Gudin, podemos vê-lo como um economista doutrinário sem maior originalidade. Ao contrário, transpõe para o Brasil as ideias há muito conhecidas dos monetaristas antigos, revelando ao mesmo tempo grande desconhecimento de história e de outras visões em teoria econômica, que não expõe nem leva em conta.

Encaminhando a conclusão, o projeto liberal e agrarista de Gudin nunca esteve na agenda do Estado brasileiro desde a Revolução de Outubro de 1930, embora tenhamos homens públicos com essa visão de mundo em postos chave do Estado em diversos momentos – lembramos Octávio Gouveia de Bulhões, o próprio Eugênio Gudin, algumas fases do pensamento de Roberto Campos e outros. Todavia, o Estado brasileiro no pós-Guerra, especialmente nos anos cinquenta e na ditadura, teve sempre como instrumentos a industrialização e o planejamento. Mesmo na crítica década de oitenta procurou-se preservar o parque produtivo nacional, o emprego e o avanço nas políticas sociais. Após essa década, contudo, sobretudo com Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, as privatizações, a desregulamentação financeira e a abertura comercial, associadas ao *take-over*²¹ de inúmeras empresas nacionais, começam a colocar em cena a industrialização como um ciclo econômico que estava sendo fechado. Mesmo nos governos do Partido dos Trabalhadores a desaceleração mundial, o afluxo de dólares e a sobrevalorização cambial impactaram profundamente a indústria e o investimento privado e diminuíram o grau de manobra para a ação do Estado sobre a economia e a sociedade, inclusive pela reduzida presença do investimento de empresas estatais, privatizadas na década anterior.

Por outro lado, o liberalismo sempre foi um traço marcante do nosso precário estado de bem-estar, pelo seu diminuto tamanho, falta de verbas públicas e de vontade política, que mantiveram o recurso ao mercado como uma

21 Processo de alteração no controle acionário de uma empresa por meio da aquisição integral ou da maioria das ações por outra empresa (de modo amigável ou litigioso).

necessidade sempre presente para os trabalhadores e para a população marginal que vive dos inúmeros expedientes e pequenas transferências de renda, utilizando uma escola pública e um sistema público de saúde precarizados, sem dinheiro, com falta de pessoal e remunerações em declínio. Nunca se constituíram de modo pleno laços culturais de solidariedade que produzissem um consenso eficaz sobre o nosso *Welfare State* e nossa cidadania. Mesmo a solidariedade foi mercantilizada por organizações não governamentais, igrejas e outras instituições.

Da mesma forma, apenas na década de 60 seriam estendidas as leis trabalhistas, que constituíam o passaporte para a cidadania dos assalariados formais urbanos, para os trabalhadores rurais. As oligarquias rurais permaneceram intocadas em seus direitos pelo período populista, como um anteparo entre o Estado e as massas do campo, o chamado coronelismo. A heterogeneidade e a desigualdade, a pobreza, foram também sempre marcas das camadas sociais populares rurais e agrícolas, malgrado a proteção social que o Estado estendesse a elas.

Entretanto, tampouco o projeto de capitalismo organizado e democrático tornou-se uma realidade no País. A industrialização sequer arranhou nossas agudas disparidades de renda e promoveu ascensão e declínio da classe média de forma rápida e, nos dois momentos, de forma aviltante para o conjunto da sociedade. Na década de cinquenta e no início dos sessenta parecíamos lutar consistentemente contra o nosso atraso e completar uma matriz econômica e social democrática, mas ao preço da morte trágica de Getúlio Vargas, tentativas de *impeachment* de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, tudo desembocando na revolução de 1964 e suas sequelas, ainda hoje sentidas na sociedade e na política brasileiras.

Para discussões posteriores, a precocidade do pensamento de Simonsen fez com que seu trabalho e orientação teórica e prática influíssem muito sobre o socialista Caio Prado Júnior e o estruturalista Celso Furtado, que avançaram em sendas abertas pela rica orientação do ilustre industrial. Simonsen olha os centros industrializados e vê neles a prosperidade, a democracia, a homogeneidade

social, e os compara à nossa realidade, advinda do passado colonial recorrentemente repostos com características opostas. A partir daí elaborará suas propostas para a agenda pública. Será esse também o ponto de partida de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado, embora homens mais sofisticados em seu aparato teórico e intelectual. Estes últimos, todavia, destacaram o fenômeno do imperialismo e mais tarde da empresa transnacional como uma de suas manifestações, cruciais na forma de dependência industrializada que o País exibirá mais tarde, e que reduzirá o alcance de uma cultura nacional e um capitalismo nacional mais autônomo. Entretanto, seu ponto de partida mesmo nestas questões mais tardias guarda a herança da busca da independência e soberania nacional que Simonsen buscou (Leão, 1994, examina estes pontos de forma detalhada).

Finalmente, é clara a atualidade dos três mestres, em um momento do capitalismo internacional, ao qual se soldou nos anos de 1990, com a política econômica neoliberal, o capitalismo brasileiro, marcado pela depressão econômica e o domínio da grande finança sobre o dinamismo da sociedade nacional e as necessidades sociais. Este é um momento que deve ter longa duração, ligado a ameaças ambientais e a uma miríade de guerras em quase todo o mundo. Há uma convulsão generalizada em que tudo está fora de uma ordenação coerente e válida, assinalando no Brasil mais uma etapa da nossa longa transição inconclusa para a superação da pobreza e do atraso.

REFERÊNCIAS

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GALBRAITH, John Kenneth. **Uma viagem pelo tempo econômico**: um relato em primeira mão. São Paulo: Pioneira, 1994.

GRIFFITH-JONES, Stephany; SUNKEL, Osvaldo. **O fim de uma ilusão**: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUDIN, Eugênio. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: Agir, 1968.

HAYEK, Friedrich A. Von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IPEA. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1946.

KEYNES, John Maynard. **Keynes**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **A matriz teórica de Caio Prado Júnior**: a nação inconclusa. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1994.

MARX, Karl. **O capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1988.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: Cepal, 1949.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil - 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Miguel Sousa. **Rio das flores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

AS PAREDES FALAM DEMAIS CORPO. ARQUITETURA E DISCIPLINA NA CONTEMPORANEIDADE

Júnior Ratts²²

RESUMO:

Este trabalho tem como propósito principal refletir sobre as transformações contemporâneas do corpo em sua relação com a mídia, a arquitetura e os discursos culturais, a partir de uma perspectiva sociológica, comunicacional e semiótica. Para tanto, o trabalho utilizará o reality show estadunidense America's Next Top Model como objeto de análise. Assim, a partir de uma reflexão crítica acerca dos discursos das participantes do programa, o artigo pretende perceber e revelar como se dão as formas táticas de construção do corpo como signo, em consonância com o mercado global da moda e da comunicação, e de que maneira essa transformação proporciona ao sujeito midiaticado uma realidade distinta que lhe garante destaque e sobrevivência em meio ao coletivo.

Palavras-chaves: Corpo. Mídia. Arquitetura.

ABSTRACT

This work has as main purpose to reflect on the contemporary transformations of the body in its relationship with the media, architecture and cultural discourses, from a sociological, communicational and semiotic perspective. To this end, the work uses the U.S. reality show America's Next Top Model as the object of analysis. Thus, from a critical analysis of the discourses of program participants, this paper aims to perceive and reveal how tactical forms of body building as a sign occur, in line with the global fashion market and communication, and how this transformation provides to the mediatized subject a distinct reality that guarantees highlight and survival amid the collective.

Keywords: Body. Media. Architecture.

22 Edilson Brasil de Souza Júnior é conhecido por Júnior Ratts e possui Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e Mestrado em Comunicação. Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: junior.ratts@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO - UM TERRITÓRIO PARA A IDENTIDADE

A identidade reclama um território que é o corpo que, por sua vez, reclama “por um lugar para ser reconhecido por quem o detém e pela comunidade em que se insere” (NETO, 2006, p. 64). O corpo precisa, pois, de um espaço para se expandir e firmar sua identidade. Em seu trabalho sobre homossexualidade, identidade e consumo, a socióloga Adriana Nunan, quando trata dos espaços *gays*, argumenta que esses lugares “podem ser compreendidos como lugares de resistência cultural com um enorme significado simbólico” (2003, p. 143). Essa relação subjetiva entre sujeito e espaço é o mote, para citar um exemplo, do documentário “Edifício Master” [Brasil, 2002] no qual o diretor Eduardo Coutinho nos apresenta o efeito da arquitetura dos pequenos apartamentos que compõe o condomínio em questão na vida de seus moradores. Em outro documentário, intitulado *Baronesa* [Brasil, 2009], a diretora Cláudia Afonso vai mais longe e intensifica esse envolvimento emocional dos moradores com um velho edifício paulistano colocando a narração dos entrevistados em *off* e filmando apenas os espaços habitados por eles (as paredes dos apartamentos, os móveis, o teto, etc.). Falando em São Paulo, foi ao atravessar uma ponte na capital paulista que Félix Guattari viu-se arrebatado a um retorno sentimental à primeira infância. Por tudo isso fica claro, como afirma o próprio Guattari, que “quer tenhamos consciência ou não, [...] os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação” (GUARRARI, 1992, p. 158).

Os espaços produzem então sentimentos enevoados como aqueles que nos conduzem à infância; mas também servem como aparelhos de disciplina úteis à transformação mecânica do corpo e por meio dos quais é possível, fala-nos Foucault, “a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar” (FOUCAULT, 1997, p. 123). Ainda de acordo com Foucault, é no final do século XVIII, com o surgimento das multidões nas grandes

metrópoles europeias, que o espaço passa a ser organizado para alcançar objetivos econômicos-políticos e é nesse momento que “a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde e do urbanismo” (FOUCAULT, 1982, p. 211). É necessário domesticar uma série de corpos indóceis e, para tanto, “a disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (Idem, p. 122).

Atualmente, constatamos o retorno de uma revisão na arquitetura das grandes cidades e também uma reformulação do processo de cercamento. Recorrendo aos estudos de Nan Ellin, uma das maiores analistas das tendências urbanas contemporâneas, Zygmunt Bauman nos mostra que proteger-se do perigoso sempre foi um dos principais incentivos à construção das cidades e que “muralhas, fossos e paliçadas assinalavam a divisa entre ‘nós’ e ‘eles’, ordem e selvageria, paz e guerra: inimigos eram aqueles deixados do outro lado da cerca e que não tinham permissão de atravessá-la” (BAUMAN, 2007, p. 77). Retirando os fossos e as paliçadas, não há muita diferença entre a criação das antigas aldeias da Mesopotâmia, das cidades medievais e dos assentamentos dos nativos americanos e os condomínios fechados de nosso tempo. O problema está em que o inimigo não é mais o bárbaro, o estrangeiro que não fala nossa língua e quer saquear nossas reservas de suprimentos, empalar nossos homens, escravizar as crianças e abusar das mulheres.

Nos dias atuais, o outro que fala nossa língua e que cruza-nos na rua é quem nos desperta para a necessidade ao ordenamento de uma vida fechada em espaços tecnologicamente seguros, nos quais somente pessoas devidamente autorizadas entram e saem. Isso porque, como nos explica Bauman, “a cidade tem sido associada, principalmente nos últimos cento e poucos anos, ‘mais ao perigo que à proteção’” (BAUMAN, 2007, p. 77). Criamos então cidades dentro de cidades, num processo batizado pelo geógrafo italiano Giuseppe Sacco de *medievalização da cidade*. Eco explica o termo desenvolvido por Sacco em seu artigo *A Nova Idade Média*. Fazendo um paralelo entre as organizações citadinas

medievais e o processo de reclusão domiciliar atual, o autor indica que “uma série de minorias que recusam a integração constituísse em clã e cada clã escolhe um bairro que se torna o próprio centro, frequentemente inacessível... [...] “Dentro do espírito de clã são restabelecidas, por outro lado, também as classes abastadas que, seguindo o mito da natureza, retiram-se para fora da cidade, no bairro jardim com supermercados autônomos, dando vida a outros tipos de microssociedade” (ECO, 1984, p. 85). Canclini também faz um alerta sobre esse fenômeno contemporâneo quando afirma que

a violência e a insegurança pública, a impossibilidade de abranger a cidade [...] levam a procurar na intimidade doméstica, em encontros confiáveis, formas seletivas de sociabilidade. Os grupos populares saem pouco de seus espaços, periféricos ou centrais; os setores médios e altos multiplicam as grades nas janelas, fecham e privatizam ruas dos bairros. (CANCLINI, 2008, p. 286).

Como se vê a partir dos exemplos, os condomínios fechados de hoje reproduzem aquilo que os nobres já faziam há séculos por meio da construção de complexas estruturas de moradia como os castelos: fazer uma separação nítida entre os considerados superiores e aqueles considerados perigosos. É óbvio, no entanto, que, se existe nas atuais moradas cercadas e controladas uma série de benefícios (academias, escolas, parques aquáticos, etc), eles estão menos relacionados a um entusiasmo de exposição extravagante e mais a uma estratégia comum na luta urbana atual pela sobrevivência condicionada pelo isolamento e pela redução das distâncias. De qualquer forma, mantêm-se os vocábulos “nós” e “eles” e, a partir disso, “assiste-se à passagem de uma visualidade multicultural à reclusão compartimentada” (CANCLINI, 2007, p. 163), o que traz como uma das conseqüências o desencadeamento de sentimentos de desejo por pertença ou revolta por exclusão.

Contudo, essa negação da multiplicidade cultural não acontece somente ao levantar dos muros dos condomínios fechados, ela já está presente em nosso meio que insiste em reconhecer o outro e afastar-se dele, em unir-se em tribos que, mesmo coexistindo em um mesmo espaço, ignoram-se, revoltam-se e criam artimanhas de “destruição” e/ou “proteção” envoltas em ações de competição.

Richard Sennet relata esse aspecto contemporâneo ao mostrar, em *Carne e Pedra*, como a variação e a indiferença coexistem no *Village*, um bairro nova-iorquino composto por diferentes etnias, uma ágora moderna nas palavras de Jane Jacobs em *The Death and Life of Great American Cities*. De acordo com Sennet, “a multiplicidade não espicaça as pessoas a interagirem. [...] É assim que funciona a diversidade no Village; nossa ágora só existe na aparência” (SENNET, 1997, p. 288 e 289).

De forma parecida, a ágora do *reality show* estadunidense *America's Next Top Model*²³, o qual trabalha a partir de “um confinamento para desenvolver os corpos confinados”, por alguns segundos nos ilude de que ali há um convívio pacífico entre diferentes subgrupos femininos de classe, sexualidade, etnia e nacionalidade. Principalmente porque o programa, como uma espécie de fruto tardio do *american dreams*, ao contrário das edições em outros países, tende a receber na *Casa* tanto aquelas nascidas nos EUA como aquelas que se refugiaram (metaforicamente e no sentido literário) no país à procura de melhores condições de vida. Dessa forma, ANTM é visto por essas mulheres como a oportunidade que o mundo mais ou menos lhes negou de continuar sobrevivendo. Ou seja, a grande chance de cruzar a fronteira entre o “eles” e o “nós” e permanecer definitivamente no “nós”. Não por acaso, milhares de mulheres, entre 18 e 27 anos (em uma das temporadas atuais foram aceitos aspirantes à modelo com mais de 30 anos), organizam-se, a cada seis meses, em filas quilométricas para defenderem em rápidos segundos e diante de uma câmera os porquês de merecerem ser escolhidas para *entrar na Casa*.

23 Criado em 2003, pela supermodelo Tyra Banks (conhecida por ter sido a primeiramodelo afro-americana a aparecer na capa das revistas GQ e Sports Illustrated Swimsuit Issue e no catálogo da famosa grife de lingerie Victoria's Secret), o reality foi um dos programas de maior audiência do canal UPN. Atualmente transmitido pelo canal CW Television, o programa está em seu 20º ciclo e é responsável por revelar novos rostos para o mercado da moda. Por conta do sucesso alcançado nos EUA, franquias do reality são produzidas na atualidade em 17 países (incluindo o Brasil – Brazil's Next Top Model). O reality e suas versões, juntos, são exibidos em mais de 170 países em todo o planeta.

FIGURA 1 – CARTAZ PROMOCIONAL DA 7ª TEMPORADA DO PROGRAMA



FONTE: www.fanpop.com

FIGURA 2 – FILA DE CANDIDATAS PARA UMA DAS EDIÇÕES DO PROGRAMA



FONTE: <http://g1.globo.com>

E o que é exatamente essa Casa? Geralmente uma mansão ou um grande *Loft* em Los Angeles ou Nova York com piscina, sauna, decoração extravagante e impecável e, em todos os cômodos, fotos gigantes de Tyra Banks em poses magistrais. Nessa Casa, as aspirantes a *top model* passam semanas, recebendo aulas de etiqueta, passarela, maquiagem, eloquência, etc, saindo apenas para participar de sessões fotográficas ou encontrar estilistas, gravar comerciais e conhecer personalidades do *show business*. Por tudo que o espaço físico do *reality* promete, pode-se dizer que antes do sonho por tornar-se uma *top model*, há o sonho de tornar-se uma moradora da Casa. É o que podemos constatar no depoimento da candidata Marvita Washington do 10º Ciclo: “Eu realmente me considero uma sobrevivente porque já passei por muita coisa. Quando tinha 18 anos, eu era uma sem-teto, não tinha meus pais, não tinha para onde ir. Este vai ser o melhor lugar que eu já estive”. Em outro instante, juntamente com Marvita, a candidata Katharzyna pula de braços abertos sobre uma grande cama e declara “Eu amo você, cama do *America’s Next Top model*.”

O sentimento de gratidão é tamanho que algumas candidatas expressam-no mesmo antes de serem selecionadas para habitar o *loft*. “Agradeço a tudo que está sendo concedido a mim. Até a comida eu amei demais!”, diz Anya, pouco antes de ser selecionada para integrar o *cast* da 10ª temporada do programa. Este desejo por permanecer o mais tempo possível na Casa substitui, conforme mencionado, o próprio desejo de vencer a competição, mesmo que uma coisa esteja condicionada a outra. Por isso, é comum escutar em dias de eliminação²⁴ “Eu não quero sair daqui” ao invés de “Eu quero ser a próxima *top model*”. O medo de não se saber o que vai acontecer depois da eliminação, o risco de voltar a ser “eles” ofusca o futuro “nós”, pois estando ali, elas todas, mesmo sem prêmio algum, já se sentem na condição vitoriosa de “nós somos” o contra-ponto exato aos desconhecido “eles são” que habitam as ruas para as quais nenhuma das candidatas pretende retornar por todo conhecimento de mundo adquirido nos

24 As eliminações acontecem uma vez por semana e, em cada uma delas, uma candidata sai da Casa. A eliminação é feita geralmente com base nas fotos produzidas em um ensaio fotográfico.

poucos dias resididos entre as paredes da “casa dos sonhos”. Daí que todo pânico e toda euforia talvez sejam um dos motivos que, segundo Virílio, faz com que esqueçamos rápido demais que “antes de ser um conjunto de técnicas destinadas a permitir que nos abriguemos das intempéries, a arquitetura é um instrumento de medida, um saber” (VIRÍLIO, 1993, p. 16), que organiza o espaço e o tempo das sociedades, mas também as ações dos indivíduos circundados por ela e (por que não dizer?) dos sujeitos postos sob seu domínio e influência.

A PEDAGOGIA DAS PAREDES

Apesar do sonho de pertença, não nos esqueçamos do poder disciplinar da arquitetura. Como nos diz Merleau-Ponty “o arquitetônico está por toda a parte: na gênese, no funcionamento, na própria percepção” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 345). O que quer dizer que, se olharmos para a arquitetura, ela também nos olha e nos interroga; ou pode calar-se e, em silêncio, interpelar-nos; repentinamente, fazer-nos semioticamente mudar, a cada novo cômodo que decidimos conhecer ou habitar. Em outras palavras, a partir do ambiente que habitamos podemos nos perceber de formas diferenciadas.

As moças de ANTM são inevitavelmente questionadas pelo silêncio enganoso da casa e, talvez por se sentirem constrangidas a assumir para si de forma imediata a identidade exigida pelo lugar, tratam logo de transformá-lo em *espaço*. Isso porque “o espaço é um lugar praticado” (DE CERTEAU, 1994, p. 202) e essa prática que faz do lugar um espaço é produzida por um movimento de ação e narração, que orientam o espaço a funcionar “em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (DE CERTEAU, 1994, p. 202).

Ou seja, o corpo em movimento projeta sua própria identidade, faz ecoar sua voz e estabelece um diálogo com as paredes, condicionando o espaço à sua própria história. Assim, “a arquitetura pode muito bem trazer mensagens morais; só não tem poder de impô-las. Ela sugere, em vez de ditar leis” (BOTTON, 2007,

p. 20). Assim, a Casa, minuciosamente preparada para moças que querem ser modelos, sugere que elas o sejam de verdade, pois, se como comenta Botton, “as casas podem ser acusadas de não melhorarem a personalidade de quem vive dentro delas” (BOTTON, 2007, p. 18), quem vive dentro delas pode ser acuado a melhorar sua própria aparência a fim de conferir gratidão ao fato de lhe terem feito morar na melhor das casas.

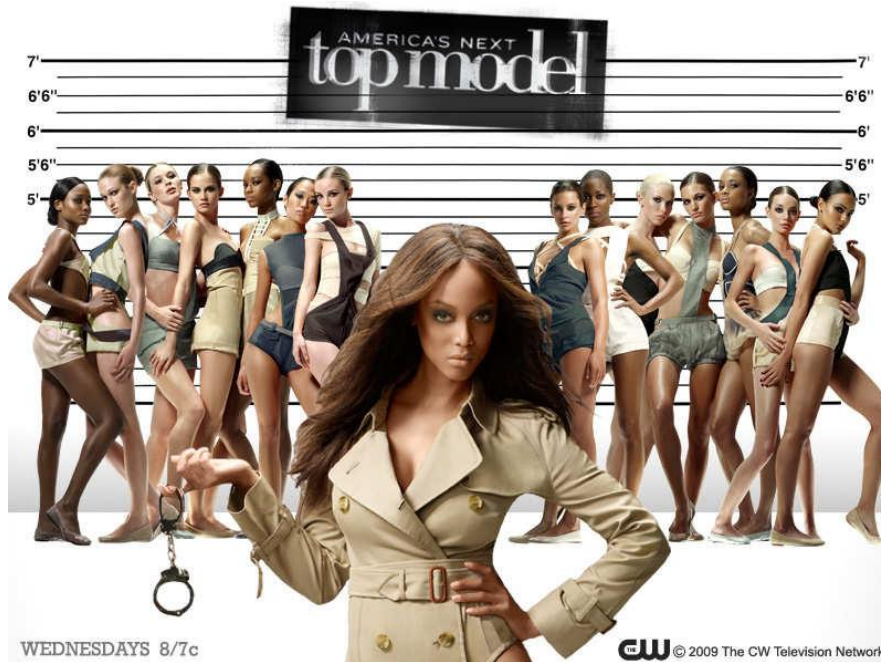
Às vezes, porém, as casas não sugerem, mas ditam arbitrariedades. Exemplo disso aconteceu no 13º Ciclo, em que, pela primeira e única vez, a participação no programa foi limitada a candidatas com menos de 1,70 cm. Nesse Ciclo, as modelos eram sempre colocadas em ambientes, nos quais eram “advertidas” a assumir um comportamento infantilizado, reproduzindo nos ensaios fotográficos um “lolitismo” trabalhado em detalhes por todos os elementos que compunham a arquitetura da casa na qual estavam instaladas (Figura 3). Com isso, substituiu-se a inadequação da altura (muito baixas para serem modelos) pelo erotismo eminente (baixas o suficiente para serem ninfetas). Com isso, a impossibilidade imagética de aceitar uma modelo baixa era compensada construindo, a todo tempo, o signo esbravejante do erótico. E a arquitetura estava lá, como cúmplice na formulação sígnica.

FIGURA 3 - IMAGENS DE ALGUNS CÔMODOS DA CASA ONDE FICARAM CONFINADAS AS CONCORRENTES DO 13º CICLO.



FONTE: www.antrm.blogspot.com

FIGURA 4 - AS MODELOS SÃO SEMPRE COLOCADAS EM UMA SITUAÇÃO QUE REAFIRMA SEU TAMANHO INADEQUADO AOS PADRÕES DA MODA, AO MESMO TEMPO EM QUE REFORÇA UMA SENSUALIDADE INFANTILIZADA.



FONTE: www.anthm.blogspot.com

FIGURA 5 – A MODELO LULU BRAITHWAITE (13º CICLO DE ANTM) NUMA SITUAÇÃO DE LOLITISMO AO SER FOTOGRAFADA COMO UMA MENINA.



FONTE: www.anthm.blogspot.com

A arquitetura às vezes fala mais alto do que os corpos contidos nela. E, para tanto, nestes casos, a arquitetura deve-se fazer confiável, do chão ao teto, a fim de conseguir exatamente o que desejam aqueles que a formularam. Disto atesta a escritora Virginia Wolf em visita à Lady Ottoline, relatada na crônica *Um salão moderno*: “ela é muito cuidadosa e detalhista com seu ambiente. Parece que ele também desempenha um papel” (WOLF, 2004, p. 64). E o papel desempenhado pela Casa de ANTM é proporcionar ao corpo que a habita indicações ao signo em que ele deve moldar-se para permanecer ali. É torná-lo *adequado* tal qual uma mobília bem escolhida dentre outras milhares descartadas. Mas nem por isso Casa e modelos chegam a ser inimigas em algum momento. Pelo contrário, cria-se um laço sentimental entre as duas, como indiquei, e isso não se deve apenas à sobrevivência que a Casa alude, mas ao sonho que a Casa guarda e que está representado em todas as paredes – os quadros de Tyra. Mas o que dizem as fotos? A crônica *Cambridge* de Virgínia Wolf, que relata a ida da escritora à casa da família Darwin, nos dá uma pista. Durante a visita, ao observar que a sala dos filhos opõe-se completamente à dos pais, a escritora pensa que “se eles pudessem se livrar da tradição, deixariam nuas as paredes” (WOLF, 2004, p. 51). Porém as paredes de ANTM estão vestidas, completamente vestidas, com fotos de Tyra Banks e também de todas as vencedoras dos outros Ciclos. E, neste sentido, a ideia que a Casa deseja transmitir com suas fotos é muito clara para todas as concorrentes: elas devem ser *top models* no sentido mais tradicional do termo.

Coincidentemente, a primeira a perceber a mensagem, no 12º Ciclo, será aquela que irá vencer o programa: “Quando fui subindo os degraus, comecei a ver fotos das vencedoras dos Ciclos passados. E sabe de uma coisa? Eu vou estar lá no próximo ano”, prevê a candidata Teyona. Aos poucos, outras concorrentes vão entendendo as mensagens elaboradas pela arquitetura: “Todas as imagens são de Tyra. O que é ótimo porque eu me deparo apenas olhando pra elas e pensando ‘Eu invejo você’, diz London Levi-Nance. É dessa maneira que (acompanhando a

lógica maquínica de Foucault) o corpo antes de encontrar/tornar-se o corpo dito superior para assim se tornar corpo-máquina se vê de frente com as verdades da casa, que também é máquina e, como tal, produz uma série de discursos direcionados ao corpo a fim de lhe prometer um futuro maravilhoso, a partir de uma articulação entre os dois (entre o corpo e a arquitetura). Dessa forma, uma estrutura influencia a outra a desenvolver-se/ a “evoluir”, transformando o corpo numa extensão perfeita da primeira estrutura minuciosamente planejada para a conversão dos indivíduos postos diante/dentro dela. O corpo é, pois, a atualidade daquilo que foi virtualizado pelas paredes. Ou melhor, virtualizado por aqueles que projetaram as paredes. Afinal, afirma Alain de Botton, é tarefa da arquitetura “deixar bem claro para nós quem poderíamos ser” (BOTTON, 2007, p. 13).

Assim, a casa de ANTM, depois de um primeiro momento de serenidade e reconhecimento, começa a “exigir” de suas participantes que se mostrem tão belas quanto à arquitetura que as cerca e as próprias candidatas passam a solicitar, entre pedidos e gritarias, que cada uma cumpra o papel indicado pela Casa: que se torne uma modelo de fato. Neste sentido, cumpre-se a organização vigilante do sistema panóptico em que cada um é o vigia do outro e todos conservam, com isso, o grande poder desindividualizado. E compartilha-se também de um acordo comunitário no que se refere à promoção de um sentido que não pode ser desfeito e que vai se firmar no comportamento e na aparência das candidatas, na maneira de rearranjar o corpo por cada uma delas. Numa casa com belos móveis, belos acessórios, belos corpos, belo tudo. Em outras palavras, é preciso gritar com uma voz que não se escuta que o corpo, sem dúvida e definitivamente, pertence ao lugar no qual esse corpo pretende estar. Ainda que de passagem.

CABELOS PARA CORPOS EM CONSTRUÇÃO

O teu cabelo é como o rebanho de cabras que pastam no monte de Gileade.

...a tua fronte é qual um pedaço de romã entre os teus cabelos.
(Cantares de Salomão)

O primeiro reajuste corporal ao qual são submetidas as concorrentes do *reality* trata-se de uma intervenção estética nos cabelos. A mudança no cabelo feminino (o corte, a pintura, a implantação de apliques, etc.) é cercada por simbolismos e sua imposição sempre denota castigo ou negação a uma vida passada e conseqüentemente filiação a uma nova ordem social. A mudança capilar, de maneira semelhante às alterações constantes no vestuário ou no corpo, é também concebida como índice de poder, útil ao estabelecimento de limites identitários. O cabelo é um limite complicado do feminino, pois tanto sua estrutura quanto sua cor correspondem geralmente a estereótipos firmados pela cultura e que acabam por ser incorporados ao próprio ser ao qual pertence o cabelo. No Novo Testamento, por exemplo, o cabelo alude à submissão natural da mulher em relação ao homem, “portanto, a mulher deve ter sobre a cabeça *signal* de poderio” (I Coríntios, 11:10). Decorre então que “o cabelo cumprido sempre foi um atributo importante, na verdade, legendário da feminilidade” (LURIE, 1997, p. 251) o que é efeito da regulação tradicional da sexualidade na qual “o homem dá as ordens e cavalga a mulher”²⁵, segurando suas rédeas (seus cabelos) e pondo-a em seu verdadeiro lugar. Por conta do discurso cultural que envolve os cabelos, muitas ordens religiosas exigem de seus membros femininos que lhe sejam completamente cortados os cabelos ou que uma tesoura ou qualquer tipo de produto químico jamais lhes toquem. Daí que o cabelo guarde uma ideologia que pode ser usada contra ou a favor do sujeito que o possui e que essas ideologias, de acordo com o ambiente, possam ser considerados estigmas que dificultam o desenvolvimento das relações sociais.

No caso de ANTM, as paredes, por meio dos integrantes da comunidade, convidam as concorrentes a abandonarem os estigmas que podem dificultar sua permanência na casa-comunidade, substituindo-os por novos sinais que denotam suas novas formas de ser e estar. E o primeiro dos estigmas a ser abolido é o da localidade que o cabelo sugere, o qual é inconveniente para o mercado da moda,

25 Ver Bozon, Michel. *Sociologia da sexualidade*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004, p. 20.

mas também para o mercado da informação. Mas exatamente por quê? Como vimos até aqui, toda identidade para se fortalecer exige um limite que a separe do outro e em ANTM essa fronteira é colocada em confronto com a imagem da mulher comum, ou como dizem no programa, da garota do *shopping*, da dona de casa, da mulher catálogo. Fugir cada vez mais dessa imagem corresponde a seguir adiante para se tornar a próxima *top model* americana. Sendo inevitavelmente a imagem da mulher associada aos cabelos, é compreensível que a primeira iniciativa de construir uma nova imagem do feminino pelo *reality* se dê a partir de uma intervenção capilar. Isso fica mais evidente nas palavras de Tyra sobre a transformação da concorrente da 12ª temporada Fo Porter: “Quando eu olho para a Fo, vejo fofura. Sardas fofas, rosto bonito. Mas fofura não faz sucesso no mundo das *top models*. Então eu vou cortar todo o seu cabelo fofo” (Figura 6). E também quando o cabelereiro diz à candidata Celia que precisa cortar seus longos cabelos, pois “cada menina lá fora tem cabelos longos”.

FIGURA 6 – TRANSFORMAÇÃO DA MODELO FO PORTER (12º CICLO DE AMERICA’S NEXT TOP MODEL).



FONTE: www.supercute.ca

Observa-se assim como a mudança capilar corresponde ao estar dentro, ao pertencer visivelmente a uma nova moral já apresentada pela arquitetura. E, por precisar ser vislumbrada da melhor maneira possível é que essa nova ordem/moral sobre os corpos inseridos na nova comunidade começa a operar

pelos cabelos, os quais estão obviamente na parte frontal da cabeça, onde “existe um acúmulo de componentes, órgãos sensíveis, que intensificam, pela visualidade, uma maior concentração de sinais enunciadores, que [...] sintetizam ou exponenciam ao máximo a comunicabilidade que é potencializada pelo próprio corpo” (CASTILHO, 2004, p. 52). Por isso mesmo, a mudança iniciada na cabeça se estende semioticamente por todo o corpo, remodelando-o a partir de uma convicção de estar filiado *de fato* a uma nova ordem/moral (Isso fica visível na imagem do *makeover*). Além disso, o cabelo transita entre o corpo e o vestuário²⁶ o que confere às candidatas uma ampla possibilidade de socialização ao se deixarem levar pela alteração capilar. Elas confirmam assim que desejam realmente participar do grupo, que querem “compor” a arquitetura da Casa e que, para tanto, oferecem o corpo à reconstrução condizente com a nova irmandade²⁷. Através dessa atitude, comprovam ainda estarem aptas ao efêmero e mutável mercado da moda e confirmam ao telespectador que, realmente, trata-se de modelos as pessoas que o programa lhe apresenta.

Como se vê, “a função unificadora da moda e da indumentária serve para comunicar a afiliação de um grupo social, tanto para aqueles que são seus membros quantos para os que não são” (BARNARD, 2003, p. 91). Faz-se preciso, pois, pensar em todos os efeitos que causam na comunidade e nos diferentes públicos algo aparentemente tão simples quanto um corte de cabelo. Devemos atentar nesse ponto à importância do corpo como *significante* de uma série de significados sobre si mesmo e sobre o grupo de pertença. E isso ocorre porque “todas as vezes que um indivíduo entra numa organização ou numa comunidade, ocorre mudança na estrutura do conhecimento sobre ele [...] e, portanto, mudança nas contingências do controle de informação” (GOFFMAN, 1988, p. 78).

26 “O vocabulário das roupas inclui não apenas peças de roupas, mas também estilos de cabelos, acessórios, jóias, maquiagem e decoração do corpo” (LURIE, 1997, p. 20).

27 “A constatação da presença do ‘outro’ faz com que o corpo se reconstrua, revestindo-se de características culturais e adquirindo, portanto, uma noção de identidade de sujeito no discurso. Assim, na sua máxima individualidade, o corpo reflete a identidade que viu nascer das entrelinhas do discurso do semelhante, na apreensão de valores e significados pertinentes a seu grupo e que se organizaram em seu ser, seu fazer e na sua estrutura, concepção e construção corpóreas” (CASTILHO, 2004, p. 56).

Informações que se dão a partir de uma normatização/racionalização do corpo posto em evidência no ambiente sócio-cultural no qual é inserido, exposto e ressemantizado. “Estranhamente, sinto-me liberta. E eu acho que isso vai se traduzir melhor nas fotografias”, diz Celia com seus novos cabelos curtos. O controle do corpo, isto é claro, traz o controle da informação.

Nesse contexto, a informação é controlada por meio da normatização da aparência corporal, a qual impede uma discrepância entre a identidade social anterior à entrada na Casa e aquela virtualizada pelo novo ambiente nos quais as participantes do programa estão inseridas²⁸. A informação social está, pois, contida na construção do corpo em sua forma de signo e mercadoria e na promoção desse corpo como consumidor e produtor, indivíduo e membro de uma coletividade específica²⁹. Os binarismos existenciais são diversos, mas se resumem basicamente à possibilidade do sujeito em administrar-se coerentemente sob a forma de signo³⁰.

Goffman esclarece essa condição do sujeito: “a informação social, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem” (GOFFMAN, 1988, p. 53). É justamente o controle dessa informação social o que permitirá uma vida consolidada para o corpo-indivíduo praticante de uma coletividade quanto para o corpo-máquina praticante de uma atividade de consumo. “O afro de Aminat é absolutamente lindo,

28 A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (GOFFMAN, 1988, p. 11 e 12).

29 A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação (BAUMAN, 2007, p. 71).

30 Nesse sentido, os novos cabelos podem ser entendidos como símbolos de prestígio que se contrapõem aos símbolos de estigma, que são aqueles signos “especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução conseqüente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 1988, p. 53).

mas *limitante*. Então nós vamos retirar esse aplique e vamos colocar algumas ondas como as de Naomi Campbell”. As palavras de Tyra revelam um processo maquínico de reprodução de signos, que se dá a partir da adequação do corpo ao processo mercadológico de ressemantização. Em outras palavras, a troca de cabelos adequa o corpo à sua condição de “mercadoria em demanda”, a qual faz com que as modelos provem ser “tão adaptáveis, treinadas e valiosas que nenhum empregador ousaria mandá-las embora ou tratá-las mal” (BAUMAN, 2006, p. 81).

Em *Vida para consumo*, Bauman nos apresenta uma interessante transformação na potencialidade utilitária do corpo com a mudança da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores. Para tanto, ele utiliza o exemplo do trabalhador/soldado, cujo espírito, no primeiro tipo de sociedade, deveria ser silenciado em prol de um corpo que precisava ser constantemente administrado em sua funcionalidade maquínica. “A sociedade de produtores e soldados se concentrava na administração dos corpos a fim de tornar a maior parte de seus membros apta a morar e agir em seu pretense hábitat natural: o chão da fábrica e o campo de batalha” (BAUMAN, 2008, p. 72). Sobre esse aspecto, Foucault comenta que “o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa” (FOUCAULT, 1997, p. 117).

Um pouco antes desse período de funcionalidade corporal do soldado, mais exatamente no início do século XVII, Foucault fala da função que o soldado desempenhava mais com sua imagem, do que propriamente com sua habilidade de promover o ofício das armas. “O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe [...] seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia” (FOUCAULT, 1997, p. 117). Voltando à época atual e a Bauman, vemos uma nova transformação na ação das pressões coercitivas que passam a ser exercidas na administração do espírito “deixando a administração dos corpos ao trabalho individual do tipo faça-você-mesmo, supervisionado e coordenado de forma individual por indivíduos espiritualmente treinados e coagidos” (BAUMAN, 2008, p.

73). O treino e a possibilidade do constrangimento³¹ passam a ser as ferramentas que moldam o corpo na busca por uma evidência maquínica de signo. Em ANTM isso fica ainda mais evidente e há uma “sugestão” de que o mesmo treinamento dado aos soldados oitocentistas é praticado na produção de corpos-mercadorias destinados ao consumo universal³², com um acréscimo: a imagem da modelo se dá pela disciplina, mas também pela autoevidência, tal quais os soldados do século XVII descritos por Foucault e os soldados romanos mencionados por Barthes (em sua crítica ao filme *Júlio César* de Mankiewicz) cuja romanidade devia-se unicamente aos “cabelos romanos” que cada um dos personagens carregava. “O *signo* opera aqui abertamente. A madeixa na testa torna tudo bem claro; ninguém pode duvidar de que está na Roma antiga. [...] todos se sentem seguros, instalados na tranqüila certeza de um universo sem duplicidade, em que os romanos são romanos pelo mais visível dos signos, o cabelo na testa” (2003, p. 30).

Barthes aproveita a situação cinematográfica e faz uma crítica árdua ao uso dos signos pela indústria da cultura de massa. Para ele, o excesso no uso do signo com uma finalidade determinada e transparente é o que reduz sua credibilidade. O signo quer construir a superfície e a profundidade e aí está o seu pecado: “quer fazer compreender (o que está certo), mas tanto se oferece simultaneamente como espontâneo (o que é falso) quanto se declara intencional e irreprimível, artificial e natural, produzido e encontrado” (BARTHES, 2003, p. 32). O autor nos conduz então a pensar sobre uma moral do signo por meio da qual ele só poderia ser apresentado sob as formas extremas de *uma álgebra*

31 De acordo com Sodré, “a prescrição moral, com pressuposições lógicas (aja de tal modo, porque é “moderno”, porque é o “melhor”, etc., segundo a lógica da inserção social na contemporaneidade), está de fato implícita no discurso midiático. Inexiste sanção externa ou explícita para a falha na observância dessa prescrição, mas fica implícita a vergonha (fato interno), conseqüente à autodesvalorização estética, à inadequação pessoal a um padrão. É o padrão identitário valorizado que vai permitir ao indivíduo atingir um optimum de reconhecimento social” (SODRÉ, 2002, p. 53).

32 Foucault diz que “lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoria dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’ (1997, p.117, grifo meu).

francamente intelectual ou como *signo de um momento, e não de um conceito*. O uso então do signo intermediário (que é o cabelo romano) ao querer tornar o mundo mais claro, retratando uma naturalidade que só existe no imaginário coletivo revela a duplicidade culpável própria do espetáculo burguês que continuamente confunde o signo e o significado. Conclui Barthes: “entre o signo intelectual e o signo visceral, esta arte coloca hipocritamente um signo bastardo, simultaneamente elíptico e pretensioso, que batiza com o pomposo nome de ‘natural’” (BARTHES, 2003, p. 32).

Sob o ponto de vista do autor de *Mitologias*, o novo cabelo das concorrentes nada mais é do que uma forma de conferir ao corpo uma naturalidade imposta; uma ferramenta que expurga qualquer vestígio de uma realidade desconhecida e enquadra todos num nivelamento imagético que, por vezes, fere³³ o corpo ao agradar à audiência e ao mercado. Ao abandonar aquilo que lhe confere a visibilidade da origem em prol de uma imagem universal marcada pela transitoriedade do sistema da moda, esse corpo se apresenta como consumidor/produtor filiado³⁴ à sociedade global de consumo e de informação, traduzindo-se em objeto comercializável e ampliando conseqüentemente aquela personalidade performática que é vontade desse próprio sistema. O corpo se põe, assim, em eterna reciclagem³⁵ de signos e, com isso, afirma uma identidade³⁶ que

33 Podemos comprovar isso a partir da experiência da candidata Fo em ter seus cabelos cortados. Ao contrário de Celia, a modelo demora para se identificar com o novo penteado. Diz ela, chorando: “Eu definitivamente não esperava por isso. Eu sou o tipo de pessoa que precisa de um tempo para se sentir na própria pele. [...] Eu não sei trabalhar com esse cabelo. E isso me assusta porque eu não consigo superar o conceito de que é tão curto”.

34 “A identidade a reconhecer nos corpos-mercadorias é aquela que dadas marcas anunciam e sem a qual não se ocupa um lugar no mundo, nesse mundo fetichizado” (NETO, 2006, p. 65). “Consumir”, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em “vendabilidade”: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado, ou reciclar as que já se possui, transformando-as em mercadorias para as quais a demanda pode continuar sendo criada” (BAUMAN, 2007, p. 75).

35 “Consumir”, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em “vendabilidade”: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado, ou reciclar as que já se possui, transformando-as em mercadorias para as quais a demanda pode continuar sendo criada” (BAUMAN, 2007, p. 75).

36 Obter novas versões dessa roupas, reconstruir esses estilos e substituir ou reformar as versões defasadas são condição para estar e permanecer em demanda: para permanecer desejável ou suficiente para encontrar clientes interessados, quer se esteja ou não lidando com dinheiro.

lhes assegura também sua filiação ao grupo mais restrito do qual faz parte, além de garantir o reconhecimento cognitivo daqueles que esperam “consumi-lo” um dia. Os novos cabelos, por fim, garantem segurança e mostram que “o segredo de todo sistema social durável (ou seja, que se auto-reproduz com sucesso) é transformar seus “pré-requisitos funcionais” em motivos comportamentais dos atores” (BAUMAN, 2008, p. 89).

Dessa forma, os atores em ANTM, as concorrentes ao título de *top model*, deixam-se levar por uma mudança capilar que completa a mudança de atitude e pensamento já iniciadas pelas normatizações arquitetônicas. O cabelo é, pois, apenas o primeiro elemento a obedecer à nova ordem que logo tomará conta de todo o corpo das concorrentes à medida que as semanas na Casa forem transcorrendo. Ganha o programa quem olhar para as imagens em torno de si e se imaginar como uma imagem semelhante (A virtualização de si é a peça-chave da vitória). Talvez por isso poucas são as modelos GG que persistem, visto que a Casa, conforme mencionado, é decorada por fotos tradicionais de modelos (magras, esguias, sem muitas curvas). O corpo enfim acompanha os ditames da nova casa onde habita e os cabelos não poderiam fazer outra coisa que não “calar-se” e assumir provisoriamente as cores e formas que a nova moral arquitetônica, naquele momento, lhes confere.

UMA NOVA PERSPECTIVA PARA NOVOS CABELOS

Assim como os cabelos, as perspectivas apresentadas na seção anterior mudam sob o ponto de vista de Maffesoli. Fala-se ainda de um ideal de mercado, porém menos abrasador e mais voltado à consolidação de um ideal comunitário.

O signo, nesse novo contexto, faz parte da profusão de imagens que, enfatizadas por um estilo da época, indicam um retorno à comunidade. O signo pode, a partir dessa perspectiva, ser percebido como o visível (aquilo que é imanente) que quando trabalhado juntamente com o invisível (o transcendente)

pela mídia fundamenta-se em um substrato arquetípico. “Assim, o que prevalece não é mais o indivíduo, isolado na fortaleza de sua razão, mas o conjunto tribal, que se comunica ao redor de um conjunto de imagens que consome com voracidade” (MAFFESOLI, 1995, p. 145). O próprio Barthes admite essa euforia do coletivo diante da imagem que resgata o passado através de imagens que nos são queridas quando fala da construção do imaginário pela publicidade. Pode-se falar então de uma ética da estética³⁷, cujo sentido é “vibrar por meio de imagens comuns, gozar, nem que seja de maneira relativa, do mundo tal como ele” e confirmar com isso a existência de “um vínculo social que se estabelece a partir daquilo que, à primeira vista, pode ser considerado frívolo” (MAFFESOLI, 1995, p. 146).

A imagem do belo é um exemplo de frivolidade que nos religa e suas diferentes representações, suas misturas que compactam num único corpo citações de épocas e tempos diversos que às vezes a publicidade de moda produz para nos apresentá-lo é uma forma de recobramos o senso de passado que se perdeu. Olhemos então para a beleza do corpo e tenhamos aquela mesma sensação de melancolia da qual experimentou Guatarri sobre a ponte. Afinal, “assim como a arquitetura pós-modernista constrói seus imóveis a partir de diversas ‘citações’, emprestadas justamente das construções dos estilos antigos, o mundo imaginal, que está sendo elaborado contemporaneamente, fundamenta-se em um substrato arquetípico” (MAFFESOLI, 1995, p. 147).

Seria impossível, por isso, pensar que o corpo circulado por essa arquitetura não fosse tomado também por um sentimento de mudança constante de aparências e de uma conversão, através do espelho midiático, em arquétipos míticos que nos dizem sempre algo. Afinal, “o homem moderno precisa que lhe digam o que pensar – em poucas palavras, sem dúvida -, mas precisa que lhe digam” (BAGEHOT apud COSTA, 1992, p. 108). Isso porque “em sua luta pela

37 Uma das características dessa ética, segundo Maffesoli, é “gozar, nem que seja de maneira relativa, do mundo tal qual ele é [...] É isso mesmo que permite dizer que existe uma ética da estética, ou ainda um cimento, um vínculo social que se estabelece a partir daquilo que, à primeira vista, pode ser considerado frívolo” (1995, p. 146).

existência (...) os homens necessitam do esforço do conhecimento, *da procura da verdade*, porque não encontram revelado de imediato o que é bom, justo e benéfico para eles” (MARCUSE, 1997, p. 89). E essas respostas em busca da plenitude existencial, muitas vezes, só são possíveis por meio da ligação, tanto primitiva quanto moderna, entre o homem e o mito: “A história e a antropologia nos ensinam que a sociedade humana não pode sobreviver por muito tempo, a menos que seus membros estejam psicologicamente contidos num mito central vivo. Esse mito proporciona ao indivíduo uma razão de ser. Às questões últimas acerca da existência humana, ele fornece respostas...” (EDINGER, 1984, p.9). E de todos os mitos, como proposto nesse trabalho, o da comunidade parece ser o mais insistentemente trabalhado pela mídia, visto que é para ele e depois dele que se originam as demais mitologias modernas.

Por isso o grupo de ANTM apenas confirma, com a primeira alteração corporal, estar apto a assumir aquilo que é a essência do movimento tribal contemporâneo: a mudança da aparência que afirma uma abertura para a mudança da identidade; um encontro menos conflituoso, e mais prazeroso com a alteridade que logo é aderida à própria identidade do indivíduo que se faz ludicamente *outro* quando bem entende. E ainda que esse movimento de integração não seja tão harmonioso, ele denota, ao menos, uma perspectiva maior de abertura tática, visto que “ao estar em território adversário é preciso, ainda que transitoriamente, negar a identidade e mantê-la velada até que o risco passe” (NETO, 2006, p. 62).

A identidade pede, mesmo em conflito consigo mesma, por uma existência em comunidade. Daí que para ser aceito no grupo e referenciar-se como pertencente a ele seja necessário adquirir um único ou um conjunto de valores diretamente operacionais úteis ao equilíbrio sensorial, produzido, no caso analisado, por meio da imagem do corpo. Quer dizer, atento à heterogeneidade social refletida na heterogeneidade televisual, o *reality* “esforça-se” em firmar-se como tribo para diferentes subgrupos femininos. Esse esforço, contudo, é suprimido por outro esforço ainda maior de homogeneizar a heterogeneidade, a

partir da tentativa de padronizar os diversos subgrupos aceitos em um único grupo imagético, o qual se formaliza a partir da significação individual, mas principalmente coletiva que o corpo adquire com a mudança capilar. Esse processo - se colocado sob o ponto de vista da aceitação das modelos em mudar para unir-se ao grupo - corresponde, segundo Maffesoli, ao deslizamento de uma *lógica da identidade* para uma *lógica da identificação*³⁸. “Cada um entra num grupo conforme as circunstâncias ou os desejos. Prevalece uma espécie de acaso. Mas o valor, a admiração, o *hobby* e o gosto partilhados tornam-se cimento, vetores de ética” (2005, p. 23). Sendo assim, o desejo de mostrar-se realmente como uma modelo, em ANTM, relaciona-se a motivações individuais, mas também à preocupação do corpo midiático com o coletivo.

Os valores grupais, em ANTM, associam-se então às marcas que os corpos individualmente precisam ter para, em conjunto, serem percebidos como um determinado grupo social coeso, com características próprias e que, por isso, podem afirmar e reafirmar uma determinada identidade aparentemente fixa. É essa marcação, segundo Guacira Lopes Louro, que

poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo à determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado (2008, ps. 83 e 84, grifo meu).

À mudança estética, apoiada na “imposição” de marcas, revela assim a necessidade em demarcar uma fronteira clara, estabelecer enquadramentos sensoriais, dizer para o telespectador e para as próprias concorrentes sobre quem é o grupo que participa do *reality*, a partir *de quê* ele se define e a partir *de quê* ele se impõe. A mudança é, pois, efetiva pelo narcisismo coletivo, o qual “ênfatiza a estética, pois promove estilos particulares, um modo de vida, uma ideologia, uma maneira de vestir, um comportamento sexual, enfim, tudo o que é da ordem da

38 Segundo Maffesoli, “a primeira é essencialmente individualista: a última muito mais coletiva” (2005, p. 22).

paixão partilhada” (MAFFESOLI, 2005, p. 23). A esse sentir em comum produzido, dentre outros modos, pelo narcisismo coletivo, Maffesoli dá o nome de ‘paradigma estético’, o qual nos obriga a superar a dicotomia clássica entre sujeito e objeto que fundamenta toda a filosofia burguesa. “A ênfase incide, então, muito mais sobre o que une do que sobre o que separa. Não se trata mais da história que construo, contratualmente associado a outros indivíduos racionais, mas de um mito do qual participo” (MAFFESOLI, 1987, p.14). E de qual mito participam as candidatas? Poderíamos listar vários que foram abordados nesse trabalho: da comunidade, do trajeto, da ascensão social, etc. Mas penso que, sobretudo, ao mito da máscara, o qual Lopes sugere como provável novo mito civilizacional. Afinal, somente ele é capaz de nos permitir participar de uma comunidade e somente sua administração nos possibilitará permanecer nela por quanto tempo desejarmos.

Em adesão a este novo mito, cabe ao sujeito o desafio de “articular suas máscaras em constante troca, seu eu mutante sem se deixar dissolver no puro movimento, na velocidade, no mercado de imagens” (LOPES, 2002, p. 171). E para tanto, é necessário desprender-se dos preconceitos de uma existência de paradoxos, de binarismo, de arbitrariedades e de autismo. É necessário ativar o trajetividade de que fala Virílio e, com efeito,

observar que a *lógica binária da separação* que prevaleceu em todos os domínios não pode mais ser aplicada de maneira estrita. Alma e corpo, espírito e matéria, o imaginário e a economia, a ideologia e a produção... [...] Na verdade, essas entidades, e as minúsculas situações concretas que elas representam; se conjugam à taxinomia simplificadora à qual havíamos sido habituados por uma certo positivismo reducionista” (MAFFESOLI, 1987, p. 21).

Seja como for, a mudança capilar sugere, por fim, a transformação do corpo num “corpo de luz”³⁹, o que o liga definitivamente ao mito do *Puer Aeternus*⁴⁰. O

39 Maffesoli atribui esse termo aos corpos individuais que “são adornados, ‘emperiquitados’, que são construídos, que são cosmetizados em excesso, a sala de musculação, o salão de cabeleireiro e as modas de vestir estão aí para prová-lo, esses corpos se espiritualizam, ‘angelizam-se’ (1995, p. 135).

40 Esse mito, de acordo com Maffesoli, é “ingênuo e impudente, puro e perverso, possui todas as características da criança que porque está próxima da natureza anima, brinca com seu corpo,

novo cabelo, que proclama a conversão do indivíduo aos ideais do mercado, refaz, através da imagem, a unidade do corpo (corpo *stricto sensu*, produto industrializado, produto comercializado, comunidade local) e do espírito (qualitativo, sentido da beleza, desinteresse caricativo, prazer pelo sensível, acentuação do próximo e da vizinhança) ao “realizar o jogo da tradição figurativa, que é enfatizar a dimensão hedonista, irônica e estética da existência” (MAFFESOLI, 1995, 137).

REFERÊNCIAS

- BARNARD, Malcon. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro, Rocco, 2003.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil LTDA, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007;
- BOTTON, Alain de. **A arquitetura da felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007;
- BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004;
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997;
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**. São Paulo, Editora Anhembi Morumbi, 2ª Ed., 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1992;

pode colocá-lo em espetáculo, mas, porque está inserido na civilização, vai fazer esse corpo falar, conscientizá-lo, dar a ele um espírito” (1995, p. 136).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994;

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 3ª Edição, 1982;

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988;

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1988.

GUATARRI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992;

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Acroplano, 2002;

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008;

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997;

MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. São Paulo, Editora Paz e Terra S. A., 1997;

NETO, Manoel Fernandes de Sousa. *Mapas do corpo, território de identidade*. In: **GARCIA, Wilton (org.). Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos**. São Paulo, Factash Editora, 2006;

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987;

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995;

MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre, Sulina, 2005;

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza: curso do Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª Edição, 2006;

NETO, Manoel Fernandes de Sousa. *Mapas do corpo, território de identidade*. In: GARCIA, Wilton (org.). **Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos**. São Paulo, Factash Editora, 2006;

SENNET, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997;

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2ª Ed., 2006;

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA SOBRE ORGANIZAÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*

Rubia de Araujo Ramos⁴¹

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar a relação teórica entre a noção de democracia e o conceito de sujeito presentes no trabalho de Alain Touraine. Tem por base a obra "*O que é a democracia?*", 1996; e parte da hipótese de que tal relação teórica estaria diretamente relacionada ao núcleo de questões levantadas pelo autor, e que concerne o mundo pós-industrial. Após breve introdução, sobre emergências da modernidade, apresento e analiso o novo paradigma social, proposto por Touraine, as mudanças sofridas pela democracia enquanto necessidade de afirmação das identidades, que, no limite, indica o lugar do ator social nesse contexto. Assim, pretende-se contribuir para a Teoria Sociológica Contemporânea.

Palavras-Chave: Modernidade. Historicidade. Democracia.

ABSTRACT

The aim of this article is to present the theoretical relationship between the notion of democracy and the concept of the "subject", always present at Alain Touraine works. It is based on "What is democracy" issued in 1997. This essay has as start point the assumption that such theoretical relationship would directly be related to the central questions pointed out by the author and in the same way it refers to the post industrial world. Just after a brief introduction about the Modernity emergencies, I explain and make an analysis as well, about the new social paradigm, as proposed by Touraine; the changes imposed by democracy like the necessity of the identities affirmation, which, at the border limits, just indicates the right place of the social actor in this context. Thus, I expect to have contributed a little bit more with the Contemporary Sociological Theory.

Keywords: Modernity. Historicity. Democracy.

* Este artigo resultou do texto apresentado no grupo de trabalho Reforma Del estado, gobernabilidad y democracia, no XXIX Congreso ALAS – Chile. Crisis y Emergencias Sociales, 2013, Santiago.

41 Mestre pelo programa da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

INTRODUÇÃO

Preocupado com a autonomia de comunidades e grupos sociais locais de posição contrária ao poder da economia e da política global, Alain Touraine se dedica, desde os anos de 1970, a estudar e analisar sociedades em desenvolvimento considerando, em especial, questões culturais e a defesa das identidades. Para o autor, problemas próprios da sociedade pós-industrial se mostram como uma onda de crise, a saber: crise de representatividade, multiculturalismo, impactos ambientais, e insegurança econômica, são alguns exemplos citados por Touraine em sua larga produção sobre o processo singular do desenvolvimento da modernidade ocidental.

A experiência na América Latina do século XX, marcada por regimes ditatoriais, levou Touraine a concluir que a democracia seria o regime de governo favorável a liberdade do indivíduo no contexto pós-industrial, empiricamente mantida mais pela ação de resistência do que de realização de seus objetivos. Segundo o autor, na contemporaneidade, não cabe mais falar em democracia apenas em termos normativos e institucionais, mas também em termos culturais sem perder de vista as dimensões democráticas – divisão dos poderes, instituições públicas, direitos civis -, a representação e a participação dos indivíduos como atores, noutras palavras, o autogoverno.

Para apresentar a perspectiva touraineana de democracia e sua relação com o conceito de sujeito, central na teoria de Touraine, dois outros conceitos parecem indispensáveis para compreender o mundo contemporâneo, a saber, *dissociação* e *desmodernização*. O texto que se segue busca apresentar a aproximação entre a construção teórica do autor para compreender transformações obtidas pelo processo de modernização, sobretudo, o capitalismo tardio, e suas contribuições para uma Sociologia da Ação.

DEMOCRACIA NO CONTEXTO DO NOVO PARADIGMA SOCIAL

Se tivéssemos que iniciar essa comunicação com uma questão provocativa que abrisse o debate para introduzir as principais ideias de Alain Touraine, poderia ser: *Como a política e a cultura política poderiam corresponder à realidade de sociedades contemporâneas?* – Esta pergunta nos indica o pressuposto de que haveria uma lacuna entre a política e a vida cotidiana dos indivíduos nos dias atuais. Tal lacuna corresponde ao conceito de *dissociação*, aplicado por Touraine para descrever características do novo paradigma, em que as práticas e o sentido simbólico das mesmas estariam separados, assim como o mundo objetivo separado do mundo subjetivo, a esfera cultural (TOURAINÉ, 2008, pp. 229-245). Desse modo, a sociedade pós-industrial caracteriza-se pela separação entre instituições políticas e atores sociais.

Em resumo, o autor descreve três fenômenos importantes como resultantes do processo de desenvolvimento da modernidade, eles são, a crise do social; a violência generalizada que rejeita valores sociais estabelecidos no período industrial, anterior ao pós-industrial; e as novas reivindicações culturais, tanto como apelo ao sujeito pessoal quanto como reivindicação por direitos coletivos que se referem aos direitos culturais (TOURAINÉ, 2007, p. 23)⁴².

A crise do social se refere à crise de instituições sociais e políticas, a fragilidade de sistemas democráticos ao abrir espaço para interesses econômicos e culturais associados a políticas externas, criando tensões entre demandas do Estado nacional e de suas relações internacionais. Segundo o autor, o mundo estaria dividido entre economia global, que pressiona os Estados, e as culturas locais, que o pressiona por outro lado. A democracia e o espaço público estariam degradados pela fragmentação da sociedade, dividida entre a defesa da cultura e a obsessão pelo consumo de massa. Desse diagnóstico, Touraine buscou novas categorias para compreender a dinâmica social contemporânea, com expectativas de encontrar novas perspectivas para prevalecer o domínio da política e da vida

42 Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui. Touraine, Alain (2007) Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje; Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes.

pública, e principalmente, da participação dos indivíduos nos espaços comuns (TOURAINÉ, 1996, p.10).

Ainda sobre o declínio do social, Touraine aponta para a fragmentação entre vida pública e vida privada ser uma das causas para o enfraquecimento da esfera política, e observa a formação de um novo espaço público, que considero melhor compreendido pela ideia de mudança desse espaço. Parte da mudança desse espaço se deve ao fato de questões e temas da vida privada passarem a pertencer, também, a vida pública, tais como sexualidade e relações da família, os cuidados com as crianças, com os animais e qualquer relação pessoal e de dependência do cotidiano; estaríamos vivendo uma forte presença de conteúdos culturais na esfera pública, transferidos da vida privada para a ação política, levados para serem discutidos no âmbito do poder legislativo.

O conceito de *dissociação* está diretamente relacionado com a ideia de crise do social assim como o conceito de *desmodernização* está para a ideia de desconstrução de modelos construídos pela própria modernidade, um exemplo dado pelo autor seria a ruptura dos laços que unem a liberdade pessoal e a eficácia coletiva (TOURAINÉ, 1998, p.66)⁴³. Essa união corresponde à unidade da modernidade, o desenvolvimento de tecnologias e meios de produção e a liberdade dos indivíduos. A desmodernização representa o enfraquecimento de instituições que trabalham em favor da representação social, dos atores sociais – são instituições modernas como Estado, sindicatos, escolas e organizações coletivas em geral (TOURAINÉ, 2011, p.54-72). Trata-se de efeitos contrários ao projeto modernidade, de contrassensos da razão técnica, que indicam, nessa análise, desvios da própria modernidade, resultando em fragmentação entre o funcionamento das instituições e o individualismo moral, entre sistema e atores sociais.

A crise do social, na perspectiva de Touraine, corresponde à falta de unidade entre desenvolvimento e valores sociais e culturais. Devemos considerar

43 Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents. Touraine, Alain (1998) Poderemos viver juntos? : iguais e diferentes; Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes.

que no período que corresponde à sociedade pós-industrial, segundo Touraine, as diferenças entre os homens não se devem apenas as relações de produção, sobretudo o conflito entre burguesia e proletariado. Para o autor, a cultura e a identidade registram com força grande parte do sentido das tensões no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a ideia de luta de classes não ocupa centralidade nas considerações do autor para tratar de conflitos na contemporaneidade, porque o núcleo dos conflitos estaria na dissociação do mundo objetivo e do mundo subjetivo, que divide, por sua vez, o indivíduo entre um e outro.

A análise que Touraine faz do contexto social da sociedade pós-industrial é demonstrada por uma espécie de ligação direta com efeitos sobre os indivíduos do meio. A fragmentação da vida social e a fragmentação do indivíduo entre a própria razão e seus desejos mais subjetivos. Sobre o indivíduo, Touraine nos chama a atenção para a frequência maior de o homem buscar se definir por sua individualidade, em relação à sexualidade, crenças, escolhas, e valores em geral, diferentemente do que se observa no período industrial, quando todos os homens eram definidos e se definiam pela função social que ocupavam. Com isso, podemos notar o sentido de crise do social, dado por Touraine, para expressar certa perda de força dos imperativos da esfera social, também entendida como perda de espaço do social para os mercados financeiros e a economia global.

O homem contemporâneo estaria lutando por reconhecimento de identidades, e por essa razão, a busca por *desenvolvimento auto-sustentável* da nação, como Touraine se refere, através da cultura democrática, chama atenção para que se fale mais de sociedade do que de Estado (TOURAINÉ, 1996, p.187). O *desenvolvimento auto-sustentado* seria um caráter de modernização que pressupõe a existência de um sistema de gestão democrática interna, sem indícios de dependência de agentes externos ou de uma modernização exógena, dependente de capital e de interesses estrangeiros.

A estratégia de falar mais em sociedade permite que se dê maior liberdade e autonomia aos indivíduos para tratá-los como atores da história moderna, e não como vítimas do sistema. Essa é a lógica do pensamento

touraineano, favorecer, no limite, o potencial do ator como dono de seu próprio destino. Assim, a vitória do ator seria destruir a *dissociação*, que significaria a retomada da força existente na unidade entre as necessidades singulares dos indivíduos e a vida em sociedade, a participação na vida política e nas decisões de interesse público.

A consciência de cidadania enfraquece-se porque muitos indivíduos se sentem mais consumidores do que cidadãos e mais cosmopolitas do que nacionais ou, pelo contrário, porque alguns se sentem marginalizados ou excluídos da sociedade – com efeito, tem o sentimento de que, por razões econômicas, políticas, étnicas ou culturais, não chegam a participar dela (TOURAINÉ, 1996, p.18).

A falta de participação social gera enfraquecimento de instituições de socialização. Preocupado com esse quadro, e a partir de sua análise do desenvolvimento da dinâmica social, Touraine conclui que somente através da ação política combinada à esfera cultural poderíamos sair da crise da modernidade. Essa é a primeira conclusão do autor. Para ele, a condição democrática, como cultura e sistema político, impede dependências e dualidade entre o público e o privado, tratando-se de um espaço aberto e de diálogo. A lógica é eliminar a fragilidade dos sistemas políticos e dos Estados nacionais, o que inclui a participação cidadã, sem perder valores e ações que potencializam o sistema político democrático interno, o que significa proteger e fortalecer a defesa do homem como ator social e cidadão, incentivando o respeito pelas identidades e as filiações que fortalecem a formação da unidade nacional.

NECESSIDADE DE CULTURA DEMOCRÁTICA

Se coloquei no centro desta reflexão a ideia de cultura democrática, para além de uma definição puramente institucional ou moral da liberdade política, não é para aumentar a distância entre cultura e instituições, vida privada e vida pública, mas para as aproximar e mostrar sua interdependência. Se a democracia pressupõe o reconhecimento do outro como sujeito, cabe à cultura democrática reconhecer as instituições políticas como espaço principal desse reconhecimento do outro (TOURAINÉ, 1996, p. 208).

Para Alain Touraine, a democracia na contemporaneidade exige uma complexidade maior, em termos normativos ela só atende as demandas da vida social quando mantida pela união da razão, do desenvolvimento econômico e da soberania popular e particular, atribuindo autonomia a todas as esferas da vida social. Em defesa da liberdade pessoal e do desenvolvimento interno, conquistado pelo fortalecimento de territórios nacionais, a definição touraineana de democracia se baseia na ideia de cultura, laços e filiações que possam existir num mesmo território político. O espírito democrático seria sustentado por conflitos e pelo elo formado pela identidade cultural.

A discussão touraineana sobre a democracia entende que o conflito é necessário quando ocorre entre atores sociais, no âmbito da sociedade civil, ou entre os atores sociais e o Estado. No contexto de cultura democrática ele ocupa o espaço político de debate, construindo uma democracia mais sólida, que busca justiça pelo caminho contrário ao da violência. Por essa lógica, Touraine atribui ao conflito a participação política como o meio seguro de manifestação de todas as classes e grupos sociais, seja minorias ou maioria.

O autor atribui valor ao conflito social, no sentido de que nenhuma esfera da sociedade é excluída do debate, nem mesmo em razão da contracultura e de sociedades alternativas. Sobre a importância de conflitos em sociedades democráticas, Touraine diz: “Com efeito, não há democracia sem o reconhecimento de um campo político onde se exprimem os conflitos sociais e se tomam, por voto majoritário, decisões reconhecidas como legítimas pelo conjunto da sociedade” (TOURAINÉ, 1996, p.95).

Nessa perspectiva a partilha cultural é fundamental, desde que haja um conjunto institucional que garanta o convívio entre a unidade da razão instrumental com a diversidade de identidades, memórias e interesses, noutros termos, Touraine se refere à sociedade política como fundamental para a formação da unidade democrática, porque seria o meio de luta e de afirmação dos direitos do homem diante do Estado pressionado pelos interesses econômicos. O aparato político assume, na perspectiva touraineana, a função de ferramenta da

constituição da democracia interna, impedindo a submissão da unidade nacional a qualquer força externa.

Touraine conclui que nem o pensamento republicano e nem o liberal correspondem o ideal de democracia. O primeiro porque não garante a cultura democrática, a soberania do povo, e sua qualidade seria mais política, onde a defesa do Estado é maior que a dos atores sociais. Touraine considera três características típicas do Estado moderno republicano, a saber, racionalização, espírito cívico e elitismo republicano, que, segundo o autor, se associam mais ao Estado mobilizador do que ao espírito democrático, de debate livre (TOURAINÉ, 1996, p.111, 115).

Alain Touraine observa o republicanismo como uma verdade imposta no pensamento moderno, consideração esta que desqualifica a república em relação à cultura democrática. Segundo o autor, o pensamento republicano criou uma concepção de si mesmo como guia da humanidade, há exemplo da burguesia republicana e liberal, justificada pela ideologia da razão. Essa crítica do autor ao modelo republicano tem como foco os problemas em torno das minorias, desconsideradas durante todo o processo de desenvolvimento da modernidade pelo modelo dominante, que se julga racional, esclarecido, e que se posiciona como vanguarda em defesa de todos.

Numa referência a Benjamin Constant, Touraine diz: “(...) a ideia republicana ainda pertence à liberdade dos antigos e não conduz à liberdade dos modernos.” (TOURAINÉ, 1996, p.115). Pela lógica do autor, o republicanismo inviabiliza autonomia para todas as esferas da vida social, favorecendo a sociedade política, distante do que Touraine chama por cultura democrática, ou seja, a autonomia de todas as esferas, política, econômica, civil ou cultural. Em resumo, podemos considerar que a cultura democrática se refere à defesa dos direitos individuais, sobretudo da identidade cultural, sendo o regime de governo e suas instituições mecanismos de defesa de indivíduos e atores sociais de outras formas de poder, sobretudo o poder externo ao território nacional. A ideia é reconhecer a liberdade da sociedade e de seus atores sociais.

Em termos organizacionais, a unidade moderna estaria na relação entre sociedade civil e Estado, sendo que a limitação do poder estatal indispensável para evitar que a gestão da sociedade seja a expressão de um discurso dominante e avesso à formação de uma sociedade democrática. Entre o Estado nacional e as relações internacionais, a liberdade é sinônimo de soberania nacional, portanto, autonomia política (TOURAINÉ, 2009).

Não há democracia que não seja representativa e a livre escolha dos representantes pelos governados não teria qualquer sentido se estes não fossem capazes de exprimir demandas, reações ou protestos, formados a partir de sociedade civil (TOURAINÉ, 1996, p.76).

A representatividade é outro princípio democrático e central no espaço político, ela pressupõe que demandas sociais sejam consideradas e respeitadas como elemento que pertence ao jogo das relações internas, que tenha respostas do sistema político. Essa concepção da representatividade vai de encontro com a definição de democracia apresentada pelo autor como um processo de afirmação e reconhecimento dos direitos e da liberdade das relações, em que todas as esferas da sociedade possuem autonomia, sobretudo civil e política, bem como a livre relação entre indivíduos nas organizações sociais. Na perspectiva touraineana, falar de cultura democrática é falar de reconhecimento da pluralidade cultural e social no mundo globalizado, nas palavras do autor, trata-se de um “conjunto de garantias e procedimentos que garantem o estabelecimento de relações entre unidade e o poder legítimo e a pluralidade dos atores sociais” (TOURAINÉ, 1996, p. 103).

Para haver representatividade seria necessária uma forte agregação das demandas dos diferentes setores da vida social, uma correspondência entre demanda social e ofertas políticas. A integração das demandas sociais, segundo Touraine, deve ser operada no plano político, onde as mediações seriam realizadas por associações, clubes, jornais e grupos intelectuais, ambos com a função de orientação política à sociedade civil e de fonte para a criação de ofertas dos partidos políticos – sem que categorias sociais percam autonomia. Observo

aqui que nesse sentido a razão instrumental está associada à ação de autonomia dos atores, e não o contrário.

DIMENSÕES DEMOCRÁTICAS

A exploração da Cultura democrática levou Touraine a defini-la por três dimensões e três esferas de composição. A representatividade, a cidadania e a limitação do poder são dimensões democráticas que, segundo o autor, se complementam sem deixar de existir em todas as esferas da sociedade democrática, a saber: o Estado, a sociedade política e a sociedade civil.

Touraine desenvolve sua análise da democracia a partir da sistematização dessas esferas pensadas separadamente, com o objetivo de compreender a relação de interdependência entre ambas e a composição de uma sociedade democrática. Na definição do autor, cabe ao Estado defender a unidade da sociedade nacional diante de ameaças e problemas externos ou internos, preservando seu território e sua história, as minorias e a criação cultural. O limite do poder estatal também faz parte da defesa do ator social e seus direitos fundamentais. Seja o Estado ou a sociedade civil, ambos devem agregar e combinar as três dimensões democráticas para se construir uma sociedade democrática.

A sociedade civil pertence ao domínio dos atores sociais e dos valores culturais compartilhados, das relações cotidianas, dos conflitos e negociações. A representatividade dessa esfera e a cidadania são fundamentais para a composição da cultura democrática, porque esta deve partir da sociedade civil e da política.

O sistema político teria a função de organizar uma unidade entre a diversidade existente na sociedade civil e no Estado. O principal fator de importância da sociedade política para a cultura democrática seria sua função de mediação das relações. Nesse sentido, Touraine afirma que a autonomia do sistema político faz parte do desenvolvimento da sociedade contemporânea

democrática, possibilitando interdependência dos poderes, relação de intrapoderes, em que uma esfera exerce influencia sobre outra (TOURAINÉ, 1996, p.50).

Touraine parte do princípio de que a esfera política, enquanto mediação entre unidade e diversidade, é o único meio legal para que os atores sociais garantam os direitos fundamentais do homem, ou seja, é somente pela via política e institucional que o indivíduo pode se perceber como cidadão e responsável pela construção da vida coletiva (TOURAINÉ, 1996, p.43). Sobre isso, o autor afirma: “Somente o sistema político tem o encargo de fazer funcionar a sociedade em seu conjunto, combinando a pluralidade dos interesses com a unidade da lei, estabelecendo relações entre a sociedade civil e o Estado” (TOURAINÉ, 1996, p.67).

Observamos que a representatividade política está no núcleo desse pensamento, que prevalece a qualidade das relações, e a esfera política democrática, enquanto mecanismo de mediação, representa uma construção da vontade humana em unir Estado e sociedade civil. A lógica apresentada por Touraine afirma que:

A democracia define-se não pela separação dos poderes, mas pela natureza dos elos entre sociedade civil, sociedade política e Estado. Se a influência se exercer de cima para baixo, não existirá democracia; pelo contrário, chamamos democrática a sociedade em que os atores sociais orientam seus representantes políticos que, por sua vez, controlam o Estado (TOURAINÉ, 1996, p.51).

A ideia central da teoria touraineana da democracia está na consideração da relação entre poderes e a interdependência entre as três dimensões e esferas da cultura democrática. O autor escreveu uma frase bastante significativa. Ele diz: “não existe qualquer equilíbrio ideal entre as três dimensões da democracia” (TOURAINÉ, 1996, p.46), em outras palavras poderia dizer: não existe um modelo ideal de democracia, por que ela não é um sistema fechado. Uma consideração que deve ser feita nessa reflexão é que a democracia é um sistema em constante desdobramento de suas potencialidades. Assim, nem a proposta dele, que

centraliza o papel da sociedade política e a autonomia das esferas, daria fim aos problemas da sociedade contemporânea.

Seguindo a lógica touraineana para pensar o sistema democrático, destacam-se três modelos de democracia, três exemplos históricos para o debate político, identificados conforme o grau de importância dado a cada uma das três dimensões democráticas. O primeiro que Touraine cita é o exemplo da Grã-Bretanha, de tipo liberal que no século XX foi o “tipo inglês de democracia”. Esta dá maior importância à limitação do poder do Estado através de leis e do reconhecimento dos direitos fundamentais, de representação limitada de seus governantes, capaz de responder as demandas institucionais e sociais, Touraine a considera como “a mais importante historicamente” por que, segundo ele, este tipo protegeria melhor os direitos sociais.

O segundo modelo seria o dos Estados Unidos, aonde o sistema democrático tem por tradição dar maior importância à cidadania, as ideias que garantam a integração social. Vista pelo autor como uma democracia de valores mais morais, incluindo os religiosos, de objetivos mais próximos da igualdade do que do desejo de liberdade, a democracia americana seria composta mais de conteúdos sociais do que políticos, conforme Tocqueville já afirmara em sua obra sobre a democracia na América.

O terceiro tipo de tradição democrática tem como tema central a representatividade social dos governantes, quer seja uma classe dotada de privilégios ou de poder econômico. Touraine usa como exemplo a França, cuja instituição republicana dificulta a distinção entre sistema político e Estado (TOURAINÉ, 1996, p.65).

Touraine salienta que nenhum dos modelos apresentados (inglês, americano ou francês) é mais importante que os demais, todos tem o mesmo grau de importância para o estudo da democracia e para entender o processo de emancipação do regime democrático na modernidade. São tipos de democracia que ajudam a identificar os regimes liberal, constitucionalista e o conflitual –

relacionados aos tipos democráticos na mesma sequência em que estão apresentados – associados aos modelos inglês, americano e francês.

Os três modelos servem de base para identificar os diferentes tipos de regimes democráticos, identificados em diversas situações históricas conforme a regulamentação, digamos assim, das dimensões democráticas que são qualificadas por Touraine como moral, social e cívica, que em outros termos seriam os princípios universais, os interesses particulares e o conjunto político.

SUJEITO E CULTURA DEMOCRÁTICA

Considerando a definição de cultura democrática, construída por Touraine ao longo de aproximadamente quarenta anos, - entre seus primeiros estudos e a publicação de seu livro dedicado ao tema da cultura democrática, *Qu'est-ce que la Démocratie?* - trata-se da combinação de leis universais, diversidade cultural e liberdade individual, sem nenhum tipo de dominação entre vida pública e vida privada. A democracia como cultura é o constante esforço para manter uma unidade que combine diferentes faces da modernidade, impossíveis de unirem-se para formar uma única orientação. Como toda cultura, a democracia se mantém pela ação do sujeito que transmite o conjunto de valores da cultura democrática, ultrapassando sua dimensão institucional. Nas palavras do autor:

(...) um regime democrático se baseia, portanto, na existência de personalidades democráticas e seu principal objetivo deve ser a criação de indivíduos-sujeitos capazes de resistir à dissociação entre o mundo da ação e o mundo do ser, entre o futuro e o passado (TOURAINÉ, 1996, p.176).

A maneira como Touraine apresenta a relação entre cultura democrática e sujeito revela que um reafirma o outro; a cultura democrática favorece a formação do sujeito - o ator que vê em si capacidades para combinar razão, tradição e identidade -, e este, por sua vez, fortalece essa cultura. O meio concreto que permite essa relação é a esfera política, o espaço de igualdade e debate, comunicação, onde todos teriam condições iguais de participação para tratar

questões de interesse público, partindo de projetos e interesses particulares, porém, de sentido e valores universais.

Se há cultura democrática não há chances de fragmentação. A fragilidade do sistema democrático estaria, segundo Touraine, nos efeitos dos particularismos e de toda forma de desassociação. Por isso, não basta apenas criar condições institucionais de liberdade, é preciso ter valores universais que sejam compartilhados pela diversidade, entre as diferentes referências sociais e culturais. Essa cultura democrática permite combinar o singular e o universal, a subjetivação e o racional, transformando o indivíduo em sujeito que reconheça as capacidades de ação do outro, assim como em si mesmo (TOURAINÉ, 2004).

Do ponto de vista do ator social e do sujeito, o vazio entre o mundo da racionalidade e o das identidades traduz a falta de liberdade que, segundo Touraine, seria uma ameaça ao espírito democrático. A modernidade teria sido marcada pela busca da combinação desses dois mundos (racionalidade instrumental e as identidades), atualmente observada na separação do universo das técnicas e informação e o universo das seitas, dos valores étnicos e todo tipo de identidade cultural. Para Touraine, somente na esfera política é possível tal combinação, trata-se de um exercício político que estabelece relações a partir da valorização da diversidade (a riqueza contemporânea), da relativização cultural e do respeito pelos direitos universais.

O caráter construtivo da cultura democrática se baseia numa cultura diferente da cultura republicana. Mais independente do pensamento iluminista, essa construção combina razão e reconhecimento do sujeito através da educação, da formação da identidade pessoal, valorizando a capacidade criativa e as potencialidades do conhecimento racional, e na mesma medida, a liberdade e a identidade singular, que correspondem ao conjunto de qualidades que formam o ator e o sujeito contemporâneo. Nesse sentido, a educação é fundamental na legitimação do sujeito e no fortalecimento da cultura democrática, comportando três objetivos centrais: o pensamento científico; o reconhecimento do outro como

sujeito e, portanto, força criativa e historicidade; e a criação de si mesmo a partir do conhecimento técnico e moral.

A importância da educação como instituição de construção da cultura democrática resulta das condições da sociedade pós-industrial, onde o elo entre vida pública e vida privada encontra-se enfraquecido, assim como a relação entre sociedade civil e sociedade política. Por todo o mundo contemporâneo, a economia global e os modelos estrangeiros de consumo dificultam a autonomia local e a responsabilidade do indivíduo sobre sua própria existência. Touraine afirma que nessas condições, “a cultura democrática não pode existir sem uma reconstrução do espaço público e sem um retorno ao debate político” (TOURAINÉ, 1996, p.207). Não há dúvidas de que essa reconstrução dependa da educação e de suas instituições, como a família, em primeira instância, mas principalmente a escola, que possui meios para combinar o conhecimento científico e a liberdade da identidade pessoal - o espírito da cultura democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa exposição buscamos tratar apenas de parte da noção de democracia na teoria sociológica de Alain Touraine. Considerando que a problematização do tema se desenvolve pela exploração e análise do autor sobre o desenvolvimento da modernidade, a relação ator social e meio social aparece como estrutura do quadro construído pelo autor. O sujeito é um importante objeto teórico e metodológico, trata-se do ator de cultura democrática, o indivíduo reflexivo e consciente que carrega consigo referências culturais da sociedade contemporânea, sobretudo efeitos da crise social, resultados da fragmentação.

O sujeito é o ator específico de seu tempo, ele busca saídas para reformular o modo de atuação na esfera pública e social através da combinação das esferas objetiva e subjetiva da sociedade contemporânea. Moderno por excelência, esse novo ator é capaz de formar uma unidade entre diferentes faces,

entendidas pelo iluminismo como opostas, e nesse sentido, o sujeito compreende elementos importantes da vida social contemporânea.

As dimensões democráticas, distinguidas pelo autor, potencializam a liberdade e a participação do sujeito, os direitos cívicos, sociais e culturais. A leitura touraineana permite identificar o lugar do sujeito como central para o exercício democrático no contexto de crise do social. O sujeito aparece como parte importante, no limite, inovadora, da dinâmica social contemporânea, justamente porque pertence à crise do social ao mesmo tempo em que busca combatê-la, sua condição de existência apresenta-se como reflexo do contexto descrito.

Seguindo a lógica do pensamento de Touraine, a dissociação e a desmodernização são fenômenos que caminham em direção a formação do sujeito, como um contrassenso, o sujeito é filho da modernidade, agente reflexivo que luta contra problemas singulares de seu próprio tempo. A participação política combinada ao espírito democrático compõe a perspectiva touraineana para pensar a liberdade humana e o bem coletivo no período pós-industrial.

Observa-se que esse pensamento tem como objetivo retomar a força de atores sociais, o que poderíamos chamar como “retorno do ator” (TOURAINÉ, 1996a), um desafio da teoria touraineana, e que segundo Touraine deve começar no plano das ideias, do discurso, onde há poder de ação e decisão coletiva. Como vimos, o caminho apontado é a cultura democrática, a boa relação entre sociedade civil, sociedade política e o Estado, ambos compartilhando de um mesmo conjunto de regras e valores, noutras palavras, a emancipação do homem depende, em primeira instância, de relações no âmbito do território nacional. Apresentamos apenas alguns elementos da teoria sociológica de Alain Touraine, com a intenção de contribuir para o debate que existe em torno da autonomia individual e coletiva na passagem da sociedade industrial para a pós-industrial, tratando, desse modo, da problemática da democracia no cenário da pluralidade e da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

- TOURAINÉ, A. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TOURAINÉ, A. **O retorno do ator**: ensaio de sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996a.
- TOURAINÉ, A. **Poderemos Viver Juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOURAINÉ, A. & KHOSROKHAVAR, F. **A busca de si**: Diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**: Para compreender o Mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2007.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TOURAINÉ, A. **Pensar Outramente**: O discurso interpretativo dominante. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TOURAINÉ, A. **Após a crise**: A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

AS TRAMAS DA AMBIGUIDADE

EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA TRAVESTI E ESTRATÉGIAS DE SUBVERSÃO

Tuanny Soeiro Sousa⁴⁴

É. Mas parece que chegou o instante de aceitar em cheio a misteriosa vida dos que um dia vão morrer. Tenho que começar por aceitar-me e não sentir o horror punitivo de cada vez que eu caio, pois quando eu caio a raça humana em mim também cai. Aceitar-me plenamente? É uma violentação de minha vida. Cada mudança, cada projeto novo causa espanto: meu coração está espantado. É por isso que toda a minha palavra tem um coração onde circula sangue.

Clarice Lispector, Um sonho de vida.

RESUMO

O presente trabalho tem a intenção de analisar a desnaturalização dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, objetivando examinar se essas categorias constroem processos de normalização e fabricação do sujeito humano. Parte-se da hipótese de que a experiência identitária travesti consegue demonstrar o caráter construído de todas as identidades. Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se por revisar algumas teorias sobre a construção discursiva do gênero e da sexualidade, além de utilizar dados colhidos em pesquisas etnográficas sobre travestis.

Palavras-chave: Travesti. Gênero. Subversão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o quão tênue são as identidades sexuais e de gênero que, por mais que pareçam estáveis, são, o tempo todo, abaladas por experiências identitárias que não correspondem às expectativas de inteligibilidade do sexo e do gênero, como as travestis.

44 Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Direito pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. São Luís, Maranhão, Brasil.

A hipótese do trabalho reside na afirmação de que a identidade travesti, através de atos estilizados que transformam o considerado “corpo macho” em uma identidade feminina, consegue desvendar o caráter performativo e, portanto, construído de todas as identidades de gênero, não existindo, assim, naturalização dessa categoria.

Os conceitos aqui empregados são resultados de uma ampla revisão bibliográfica acerca da construção discursiva das categorias gênero, sexo e sexualidade. Outrossim, os relatos acerca das experiências vividas por travestis são provenientes de estudos etnográficos realizados no Brasil acerca desse seguimento.

Para saber como surgem e atuam as normas de gênero, o primeiro tópico se deterá no processo de desnaturalização do corpo, do gênero e da sexualidade, demonstrando como essas categorias constroem em conjunto, dispositivos que aprisionam, no corpo, a *verdade* acerca dos indivíduos.

Em seguida, são trazidos alguns estudos sobre experiência *trans*, para tentar compreender quem são as travestis e como elas constroem as suas subjetividades femininas, ainda que tenham nascido com um corpo intitulado como masculino.

Por último, intenta-se analisar o conceito de gênero performativo, com o objetivo de desvendar que tecnologias fabricam corpos-machos e corpos-fêmeas, e como os discursos são interpretados para dar vida aos gêneros.

A (RE)INVENÇÃO DO CORPO E A (DES)CONSTRUÇÃO DAS BARREIRAS DISCURSIVAS DO SEXO

Tem-se por finalidade a contextualização das noções de sexo, gênero e sexualidade; conceitos esses que engendram a inteligibilidade da identidade contemporânea dos sujeitos. Pretende-se expor que essas noções não possuem uma natureza ontológica e imutável, mas sim que são consequências do momento histórico e cultural a que os indivíduos estão sujeitos.

Como forma de tentar explicar como determinados discursos são construídos, Butler (2003) explica que os sistemas jurídicos produzem os sujeitos que deseja representar. Os sujeitos são regulados de forma negativa pelos sistemas jurídicos. Contudo, ao mesmo tempo em que regula esses sujeitos, a vida política depende dos mesmos, surgindo a necessidade de produzir esses personagens conforme as suas próprias exigências. Desse modo, o sujeito regulado é, antes de representado, produzido pelo próprio sistema que o representa.

O processo de criação não é claro. Ele é ocultado para que os sujeitos notem apenas as suas representações.

No processo de criação da matriz heterossexual, alguns indivíduos parecem romper com os papéis binários de masculino e feminino, tais quais as travestis; e como sanção, são taxadas de anormais, desviantes, estando quase sempre em uma situação de marginalização frente a outras identidades.

Entretanto, a própria norma que as exclui também as produz, pois são nas brechas do discurso que as travestis irão constituir as suas subjetividades. É nesse sentido que apregoa Zambrano:

As “fugas momentâneas” são imprescindíveis, e são respaldadas pelo sistema como estratégia que o afirma e o solidifica. Até a próxima fissura, dúvida escape. Assim como o “carnaval” passa a ser indispensável para reiterar a norma e a ordem, sem este, talvez, fosse impossível se sujeitar a um sistema tão inflexível como do sistema binário heteropatriarcal⁴⁵ (ZAMBRANO, 2006, p. 16).

Partindo das ideias de Butler (2003) de que se deve romper com o conceito de uma verdade pré-discursiva sobre o sexo, o presente tópico se deterá no desvendamento dos discursos que enredam as tramas dos sujeitos ocidentais, demonstrando que as identidades não estão limitadas a categorização.

No senso comum, o sexo parece estar diretamente ligado à classificação dos seres humanos no que tange à sua capacidade de reprodução. De acordo com o dicionário Aurélio, sexo, do latim *sexu*, é conceituado como a “conformação

45 Tradução nossa.

particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhes certas características distintas” (AURÉLIO, 2004, p. 1589).

A partir do conceito do dicionário, é possível se depreender que ter um sexo é, de acordo com o papel reprodutivo acoplado a algumas características, ser macho ou fêmea. Já ser fêmea, nos termos do Aurélio (2004, p. 768) é possuir um sexo feminino; ser mulher. À primeira vista, o dicionário permeia uma questão *óbvia* no que tange à existência do ser humano: para dar luz a si, deve, antes de tudo, ser macho ou fêmea, cada qual dotado de características específicas que contrastam ao mesmo tempo em que se completam. Logo, ser fêmea é não ser macho, na medida em que sua genitália *naturalmente* determina, para em seguida ser mulher, ser do lar, ser casada, ser mãe; enquanto o macho é homem, é trabalhador, é casado, é pai. Dentro do pensamento comum, o sexo não é só um determinante biológico, mas, sobretudo, um determinante social.

Entretanto, será que a partir do ponto de vista das ciências biológicas, podem os seres humanos efetivamente serem divididos em duas categorias distintas?

Segundo Hilaire (2000, p. 95), existem algumas variáveis que concorrem para a definição do sexo: o sexo genético ou cromossômico, o sexo hormonal, o sexo hipotalâmico, o sexo designado, o sexo de referência na educação, o gênero e os papéis sexuais e o sexo procriador.

De acordo com uma teoria que perdurou durante muitos anos, o sexo do embrião poder ser observado após seis ou sete semanas de gestação, e surge sob o efeito dos hormônios pré-natais. Já outros estudos apontam que a diferenciação poderia ocorrer antes mesmo da entrada em ação dos hormônios, o que denota que o debate sobre quais signos permitiriam o desenvolvimento de ovários e testículos ainda está em aberto. Contudo, o que concerne apontar, é que foi demonstrado que a presença do cromossomo Y pode ser observada em pessoas dotadas de órgãos sexuais femininos, bem como muitos casos de anomalia genética foram observados, acompanhados ou não de anomalia de

órgãos (HILAIRE, 2000, p. 95 e 96). Machos ou fêmeas? Mulheres ou homens? Se o sexo está diretamente ligado ao corpo, e as próprias ciências biológicas não conseguem definir o papel destes sujeitos, como classificá-los? Quem os decide?

De acordo com Butler (2010, p. 153 e 154), a diferença sexual não é nunca uma função de diferenças materiais, que não sejam, ao mesmo tempo, marcadas e formadas por práticas discursivas. Nesse sentido, o sexo não pode ser concebido como um aparato neutro e natural, primeiramente porque “o próprio conceito de natural deve ser repensado, pois o conceito de natureza tem uma história” (BUTLER, 2010, p. 157), depois porque “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como facticidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, 2003, p. 2007).

Para a autora, sexo se trata, na verdade, de um ideal regulatório, em que funciona não apenas como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que visa controlar os corpos que governa, isto é, “toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ele controla” (BUTLER, 2010, p. 153 e 154).

Essa materialização não ocorre de forma simples, ou seja, ela não é estabelecida de uma hora para outra, o sexo é forçosamente normatizado como material através do tempo, o que significa dizer que essa materialização é imposta através da reiteração da norma regulatória; norma essa que necessita de reiteração porque a materialização nunca é totalmente completa, e os corpos não se conformam nunca às normas pelas quais sua materialização é imposta (BUTLER, 2010, p. 154).

É importante que se tenha em mente que a performatividade do gênero se relaciona com essa concepção de materialidade, na medida em que as normas regulatórias do sexo trabalham para construir a materialização do corpo/sexo/diferença sexual, a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2010, p. 154).

Para que se entenda melhor, é necessário se proclame a citação da célebre frase de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Para a filósofa, ser o sujeito mulher não é um dado natural, em que se nasce fêmea e consecutivamente mulher, é sim, uma propriedade cultural, que nas palavras de Butler (2010) significa “a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 2010, p. 154). A norma determina que o gênero seja inscrito sobre uma estrutura *neutra*, o sexo, determinando, portando, um ponto de aprisionamento quanto a identidade social deste sujeito cuja inteligibilidade tem a intenção de manter o desejo heterossexual como a sexualidade dominante.

Em conformidade com os ensinamentos de Butler, Louro (2010) explica que assim como o sexo, a sexualidade também é compreendida como um atributo natural. Tal ponto de vista, de acordo com a autora, parte da ideia de que as identidades de gênero são sempre decorrentes das identidades sexuais, como se o corpo fosse a base sólida da identificação dos seres. Não obstante, a sexualidade também aparece como um dado natural derivado desta identidade de gênero/sexual, onde a continuidade lógica, ou seja, a sua inteligibilidade, se faz obrigatória.

Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais (LOURO, 2010, p. 11).

A partir dessa perspectiva, a autora também conclui que não existe nada de natural nesse processo todo, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Para Louro (2010), é através de processos culturais que definimos o que é e o que não é natural; “produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas” (LOURO, 2010, p. 11).

Hilaire (2000) aponta que os estudos de Foucault se destinaram a analisar como, historicamente, a verdade sobre o sexo foi produzida pelas disciplinas científicas e como as instituições médicas e pedagógicas as

substituíram por meio de procedimentos destinados a normalizar a verdade sobre o sexo.

Foucault (2009) entende a sexualidade como um dispositivo histórico. Em outras palavras, ela é constituída historicamente através de discursos. Para se entender com mais clareza o conceito de dispositivo, o autor explica que se trata de:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2010, p. 244).

É neste contexto que os corpos ganham sentido socialmente. As identidades de gênero e sexuais são inscritas a partir de uma determinada cultura, bem como a sexualidade é socialmente estabelecida. “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2010, p. 11).

Nos ensinamentos de Louro (2010, p. 12), não só as identidades de gênero e sexuais são inscritas no âmbito da cultura e da história, mas todas as identidades sociais, sendo que essas múltiplas identidades constituem os sujeitos a partir do momento em que são interpelados a se reconhecerem em uma identidade, ao mesmo tempo em que se estabelecem em um dado grupo social. A autora ainda afirma que não existe simplicidade nesse processo, uma vez que tais identidades podem cobrar valores distintos e contraditórios.

Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm caráter fragmentário, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais (LOURO, 2010, p. 12).

Parece admissível que determinadas identidades sejam, de fato, contingentes. As identidades de classe, por exemplo, em tempos em que os discursos vendem a ideia de necessidade de ascensão social, parecem viabilizar a

aceitação da imagem de um operário virando patrão. Em contrapartida, a identidade de gênero é naturalizada a ponto de se isolar atrás de uma barreira intransponível, impossibilitando que outras manifestações de identidade sejam viáveis.

Louro (2010, p. 13) elucida que tal inflexibilidade decorre do medo da incerteza e do desconhecido que implica não ter uma identidade fixa. Como em geral reconhece-se que as pessoas possam ter identidades múltiplas, é através da demarcação do corpo que os indivíduos irão se determinar, porque o corpo parece uma inequívoca evidência por si, e aparentemente se deduz que as identidades sexuais e de gênero transcorrem das marcas biológicas.

Contudo, é indispensável para o real entendimento do estudo, que sejam questionadas como determinadas características passaram a ser reconhecidas como marcas definidoras da identidade, e quais os significados que estão sendo atribuídos, nesse momento, a estas marcas.

O corpo é inconstante [...]. O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica. Num tempo de AIDS, por exemplo, a preocupação com o exercício do “sexo seguro” vem sugerindo novos modos de encontrar prazer corporal, alterando práticas sexuais ou produzindo outras formas de relacionamento entre os sujeitos (LOURO, 2010, p. 14 e 15).

Com essa passagem, a autora aparece sugerindo que os corpos, ao contrário que se pensa, não são imutáveis a ponto de que se ancore a identidade, pelo contrário, estão, a todo o momento, passando por transformações. O corpo, assim como o sexo, é moldado pelas relações sociais.

É possível se compreender, então, como a norma corporal é assumida, apropriada, adotada e como ela não é algo que se passa com um sujeito, mas que o sujeito “é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir um sexo” (BUTLER, 2010, p. 155).

Butler (2010) ensina como a formação dos sujeitos exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo:

Essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da “abjeção” – e seu status para o sujeito – como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias de forma que a abjeção negada ameaçará denunciar as presunções autofundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas consequências não pode controlar (BUTLER, 2010, p. 156).

Logo, para que o indivíduo adquira o status de sujeito, antes de qualquer coisa, a norma exige a identificação sexuada do mesmo. A partir do momento em que se transforma em sujeito, o indivíduo cria uma zona de exclusão, ou melhor, de separação entre o sujeito e o não sujeito, espaço esse denominado de zona de abjeção. O abjeto é designado como as zonas “inóspitas” e inabitáveis da vida social, que são povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito (BUTLER, 2010, p. 155).

Em outro ensaio, Butler (2003) assevera ainda, que a constituição do status de pessoa não está somente ligada à identificação sexual do indivíduo, mas principalmente ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instruem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio de prática sexual (BUTLER, 2003, p. 38).

Depreende-se, portanto, que a matriz heteronormativa exige a instituição de posições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de macho e fêmea. Essa mesma matriz requer ainda, que certas identidades não possam existir, isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não decorrem nem do sexo, nem do gênero. “Nesse contexto, ‘decorrer’ seria uma relação política de direito instituída pelas leis culturais que estabelecem

e regulam a forma e o significado da sexualidade” (BUTLER, 2003, p. 39). Conseqüentemente, tanto o sexo, quanto o gênero e a sexualidade, não são aquilo que alguém tem ou a descrição estática daquilo que alguém é, mas sim, a norma regulatória pelas quais o *alguém* se torna viável.

E QUE O MESMO SIGNO QUE EU TENTO LER E SER É APENAS UM POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL EM MIM⁴⁶

Quando se parte de noções que determinam os sujeitos em posições cristalizadas, fica difícil figurar a identidade de um ser que se exhibe de forma tão ambígua. Pensar as travestis, diante do sexo fixo, parece subverter a ordem das coisas. Se a identidade pressupõe prosseguimento da ordem lógica do biológico, do papel cultural e da manifestação do desejo, como encaixar esses sujeitos que parecem inverter a ótica daquilo que é dado como certo? Onde se determinam as travestis no universo binário heteronormativo? *Homens de peito? Mulheres de pau?* Qual o gênero da travesti?

Em pesquisa etnográfica realizada durante oito meses com as travestis de Salvador, Kulick (2008), ao questionar o porquê de alguns indivíduos se engajarem em práticas de mudança corporais – como as fazem as travestis ingerindo ou se aplicando hormônios, bem como colocado silicone industrial -, esperava ouvir que as travestis desejavam um corpo feminino por se sentirem mulher, contudo, não foi essa a resposta que lhe foi dada. Conforme narra: “a mim, nenhuma delas jamais disse que era uma mulher presa no corpo de um homem” (KULICK, 2008, p.100).

A observação de Kulick serve para evidenciar que a travesti não deseja ser uma mulher. Ao responder a pergunta do antropólogo, todas as travestis se limitaram a dizer que passavam por processo de mudança corporal para se sentirem mais femininas, entretanto, o autor assevera que a semelhança que faziam de si mesmas frente às mulheres se limitou a atributos externos, tal qual a

46 Fragmentos da música Sou Neguinha. Composição e interpretação: Caetano Veloso.

aparência física, mas nunca a essência interna. A subjetividade da travesti, aqui, aparece em contraste com a subjetividade da mulher.

Em contraposição, ainda que desejem uma aparência eminentemente feminina, o mesmo autor vai apontar que não almejam se desfazer da genitália masculina, ou seja, ao mesmo tempo que corporificam algo em torno de uma feminilidade, mantêm intacto o maior símbolo de masculinidade presente em uma sociedade patriarcal como a que se vive no mundo contemporâneo ocidental.

Ainda no mesmo ensaio, Kulick evidencia que no Brasil, atividade e passividade têm sido, respectivamente, ainda que em um universo homoafetivo exclusivamente masculino, relacionadas à masculinidade e feminilidade; e inclusive neste aspecto a travesti aparece ambígua, pois ficou claro que, não só na pesquisa de Kulick, como também nas pesquisas de Silva (2007) e Benedetti (2005), que estas tendem a assumir tanto um papel ativo, quanto um papel passivo durante as relações sexuais.

Apreende-se, portanto, que os sujeitos aqui estudados parecem flutuar perante os papéis normatizados, sem, contudo, se localizarem em algum deles; o que culminará no seu status de sub-humanidade.

Ao traçar o perfil histórico do universo homoerótico brasileiro, Garcia (2007) ensina que o até meados década de 70 era predominante a estrutura dos papéis sexuais na díade ativo/passivo, em que a relação sexual pressupunha a existência de um passivo e de um ativo, sendo as figuras remetidas à feminilidade e masculinidade, respectivamente.

Na década de 20 surge a figura do “fresco”, que externaliza um comportamento que é comparado ao das mulheres, mostrando preferência pelo comportamento sexual passivo. Os jornais da época relacionam a figura do “fresco” à prostituição, entretanto, como a prostituição de homens quase não era praticada, sugere-se que essa associação era muito mais imaginária que real (GARCIA, p. 32).

Na década de 20 nasce o “veado”, e na década de 30 o termo “bicha”, ambos relacionados a indivíduos sexualmente passivos. Na década de 50 começa

a aparecer o “entendido”, ou seja, o indivíduo que parece se movimentar perante essa díade. Na década de 70 surge a identidade gay. (GARCIA, p. 45).

O termo travesti, conforme ensina Garcia, até os anos 60, se reservava aos indivíduos que se vestiam de mulher, em paródias carnavalescas, em shows, ou mesmo no cotidiano. Silva (2007, p. 181) acrescenta que se tratava de um universo de confinamento, em que a identidade parece restrita ao *voyeurismo*, fetichismo, teatro, carnaval ou praia deserta.

É só a partir da década de 70 que a travesti vai aparecer como figura que se prostitui nos centros das cidades. Aqui, já é possível se evidenciar a busca do macho pelo corpo feminino, configurado não só através dos adereços próprios das mulheres, tais quais as vestimentas, esmalte, maquiagem, etc, como também a procura pela transformação corporal através dos hormônios e do uso de silicone.

Garcia (2007, p. 48) associa o surgimento das travestis contemporâneas às novas maneiras de transformação corpórea, que possibilitaram uma maior aproximação à aparência do corpo feminino. Um segundo motivo pode ser apontado como a desigualdade de classes crescente durante a década de 70, o que culminou na necessidade de prostituição de determinados gays, em especial os femininos, socialmente mais excluídos, que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho em decorrência de suas estigmatizações.

Autores como Silva (2007), Benedette (2005) e Kulick (2008) defendem a ideia de que as travestis começam a construir sua subjetividade a partir do momento em que iniciam suas transformações corporais. Em geral, como ensina Kulick, ainda menino, a futura travesti irá se deparar com o desejo homossexual, sendo, em seguida, rejeitada pela família. Quando começam os primeiros contatos com outras travestis, começam a dar vida à sua própria essência, ou seja, à sua transformação através dos hormônios ingeridos e da colocação de silicone industrial pelas “bombadeiras”.

Essa transformação que dá vida não só ao novo corpo, como também à nova identidade, fica bem clara na fala da personagem Agrado, no filme “Tudo sobre minha mãe” de Pedro Almodóvar, conforme pode ser observada:

Me chamo Agrado, porque toda minha vida sempre tento agradar aos outros. Além de agradável, sou muito autêntica. Vejam que corpo. Feito à perfeição. Olhos amendoados: 80 mil. Nariz: 200 mil. Um desperdício, porque numa briga fiquei assim. Sei que me da personalidade, mas se tivesse sabido antes, não teria mexido em nada. Continuando. Seios: dois, porque não sou nenhum monstro. 70 mil cada, mas já estão amortizados. Silicone. Lábios, testa, nas maçãs do rosto, quadris e bunda. O litro custa 100 mil. Calculem vocês, porque eu já perdi a conta. Redução de mandíbula, 75 mil. Depilação completa a laser, porque a mulher também veio do macaco, tanto ou mais que o homem, 60 mil por sessão. Depende dos pelos de cada um. Em geral, duas a quatro sessões. Mas se você for uma diva flamenca, vai precisar de mais. Como eu estava dizendo, custa muito caro ser autêntica, senhora. E nessas coisas, não se deve economizar, porque se é mais autêntica quanto mais se parece com o que sonhou para si (Trecho filme Pedro Almodóvar, Tudo sobre minha mãe).

Fica evidente que quando Agrado se pontifica a falar sobre si, resume sua vida às suas mudanças cirúrgicas, deixando claro que sua existência está estritamente ligada à sua fabricação corporal.

No entanto, ao mesmo tempo em que a travesti faz nascer sua identidade através de sua própria fabricação, dá fim à própria imagem de humano dentro de um contexto social, pois ao romper com as fronteiras da inteligibilidade, se põem fora da inteligibilidade social por subverter as fronteiras da própria linguagem.

Volta-se, portanto, a discussão supramencionada acerca da formação do sujeito através do seu reconhecimento sexuado, bem como da continuidade coerente desse reconhecimento no que concerne à identidade de gênero e sexualidade.

Estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orchestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como “humano”. Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de pagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação (BUTLER, 2010, p. 161).

É possível compreender como as experiências de identidade de gênero da travesti decorrem na sua não consideração como humano, como afirma Sampaio (2009):

A capacidade de viver, portanto, não é fisiológica (mesmo que em casos extremos isso chegue a ser impedido), mas a existência social, o reconhecimento perante ao outro, estabelecendo, desta forma, uma relação entre a noção de inteligibilidade de gênero e humanidade. Ser humano requer morfologias ideais que se adéquam a normas corporais, normas estas que governam a ideia de anatomia humana (SAMPAIO, 2009, p. 63).

É perceptível, deste modo, que ao darem a luz a si mesmas, as travestis contrariam a normatização dos papéis sexuais rígidos, e recebem, como sanção, a sua marginalização e discriminação que resultará na violência social e institucional contra si.

A PLASTICIDADE DOS GÊNEROS

Quando Judith Butler reconstrói o sujeito hegeliano, lhe atribui a incumbência de ser um eterno viajante, que nunca se fixa em um destino e nunca permanece o mesmo ao entrar em contato com o mundo exterior. Quando a autora se propõe a definir o gênero, lhe confere o mesmo estado: é um sujeito em ação; uma sequência de atos (SALIH, 2012).

Salih (2012), ao se referir ao conceito de gênero de Butler, cria uma metáfora para melhor explaná-lo: imagine que exista uma peça pronta para ser encenada; o protagonista sobe ao palco e performatiza seu papel de acordo com o *script*. Aqui, a sequência de atos que o sujeito, em ação, executa, pode ser entendida como o próprio gênero. Entretanto, o que a autora parece deixar claro, é que por mais que a personagem já tenha sido criada pelo roteiro – e aqui se pode notar a construção discursiva prévia do papel social -, inexistente um ator que espera ansioso nos bastidores, pronto para entrar em cena. Pensar em um ator que antecede a performance é, de certa forma, atribuir uma essência aos indivíduos.

Ao se referir ao processo de performatividade que o gênero está, o tempo todo, engrenando, Bento (2006) contextualiza o processo de produção do sujeito no âmbito do sistema binário e da matriz heteronormativa. Isso significa dizer que as normas de gênero, através de diversas tecnologias, estão cotidianamente trabalhando para que corpos-machos e corpos-fêmeas sejam constituídos.

Um exemplo muito claro acerca desses dispositivos, que encarceram as verdades dos indivíduos nos corpos, pode ser observado no momento em que o aparelho de ultrassonografia passeia pela barriga da mãe dentro do consultório médico. As palavras mágicas “é um menino” ou “é uma menina”, iniciam um processo de inteligibilidade social, ao colocar a futura criança – mesmo antes de nascer – nos confins das normas que prevêm identidades em corpos sexuados. Essa curta frase desencadeará uma série de expectativas sociais que serão responsáveis por uma complexa rede de normalização, que vai desde a escolha do nome, até o uso de roupas, comportamentos, brincadeiras e brinquedos.

Além disso, a infância pode ser apontada como uma fase de extremo controle e conformação, em que as normas de gênero são cotidianamente reiteradas através do que Bento (2008) denomina como heteroterrorismo, ou seja, a proibição de determinados comportamentos – executado pela escola, família, igreja, amigos, etc – que não se inserem em uma lógica de inteligibilidade sexo/gênero. As famosas frases “isso é coisa de menino” ou “isso é coisa de menina”, exemplificam de forma clara uma das maneiras pelas quais as crianças são interdidadas de performatizarem comportamentos contrários às expectativas das instituições sociais.

No filme “Minha vida em cor de rosa”, a personagem Ludovic, apesar de ser um menino, demonstra interesse em coisas que referenciam um mundo eminentemente feminino – vestidos, bonecas, princesas -, e por conta disso, é repreendido em vários momentos, chegando, inclusive, a tentar se moldar às regras que constroem o universo da masculinidade.

Ludovic representa os dramas vividos por várias crianças que não conseguem se adaptar às normas de gênero. Bento (2008) relata que um dos

motivos dos quais travestis e homens e mulheres transexuais abandonam a escola tão cedo é o fato de não conseguirem suportar as violências cotidianas sofridas nesse ambiente. Isso fica muito claro na fala da mulher transexual Cláudia, entrevistada por Bento (2008):

Na escola, quando me chamavam de veado ou de macho-fêmea, eu chorava, me afastava de todo mundo, não saía para o recreio. Eu só tenho a 3ª série completa. Eu parei em 96... Eu parei de estudar no meio da 4ª série. Notas boas... por causa desse preconceito que eu não aguentava. Não aguentei o preconceito de me chamarem de macho-fêmea, de veado, de travesti, essas coisas todas (BENTO, 2008, p. 130).

Essas experiências identitárias pelas quais passam as travestis, as mulheres e homens transexuais, as *drag queens*, os *drag kings*, os *crossdressers*, etc, se chocam diretamente com as normas de gênero. Entretanto, por mais que as brechas dos dispositivos heterossexuais tenham dado espaço para a criação de novas performances que ultrapassam o binarismo, o que se observa é que o processo de formação do gênero ininteligível consegue localizar os discursos normalizadores, e desnaturalizar as identidades sexuais.

Quando a travesti encena a feminilidade através dos hormônios, silicones, cabelos, maquiagens, vestidos, demonstra o quão artificial é o processo de fabricação do gênero. A travesti não é uma imitação da mulher; na verdade, ela é a prova de que as próprias técnicas de feminilização utilizadas pelas mulheres são tão artificiais quanto aquelas empregadas pelas travestis.

CONCLUSÃO

Conforme foi explanado durante o texto, não existe naturalidade na forma como a fêmea humana ou o macho humano desenvolvem suas identidades. Aliás, questionou-se a própria categorização do corpo e do sexo como aparato pré-discursivo.

Foi evidenciado que o sistema binário – criado através de discursos -, divide o mundo em homens e mulheres, cada um dotado de um sexo, simbolizando a completa oposição entre essas duas identidades, que só se

encontrarão na complementariedade de seus corpos, no contexto da exigência da matriz heterossexual.

O sujeito humano, construído também por tecnologias discursivas, depende da identificação sexuada do indivíduo, que após se reconhecer em um sexo, desenvolverá um gênero em conformidade com os padrões de gêneros inteligíveis. O humano demarcará a fronteira da inteligibilidade social através da negação do inumano, ou abjeto, que estará condenado aos locais inóspitos e inabitáveis da vida social.

Por não expressar seu gênero em conformidade com as regras de gênero, ou seja, desenvolvendo uma performance que leva em consideração a coerência entre sexo/gênero/sexualidade, a travesti está fadada a ocupar o local de abjeção. Contudo, ainda que esteja no lado oposto da fronteira da humanidade, é no seu corpo subversivo que se percebe a plasticidade dos discursos e normas que visam naturalizar as identidades dos indivíduos.

Os processos de mudança corporal pela qual passam as travestis, constituem formas diferenciadas de interpretar através de atos as normas de gênero, evidenciando não só que os corpos não produzem identidade e não encerram as verdades acerca dos indivíduos, como também demonstram que as mulheres passam pelos mesmos processos de feminilização e construção identitária.

REFERÊNCIA

ALMODÓVAR, Pedro. **Tudo sobre minha mãe**. Espanha, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Gramond, 2006

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERLINER, Alain. **Minha vida em cor de rosa**. França, 1997.

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2010.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2009.

GARCIA, Marcos Vieira Roberto. **DRAGÕES: Gênero, corpo e violência na formação da identidade entre as travestis de baixa renda**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: 2007.

HILAIRE, Colette St. *A dissolução das fronteiras do sexo*. In: SWAIN, Tania Navarro (org). **Feminismos: Teorias e Perspectivas**. Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UNB, 2000, vol. 8, n. ½.

KULICK, Don. **Travesti, prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

SAMPAIO, Juciana Oliveira de. **Incorporações e compartilhamento do desejo: Notas sobre a corporalidade e o caráter associativo entre travestis de São Luís**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SILVA, Hélio R. S. **Travestis, entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

ZAMBRANO, Margarida Camacho. **Las políticas Del cuerpo y lãs negociaciones indetitarias de lãs travestis em el ex. Penal García Moreno**. Tese de mestrado apresentada à Universidade Andina Simòn Bolívar: 2006.

DETERMINANTES DO SUCESSO EDUCACIONAL: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SUCESSO ESCOLAR EM CONTEXTOS DE DESVANTAGEM SOCIAL

Vanessa Gomes de Castro⁴⁷

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os possíveis determinantes do sucesso escolar entre os indivíduos em posição social de desvantagem. A posição social tornou-se um importante indicador nas pesquisas em sociologia da educação a partir dos anos sessenta, quando diversos estudos nos Estados Unidos e Europa revelaram incontestáveis associações estatísticas entre os níveis de acesso à escola e os grupos sociais (BARBOSA, 2009). Assim, busca-se confrontar os argumentos das teorias do capital humano, teorias reprodutivistas, teorias neoweberianas e pesquisas empíricas realizadas no Brasil sobre as desigualdades perante o ensino, em relação as possibilidades de sucesso escolar em contextos de desvantagem social.

Palavras-chaves: Sucesso. Educação. Desigualdade. Posição social.

ABSTRACT

This Article aims to reflect on the possible determinants of school success among individuals in social position of disadvantage. The social position has become an important indicator in research in sociology of education from the 1960s, when several studies in the United States and Europe proved irrefutable statistics associations between the levels of access to school and social groups (BARBOSA, 2009). Thus, we seek to confront the arguments of the theories of human capital, reproductivist theories, neoweberianas theories and empirical research conducted in Brazil on education inequalities, in relation to chances of educational success in contexts of social disadvantage.

Key-words: Success. Education. Inequality. Social position.

47 Mestranda em Ciências Sociais, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGCSO/UFJF. Email: vadecastro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O sucesso educacional apresenta diferentes dimensões e atores, conseqüentemente adquirindo distintos significados. Na dimensão do indivíduo, por exemplo, o sucesso educacional pode compreender a proficiência desenvolvida na escola, o tempo gasto para concluir a escolaridade básica, o maior grau de escolaridade atingido ou até mesmo a conversão de credenciais educacionais em oportunidades no mercado de trabalho. Este artigo busca refletir sobre os possíveis determinantes do sucesso educacional dentre os indivíduos em condições sociais desfavoráveis, considerando como sucesso educacional a chegada do aluno ao terceiro (e último) ano do ensino médio em idade apropriada, sem ter sido reprovado e sem ter abandonado a escola durante sua trajetória. A conclusão do ensino médio é condição indispensável à cidadania, ao ingresso no ensino superior, além de potencializar a obtenção de melhores colocações no mercado de trabalho. Segundo Schwartzman (2004) a distorção idade/série relaciona-se a uma tradição de má qualidade no ensino, a qual limita a capacidade de aprendizagem do aluno, juntamente com as elevadas taxas de evasão escolar, que ocorrem principalmente quando os jovens chegam à adolescência. As distorções criadas pela má qualidade e pela repetência levam a um imenso desperdício de recursos, ao manter nas escolas alunos mais velhos que já não deveriam mais estar lá.

Segundo Nogueira (2005) a influência do *background* familiar sobre a experiência educacional do indivíduo ocupa um lugar de destaque no campo da sociologia da educação. Com instrumentos metodológicos cada vez mais sofisticados, os cientistas sociais estariam trabalhando para documentar, elaborar e comprovar a influência do *background* familiar sobre os destinos escolares, embora até recentemente as pesquisas sobre esta categoria focalizassem principalmente os resultados educacionais, dando pouca atenção aos processos. No Brasil, especialmente desde as últimas duas décadas do século XX, mudanças importantes estariam afetando a instituição familiar, sua relação com sistema

escolar e o sucesso educacional dos indivíduos. Um rápido balanço demográfico de suas principais mutações inclui o decréscimo do número de casamentos, as elevações constantes da idade de casamento e taxa de divórcios, além da diversificação dos arranjos familiares devido à difusão de novos tipos de famílias (como monoparentais, recompostas, monossexuais) e as mudanças nas mentalidades. Soma-se a isto uma conjunção de fatores, dentre os quais a proibição do trabalho infantil, a extensão do período de escolaridade obrigatória e a criação dos sistemas de seguridade social. Sendo entregue à família, em maior ou menor grau conforme o meio social, a tarefa de escolher entre diferentes perfis de estabelecimentos de ensino, os quais variam segundo múltiplos aspectos, desde localização, infraestrutura, clientela, grau de tradição, qualidade do ensino, clima disciplinar, proposta pedagógica, etc., (NOGUEIRA, 2005).

Esta reflexão será contextualizada a partir das teorias do capital humano, teorias reprodutivistas e teorias neoweberianas, relacionando-as com o contexto brasileiro. Por um lado, a educação enquanto capital humano aumentaria a produtividade, geraria riquezas e a ampliação do acesso à educação proporcionaria mais oportunidades aos indivíduos, reduzindo as desigualdades sociais e promovendo um ambiente mais favorável ao mercado e ao desenvolvimento econômico, juntamente com a crença da população sobre os benefícios privados da educação em termos de renda, emprego e prestígio social. Por outro lado, a educação por si mesma não geraria riquezas, a não ser quando combinada com outros fatores, funcionando como um mecanismo de filtragem e consolidação das desigualdades sociais, controlando o acesso a posições de autoridade, prestígio e riqueza, atuando como um mecanismo de distribuição e controle de credenciais, que permitem ou não, o acesso a posições sociais vantajosas, determinadas pelas condições anteriores - ou capital cultural - das famílias dos indivíduos (SCHWARTZMAN, 2004). Todavia, muitos indivíduos mesmo em circunstâncias de desvantagem social, realizam com sucesso suas trajetórias escolares, merecendo uma análise mais detalhada que permita

identificar os diferenciais destas trajetórias, principalmente nos quesitos acesso e permanência.

DESIGUALDADES PERANTE O ENSINO

Ao longo do século XX, predominou sobre a sociedade moderna um otimismo, atribuindo a escolarização um papel fundamental na nova sociedade moderna, justa e democrática, onde a educação realizaria transformações sociais, culturais, tecnológicas e produtivas. A economia moderna, orientada pelos ideais iluministas, premiaria os indivíduos por sua educação, treinamentos e outras fontes de conhecimentos e informações adicionais, adquiridos principalmente no sistema de ensino. A escola pública e gratuita potencialmente resolveria os problemas de acesso à educação, garantindo os princípios de igualdade de oportunidade a todos os cidadãos. Os indivíduos concorreriam em condições igualitárias, prevalecendo à meritocracia, que por sua vez levaria ao bom posicionamento social (NOGUEIRA, 1990); (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2002).

Nesta perspectiva, ao final da década de cinquenta e início da década de sessenta, Schultz elaborou seu conceito de capital humano, considerando-o como os investimentos privados em educação. Pontuando que a maioria dos trabalhos analíticos sobre o capital humano refere-se principalmente às propriedades econômicas da educação. Seu conceito foi construído na fase áurea do modo de regulação fordista. O modo de regulação fordista transcendeu o âmbito econômico, constituindo-se em uma matriz cultural, centrada nas ideias de produção em massa, consumo em massa, plena busca por emprego e diminuição das desigualdades sociais, com pressupostos de desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado. O impacto de sua formulação sobre o capital humano lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia de 1979 (FRIGOTTO, 2000).

Em *The Reckoning of Education as Human Capital*, Schultz (1970) argumenta sobre os avanços na teoria do capital humano, principalmente enquanto produtos de um conjunto de análises teóricas e empíricas. Os avanços

relativos às teorias do capital humano seriam em partes resultados de microanálises. No entanto, a relação entre educação e renda embora situada em nível individual, expandiu-se e extrapolou-se a níveis macrossociológicos. Quanto maior o nível educacional de um país, maior seu potencial em elevar a produtividade, a competitividade e a capacidade de geração de emprego e renda, reduzindo assim as desigualdades sociais. Schultz observa que em se tratando de investimentos privados em capital humano as pessoas pobres seriam as mais prejudicadas na aquisição deste tipo de capital.

Becker (1964) ao investigar os retornos privados da educação nos Estados Unidos, observou que os investimentos relacionados à educação eram semelhantes a outros investimentos que as pessoas faziam. Tais investimentos, para além do contexto monetário, estender-se-iam a tipos diferentes como escolaridade, formação integral, treinamentos, habilidades, conhecimentos, saúde, dentre outros ativos. O investimento e estoque destes ativos constituiriam o capital humano do indivíduo. O investimento em capital humano proporcionaria qualidade de vida, ganhos mais elevados e uma melhor socialização. O sucesso individual e social dependeria principalmente dos investimentos das pessoas em si mesmas. A escolaridade aumentaria os lucros e a produtividade através do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades. Os rendimentos dos mais educados mostravam-se quase sempre acima da média, embora os ganhos fossem geralmente maiores em países menos desenvolvidos (BECKER, 1964).

Para Becker (1964) as discussões sobre o capital humano não poderiam omitir a influência da família sobre os conhecimentos, habilidades, valores e hábitos de seus filhos. As pequenas diferenças entre as crianças na preparação fornecida por suas famílias se multiplicariam frequentemente ao longo da vida, transformando-se em grandes diferenças na adolescência. Ao chegar à vida adulta, estes indivíduos despreparados apresentariam dificuldades em serem absorvidos pelo mercado de trabalho. O abandono escolar e a falta de preparo para o trabalho comprometeriam e dificultariam a elaboração de políticas públicas voltadas a estes grupos. Famílias em melhores condições sociais e com menor

número de filhos tenderiam a mantê-los na escola por mais tempo. As altas taxas de natalidade comprometeriam o desenvolvimento econômico de um país, havendo estreita e geralmente negativa correlação, entre o nível de crescimento populacional e o investimento em capital humano.

Todavia, alguns contrapontos sobre a teoria do capital humano sugerem que os dados individuais responsáveis pela configuração da teoria não necessariamente permitiriam a extrapolação para contextos maiores. Ou ainda, que há necessidade de se investigar mais a fundo os limites sociais da educação, uma vez que esta sozinha não realizaria seus efeitos diretos, sendo auxiliada por outras estruturas como a ocupacional e a tecnológica a fim de garantir seus retornos sociais. Além disto, o mercado de trabalho de acordo com a relação entre oferta e procura, e influenciado pelas taxas de desemprego, reduziria as médias salariais e aumentaria as exigências de seleção. Os teóricos do capital humano tenderiam a omitir estas condições (TAVARES JR., 2004).

Neste mesmo período, pesquisas patrocinadas pelos governos Americano, Francês e Inglês, (*Relatório Coleman, Estudos do INED e Aritmética Política Inglesa*, respectivamente), apontaram claramente o peso da origem social sobre os destinos escolares, revelando as falhas do *Welfare States* e o fracasso da promessa liberal de igualdade de oportunidade. O Relatório Coleman (1966), por exemplo, foi uma pesquisa nacional em larga escala, realizada com alunos norte-americanos, no intuito de investigar as diferenças sociais, econômicas e culturais, convertidas em diferenças de desempenho e interferentes no sucesso educacional destes alunos. Suas conclusões apontaram o peso do *background* familiar e das condições socioeconômicas dos alunos em seu sucesso educacional. A partir destes estudos, houve certo reconhecimento que o desempenho escolar não dependia somente dos dons individuais, mas da origem social dos alunos. Neste contexto, emergiram novos movimentos sociais de protestos e novas teorias explicativas sobre a verdadeira relação entre a escola e a estrutura social. A interpretação do sistema educacional na sociedade tornava-se fundamental para o entendimento dos diferentes benefícios proporcionados

pela educação aos distintos grupos sociais (NOGUEIRA, 1990); (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2002); (NOGUEIRA, 2005).

As crises econômicas que se estenderam sobre as sociedades modernas causaram sérios impactos no sistema produtivo, exigindo novas interpretações da sociedade e a dinâmica de suas instituições. O esgotamento dos sistemas de câmbio, as crises do petróleo e as altas taxas de inflação, provocaram a redução do crescimento econômico e o desemprego progressivo, além de cultivar visões apocalípticas nas sociedades de capitalismo avançado. Neste cenário, o desmoronamento das expectativas de crescimento, e das possibilidades teóricas e empíricas de distribuição democrática dos frutos do desenvolvimento, impactou sobre o campo educacional, desarticulando a promessa integradora e econômica da educação, ao mesmo tempo revalorizando sua importância em uma “sociedade de conhecimentos” (GENTILI, 2000).

Na década de sessenta e setenta, a sociologia da educação destaca-se pelas significativas mudanças do enfoque e a abertura de novas tendências teóricas e metodológicas. A educação passa a ser encarada principalmente, como um instrumento de manutenção das desigualdades sociais. Neste período a perspectiva teórica que se sobressaltou para investigar a atuação da educação na sociedade designou-a como reprodutivista. As correntes reprodutivistas, inspiradas nas teorias marxistas, consideram o sistema de ensino um espaço reprodutor, legitimador e pouco efetivo na mudança da estrutura social, mesmo em períodos de expansão econômica e democratização das oportunidades. O sistema de ensino atuaria como um mecanismo de internalização de valores, normas e comportamentos, ditados pela classe dominante, além de um produtor de certo tipo de trabalhador para o mundo capitalista. Nesta corrente, encontramos autores como Bourdieu e Passeron (1970), os quais caracterizam a educação como um mecanismo de reprodução cultural, ao investigarem sobre os processos de reprodução social e os meios através dos quais as classes dominantes efetivamente se apropriam e monopolizam os distintos recursos em

benefício próprio, principalmente a preservação de sua posição social de vantagem em relação às classes dominadas (NOGUEIRA, 1990).

Bourdieu e Passeron realizaram na França um conjunto de investigações teóricas e empíricas sobre o papel da escola e da educação na sociedade. No livro *A Reprodução* (1970), suas investigações concluíram sobre a necessidade de se repensar a prática educacional. Onde se esperava a igualdade de oportunidades, a meritocracia e a justiça social via escola, estes autores enxergavam a reprodução e a legitimação das desigualdades sociais. A escola deixa de ser uma instância transformadora e democratizadora, passando a ser encarada como uma das principais instituições por meio das quais se mantêm e se legitimam os privilégios sociais e as desigualdades. Os alunos não seriam indivíduos abstratos competindo em condições relativamente igualitárias, mas sim atores socialmente constituídos, que trazem em alguma medida uma bagagem de atributos diferenciados adquiridos no ambiente familiar, rentáveis ou não ao mercado escolar. Neste contexto, os filhos da classe dominante seriam extremamente favorecidos em relação aos filhos das classes dominadas, na medida em que entrariam para o sistema de ensino melhor preparados para se suceder. Estas crianças compartilhariam de um modo comum de expressão, estilo de interação social e orientação estética com os professores, que nem mesmo o conteúdo ensinado e a forma como é ensinado seriam susceptíveis de serem estranhos a elas, os quais Bourdieu classifica como *habitus* (NOGUEIRA, 1990).

O *habitus* refere-se às características das diferentes classes e frações de classe. Sendo um princípio de diferenças não somente nas competências adquiridas, mas também nas maneiras de implementá-las. Um conjunto de propriedades secundárias que revelam diferentes condições de aquisição, predispostas a receberem valores muito diferentes nos distintos mercados. Aversões, simpatias, antipatias, fantasias e fobias de uma classe. Princípio gerador de práticas que classificam, ao mesmo tempo sendo objetivamente classificáveis. Capacidade de diferenciar e apreciar práticas, que constituem o mundo social representado. Gosto, propensão e aptidão. Apropriação material ou

simbólica que encontra origem no estilo de vida. Conjunto unitário de preferências distintas. Interiorização de representações e práticas, que apesar das aparências, são sempre ajustadas às condições objetivas das quais são produtos (BOURDIEU, 2006). Assim, enquanto os filhos da classe dominante progressivamente se beneficiariam de uma interação positiva entre as influências de casa e da escola, as crianças menos favorecidas encontrariam dificuldades, provavelmente crescentes, de ajuste. Estas últimas falhariam em alcançar os níveis mais elevados do sistema educacional, ou porque seriam excluídos pelo desempenho inadequado, ou porque na verdade se autoexcluiriam (BOURDIEU, 1982).

Na perspectiva reprodutivista de Bourdieu e Passeron (2006), a ideia de capital compreende um recurso social, o qual a posse é privilégio de poucos. O capital econômico seria referente ao capital na forma de riqueza material, fundamental na manutenção da posição social de vantagem e no investimento em educação (mensalidades escolares, material didático, transporte, aulas de reforço, etc.). O capital social seria expresso pela participação em redes formais e informais de convivência, que proporcionam retornos por meio de contatos, apoios e representações (como por exemplo, redes sociais, grupos da elite ou outros grupos bem sucedidos, que viabilizam oportunidades e criam aspirações sociais em seus membros). O capital cultural seria o conjunto de disposições, valores e estratégias promovidos principalmente pela família e outras instituições sociais, além das competências individuais institucionalizadas em critérios culturais (como qualificações educacionais que proporcionam retornos aos seus titulares). E o capital simbólico, seria referente ao prestígio social e ao status. Estas formas de capital seriam assim institucionalizadas para melhor servirem aos interesses das classes dominantes, principalmente na promoção de vantagens para seus filhos na competição escolar. A conversão e a transmissão destes tipos de capitais seriam cruciais na capacidade das classes dominantes manterem sua posição social de vantagem. Estas formas de capital seriam imputadas sobre a escola, no intuito de garantir a reprodução das classes dominantes, culminando na violência

simbólica. A violência simbólica seria um mecanismo gerador, legitimador e reproduzidor das desigualdades sociais. Seu uso por um indivíduo ou grupo de indivíduos que controlam o poder simbólico sobre os outros geraria crenças no processo de socialização, induzindo os dominados a enxergarem e a avaliarem o mundo de acordo com os critérios e padrões definidos pelos dominantes (NOGUEIRA, 1990).

No entanto, as teorias de Bourdieu e Passeron não abrangem as variações perante o ensino no tempo e espaço, bem como a resistência dos que a ela estão sujeitos, não considerando parte da mobilidade social consequente da escolarização dos indivíduos. Na perspectiva destes autores, o contexto de reprodução cultural das classes passaria pelo sistema educacional, configurado em favor da manutenção da classe dominante. Desta forma, o sistema educacional não seria visto como um meio de utilizar o talento de forma mais eficaz ou a ampliação de oportunidades através da meritocracia, mas sim como uma agência de controle social necessária à manutenção das estruturas de classes na sociedade, principalmente a fim de garantir os interesses particulares das classes dominantes. Prejudicando o sucesso escolar dos filhos originários das classes trabalhadoras, que acabariam sendo levados a cúmplices de sua própria desvantagem, seja através de uma aceitação passiva de seu "fracasso", ou através do envolvimento em subculturas contraescolares para expressar sua resistência a ordem estabelecida, ao mesmo tempo reforçando sua posição de subordinação dentro do sistema. Goldthorpe adverte sobre os cuidados necessários quanto à manipulação e apropriação das teorias reprodutivistas, ressaltando que a expansão educacional e a mobilidade social consequente deixaram tais teorias limitadas. Apresentando evidências empiricamente contraditórias, contudo, fornecedoras de um debate produtivo (GOLDTHORPE, 2007).

Em suas investigações sobre classes e mobilidade social, Goldthorpe segue na esteira das investigações Boudon (1981), o qual desenvolveu um modelo teórico para analisar as desigualdades de oportunidades educacionais,

investigando a relação entre os sistemas que influenciariam nestas desigualdades. A família, a escola e outras instâncias de orientação às quais o indivíduo está conectado, seriam fundamentais em suas expectativas e mobilidade social. Boudon associa em seu modelo teórico elementos da macro e microsociologia, buscando demonstrar suas recíprocas influências nos parâmetros e campos decisórios dos indivíduos. Ao adotar o individualismo metodológico, Boudon não nega a existência de entidades coletivas em contraposição a entidades individuais, reconhecendo as propriedades estruturais, no entanto sem que tais propriedades atuem como leis de ferro. O individualismo metodológico teria status epistemológico para a explicação sociológica de fenômenos sociais a partir da relação entre razão e ação (HAMLIN, 1999).

No livro *A Desigualdade de Oportunidades*, Boudon (1981) investiga a desigual distribuição das oportunidades perante o ensino e a mobilidade social nas sociedades industriais avançadas do tipo liberal - Europa Ocidental e América do Norte - visando construir um modelo teórico sobre as desigualdades, na medida em que estas sociedades dispõem de um maior conjunto de estatísticas sociais e escolares. No que concerne ao ensino às diferentes origens sociais possibilitam ou dificultam o indivíduo em relação ao acesso, permanência e conclusão. No que tange a mobilidade social, a distribuição desigual de oportunidades em função da origem social dificulta a ascensão dos indivíduos a níveis sócio-profissionais mais elevados. O desenvolvimento das sociedades industriais não teria sido acompanhado de mobilidade social, ocorrendo sob considerável diferenciação na distribuição das oportunidades, especialmente as econômicas, principalmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial (BOUDON, 1981).

Para Boudon (1981) a mobilidade social acontece posteriormente à aquisição de grau educacional que possibilite o indivíduo se direcionar para determinadas profissões, conseqüentemente influenciando em seu nível de renda e sua posição social. Diante disto, o autor investiga em que momento o grau educacional e a posição social do pai influenciam no grau educacional e posição social do filho. E a influência do grau educacional do filho em relação à sua própria

posição social. Presumindo que o pai pode influenciar na posição social do filho ao proporcionar-lhe níveis mais elevados de instrução. Por outro lado, em sociedades industriais o nível de instrução não influenciaria sensivelmente nas possibilidades de mobilidade, exercendo menos influência sobre a posição social do que se crê em geral. As origens sociais influenciam, contudo não determinam exclusivamente a posição social do indivíduo. Um indivíduo que tem um nível de instrução superior ao de seu pai possui quase tantas oportunidades de manter ou melhorar sua posição de origem, quanto o indivíduo que tem o nível inferior ao de seu pai (BOUDON, 1981).

Além dos fatores supracitados, Boudon também investiga outros aspectos sobre a estrutura familiar como a origem social dos pais e o comportamento escolar dos filhos, a posição social da família e suas expectativas sobre o indivíduo, a estrutura das relações familiares e o clima familiar. O nível de aspiração escolar seria diferenciado de acordo com a história e a imagem social que a família tem de si. Além disto, para este autor uma teoria completa sobre desigualdades perante o ensino deve considerar aspectos como a taxa de fecundidade em função das classes sociais e sua influência no comportamento e nas expectativas escolares dos indivíduos. Ao realizar exercícios hipotéticos sobre o tipo ideal de sociedade, relacionando as desigualdades de oportunidades perante o ensino com a importância da instrução para a classificação social, e a adequação entre as estruturas sociais e escolares, Boudon propõe um conjunto de axiomas que combinam efeitos estruturais através de um modelo experimental. Concluindo que embora a educação exerça um forte papel sobre a posição social, não se deve esperar sua participação elevada na mobilidade, uma vez que também é condicionada por outros fatores.

Boudon subsidia-se pelos estudos de Kahl e Hyman da década de 50, onde a hipótese é que o conjunto de valores aderidos pelos indivíduos depende da classe social à qual pertencem, influenciando nas taxas de sobrevivência, êxito no sistema escolar e na percepção sobre a importância e finalidade do ensino para segurança material, realização pessoal e ascensão social. De Merton (1957), onde

os indivíduos adotam ambições e atitudes a partir do meio social que os cercam e com referências aos grupos sociais a que pertencem ou sentem-se próximos. E Keller e Zavalloni, nos quais se encontrariam negativas as afirmações de que os valores variam em função da classe social. Ao passo que indivíduos de distintas classes podem atribuir semelhante importância ou valor aos diplomas escolares (BOUDON, 1981).

Partindo destas análises, Boudon segue para um esquema teórico do processo de decisão escolar em função da posição social, no que concerne aos custos, benefícios e riscos, chegando às seguintes proposições: o indivíduo e/ou sua família são chamados a tomar decisões de continuidade ou não ao longo do curso escolar, achando-se associados para cada posição social um determinado risco, custo e benefício, podendo-se distinguir antecipadamente e em graus ordenados. Nos riscos intervêm elementos como idade ou êxito escolar, o custo corresponde a dois graus consecutivos do sistema escolar, mostrando-se elevado quanto menos privilegiada for à posição de um indivíduo no sistema de estratificação. E o benefício, corresponderia a dois graus consecutivos do sistema escolar, sendo maior quanto mais próximo estivesse um indivíduo dos níveis mais elevados de estratificação social. Dado um risco, o benefício pode não ser recuperado em função dos altos custos. O interesse subjetivo do indivíduo em alcançar determinada posição social, dependeria da posição social de sua família. A posição social confere distintos significados aos riscos, custos e benefícios, correspondentes à aquisição de um dado nível de estudo (BOUDON, 1981).

Boudon (1981) conclui que a herança cultural apresenta fortes efeitos em certas etapas do curso escolar. O valor da educação decresceria com a posição social da família. O meio familiar produziria desigualdades culturais cujos efeitos seriam observáveis desde a infância e principalmente na adolescência. O autor também verifica que mesmo suprimindo o fator herança cultural as disparidades permanecem muito marcadas. Mesmo que medidas eficazes atenuem as desigualdades culturais, seus efeitos seriam muito moderados sobre as desigualdades sociais perante o ensino. A origem das desigualdades perante o

ensino se relacionaria muito mais com as diferenças dos campos decisórios em função da posição social, principalmente nos níveis mais elevados do curso escolar, que com a herança cultural. Nos resultados encontrados Boudon verificou que os mecanismos de repetição das decisões tomadas em difíceis condições causadas pela posição social, desempenham papel fundamental na explicação das desigualdades perante o ensino. Seu modelo demonstra as consequências da composição social da escola, revelando que as classes mais privilegiadas chegariam mais facilmente ao nível superior de ensino que as classes menos privilegiadas. Concluindo que as sociedades analisadas apresentaram uma lenta tendência à mobilidade social e a redução das desigualdades sociais, embora tal redução tenha sido pouco significativa e as desigualdades tendenciosas caso medidas assertivas não sejam tomadas. A expansão do sistema educacional pode ter sido uma das causas da redução das desigualdades sociais. O autor destaca que no ensino superior realizam-se as maiores desigualdades, uma vez que este nível demanda recursos econômicos, temporais e cognitivos, os quais favorecem as classes mais privilegiadas, consequentemente reduzindo as chances dos indivíduos das classes inferiores (BOUDON, 1981).

Em suas investigações sobre a desigualdade de oportunidades perante o ensino, Boudon (1981) destaca que os efeitos primários gerariam diferenças, a partir da capacidade demonstrada pela criança no início de sua vida escolar. Reconhecendo neste nível a importância das influências culturais de classe, em relação às possibilidades reais de desempenho. Goldthorpe (2010) desenvolve a abordagem teórica de Boudon, evidenciando que estaria nos efeitos secundários o centro das atenções em relação às diferenças de classe. Os efeitos secundários operariam através das decisões tomadas pelas crianças e seus pais sobre as opções educacionais, a partir da análise das possibilidades da conversão educacional em realização socioeconômica. Onde a expansão educacional deveria ser tratada de forma eficaz.

Com a expansão da oferta educativa nas sociedades economicamente avançadas, a educação primária e secundária tornou-se universal, obrigatória e

gratuita, especialmente a partir de meados do século XX. O nível médio de escolaridade veio aumentando substancialmente nestas sociedades, embora muitas investigações empíricas revelassem que os efeitos desta expansão teriam sido relativos e limitados, na medida em que compreenderam uma série de transições ou ramificação em certos pontos do sistema de ensino, principalmente configurados e direcionados às crianças das classes menos favorecidas. Mesmo com a expansão do sistema de ensino e as reformas educacionais, o balanço geral dos custos e benefícios associados às opções educacionais mais ambiciosas ainda apresentavam-se altos e pouco acessíveis às classes menos favorecidas. Indicando a persistência das diferenças entre as classes no contexto da escolaridade (GOLDTHORPE, 2010).

Nos argumentos liberais, uma das principais expectativas é que os diferenciais de classe a nível educacional diminuam através de provisões públicas direcionadas ao ensino gratuito em todos os seus níveis. Contudo, os subsídios públicos para a educação não estariam focados principalmente nas famílias com maior necessidade, na medida em que o princípio da educação universal, obrigatória e gratuita, acaba favorecendo aqueles que já se apresentam em uma posição social de vantagem e potencialmente conseguem fluir no sistema de ensino até chegar ao nível superior. Assim, na medida em que apoio do Estado para a educação não consegue reduzir as diferenças de classe no início dos pontos de ramificação do sistema, ele tende a ajudar as famílias das classes favorecidas a manterem uma maior aceitação que é de fato o tipo mais caro de oferta educativa. O otimismo liberal sobre a redução dos diferenciais de classes advém da suposição de que ao reduzir os custos da educação para o indivíduo, seus benefícios serão mais percebidos. Os critérios de atribuição darão lugar aos critérios de desempenho na seleção social e a educação se tornaria a chave para o sucesso econômico, sendo reconhecida como tal. Assim, a tendência entre as crianças de todas as origens sociais seria continuar na educação, na medida em que suas habilidades levem-nos à ascensão. No entanto, embora o argumento liberal seja relevante para explicar a expansão educacional, negligenciaria o fato

de que a tomada de decisão educacional permanece condicionada pelas situações de classe em que ela ocorre (GOLDTHORPE, 2010).

Goldthorpe (2010) presume que o desenvolvimento de uma população melhor instruída pode significar que as famílias mais favorecidas estão sob a constante pressão de realizarem maiores investimentos na educação de seus filhos como uma forma "defensiva", isto é, como um consumo necessário apenas para manter sua posição social de vantagem. Considerada como um bom investimento, a educação seria em larga medida "posicional". Desta forma, dentre as famílias das classes privilegiadas a importância da qualificação adequada seria a manutenção da estabilidade da classe, juntamente com capacidade dos pais absorverem os custos envolvidos, incentivando suas crianças a tentarem ingressar no ensino superior. A este respeito, Fred Hirsch (1979) em *Limites Sociais do Crescimento*, argumenta sobre o "escore social zero", no qual a educação geraria efeitos perversos através do consumo defensivo, que por si é dispendioso e não agrega benefícios, sendo utilizada principalmente para competição posicional.

Partindo destas premissas, Goldthorpe (2010) levanta proposições sobre as diferenças entre as classes na aceitação de uma opção educacional mais ambiciosa. As condições e os possíveis custos e benefícios destas opções levariam à desistência das crianças de famílias menos favorecidas a perseguirem estes objetivos. As persistências destas diferentes tendências ao longo do tempo poderiam ser vistas a partir de uma base racional, onde as implicações dos recursos, oportunidades e as restrições continuam a caracterizar diferentes situações, consideradas no momento da escolha de continuidade educacional. A interpretação adicional proposta por Goldthorpe sugere que as crianças menos favorecidas precisariam demonstrar previamente a seus pais suas capacidades e habilidades, para que estes considerem as opções educacionais mais ambiciosas. Ao investigar as regularidades macrossociais resistentes às mudanças nas relações de classes, o autor observa que os diferenciais entre as classes em geral persistem, porque poucas mudanças ocorrem nas relatividades custos-benefícios da educação, que favoreçam opções racionais ambiciosas em diferentes situações

de classes. Contudo, não presume que tais regularidades sejam determinísticas, salientando a importância da análise dos contextos desviantes.

Supondo-se que ao ver a educação como um bom investimento, a principal preocupação das famílias em posições sociais privilegiadas é que seus filhos obtenham qualificações suficientes para preservar uma estabilidade intergeracional da posição de classe, ou no mínimo evitar qualquer mobilidade descendente, incentivando seus filhos a graus educacionais mais elevados (GOLDTHORPE, 2010). Já dentre as famílias da classe trabalhadora, ao invés do nível superior, a tendência seria o investimento em cursos profissionais ligados à formação on-the-job de seus filhos (metodologia orientada para a melhoria das qualificações e competências dos indivíduos em contexto de trabalho), no intuito de reduzir suas chances de rebaixamento para as fileiras dos não qualificados ou desempregados. Entre as crianças de origens menos favorecidas prevaleceria uma tendência exatamente oposta as dos filhos das classes mais favorecidas, os quais recorreriam principalmente ao nível superior de ensino (ARUM E SHAVIT, 1995).

Por outro lado, também é possível observar que muitos indivíduos mesmo pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade, almejam os níveis educacionais mais elevados e principalmente seus benefícios. Os indivíduos têm objetivos e meios para persegui-los, avaliando em certa medida os prováveis custos e benefícios. Orientando-se por normas sociais e pela expressão de valores culturais, os indivíduos conheceriam em certa medida sua sociedade e os constrangimentos que caracterizam sua situação. Sendo capazes de agir de forma autônoma em favor dos seus interesses e de maneira mais ou menos adequada em relação à situação social em que se encontram, apesar de não serem totalmente esclarecidos e perfeitamente conscientes dos seus objetivos e dos meios ideais para persegui-los. Nestes contextos, a teoria da ação racional poderia auxiliar na compreensão sobre como os atores sociais escolhem e buscam seus objetivos, adaptando-se às oportunidades e constrangimentos que caracterizam sua situação social (GOLDTHORPE, 2010).

Nos últimos anos, o Brasil tem realizado grandes esforços no sentido de aumentar o atendimento escolar para jovens e adolescentes. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o ensino fundamental está universalizado: 96,9 % das crianças entre 07 e 14 anos frequentam a escola. O grande desafio é a cobertura do ensino médio entre jovens de 15 a 17 anos. Nesta faixa etária, 83,3% frequentam a escola, mas apenas 50,9% concluem esta etapa da escolarização. A meta nacional para 2022, é que pelo menos 90% dos jovens nesta faixa etária estejam matriculados no ensino médio, condição necessária para progressão rumo ao ensino superior (SOUZA et al., 2012). Observa-se o aumento da escolaridade média da população e a diminuição das desigualdades educacionais entre as regiões, grupos de cor, gênero e estratos de renda. A decomposição em fatores explicativos indica que esta redução pode estar associada às melhorias nas condições de vida da população, na urbanização e no sistema de ensino (SILVA E HASENBALG 2000).

Silva (2003) ao examinar as evidências relativas à expansão educacional no Brasil na década de noventa, observou que ocorreu de maneira particularmente acentuada na segunda metade do ensino básico e no ensino médio. Tal expansão seria resultado da redução dos custos diretos da educação, de políticas públicas na área educacional e do aumento da acessibilidade à educação, dentre os segmentos em situação de desvantagem social. No entanto, quando o sistema educacional se expande, as desigualdades entre grupos sociais tendem a permanecer estáveis e até mesmo a se ampliarem, uma vez que os grupos em posição social de vantagem estariam em melhores condições de aproveitarem as novas oportunidades abertas pela expansão. Somente quando os grupos em vantagem social atingirem seus níveis de saturação nas chances de completar uma transição educacional, as desigualdades começarão a declinar, conforme postulados da Desigualdade Maximamente Mantida – MMI, segundo (SILVA, 2003).

Menezes-Filho (2007) ao examinar o desempenho dos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio em testes de

proficiência em Matemática, utilizando os dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), observou grande heterogeneidade nas notas dentro de cada estado brasileiro, com escolas muito boas e muito ruins. Os dados revelaram que entre 10% e 30% das diferenças de notas obtidas pelos alunos da rede pública, ocorrem devido a diferenças entre escolas. O restante da variação ocorre em razão das diferenças entre os alunos e suas famílias. Seus exercícios econométricos revelaram que as variáveis mais explicativas no desempenho escolar seriam as características do aluno e sua família (tais como educação da mãe, cor, atraso escolar, reprovação, número de livros, presença de computador em casa e trabalho fora de casa). Outra variável importante seria a idade de entrada no sistema escolar: os alunos que fizeram pré-escola apresentaram um melhor desempenho em todas as séries. Variáveis relativas à escola, como o número de computadores, o processo de seleção do diretor e dos alunos, além da escolaridade, idade e salário dos professores, apresentaram efeitos muito reduzidos sobre o desempenho dos alunos. A variável escolar que parece afetar consistentemente o desempenho do aluno é o número de horas-aula, ou seja, o tempo que o aluno permanece na escola.

Ao investigar a estratificação educacional no Brasil, Mont'Alvão (2011) realiza uma síntese do processo de expansão educacional, oferecendo um quadro analítico do país, na primeira década do século XXI. A estratificação educacional verifica o funcionamento do sistema escolar em relação às características socioeconômicas dos alunos na entrada e na saída do sistema de ensino. Um sistema de ensino seria mais democrático quanto menor for a correlação entre a origem social familiar dos alunos e o desempenho no processo de escolarização, seja em termos de aprendizagem ou em termos de realização escolar (SILVA, 2003). Mont'Alvão (2011) ao testar hipóteses sobre os efeitos da origem social nas possibilidades de alcance educacional, conclui que a transmissão das desigualdades seria mediada pela influência das origens sociais nas possibilidades de alcance educacional. Mesmo diante à visível expansão, o baixo rendimento interno do sistema escolar ainda dificultaria o acesso da maior parte

da população, revelando-se um sistema marcado por alto grau de seletividade social.

Souza e colaboradores (2012) ao estimarem fluxos escolares do ensino fundamental para o médio e os fluxos ao longo do ensino médio, observando variáveis associadas às características do aluno e sua família, do mercado de trabalho e das condições de oferta escolar, evidenciam em seus resultados a relevância do *background* familiar para a aprovação no ensino fundamental e médio, bem como na probabilidade do indivíduo progredir ao longo do ciclo escolar. A qualidade da educação revela-se como um importante fator associado a maiores chances de aprovação e continuidade dos estudos. Quanto ao mercado de trabalho, os salários e empregabilidade influenciam na continuidade dos estudos, embora não seja possível afirmar que estariam diretamente associados às chances de aprovação. Suas conclusões indicam que a não aprovação ainda é uma barreira para o ingresso no ensino médio e sua progressão ideal, embora tenha perdido a importância nos últimos anos para explicar a evasão escolar. A educação dos pais ainda é um fator relevante tanto para a aprovação, quanto para a continuação dos estudos. A aprovação seria um fator importante na explicação das probabilidades de progressão ao longo do ciclo educacional, contudo torna-se menos significativa para a continuidade dos estudos ao longo do ensino médio (SOUZA et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos apresentados, buscamos refletir brevemente sobre os possíveis determinantes do sucesso educacional, na dimensão do indivíduo e sua família, principalmente o sucesso educacional dentre os indivíduos provenientes das camadas menos favorecidas da sociedade. A literatura científica nos aponta variadas evidências teóricas e empíricas sobre as interferências das desigualdades sociais no acesso e trajetória escolar dos indivíduos em posições sociais desfavorecidas. A permanência no sistema educacional nestas

circunstancias é condicionada por vários fatores, que vão desde a falta de recursos econômicos e culturais, passando por inúmeras desigualdades sociais e perante o ensino. Contudo, muitos indivíduos mesmo sob tais circunstâncias, se mantêm na escola e realizam com sucesso sua trajetória educacional, tornando-se imprescindível a investigação dos possíveis determinantes do sucesso educacional dentre estes indivíduos nestes contextos.

REFERÊNCIAS:

ARUM, R. and SHAVIT, Y. Secondary Vocational Education and the Transition from School to Work. **Sociology of Education**, nº68 P. 187-204, 1995.

BARBOSA, M. L. O. **Desigualdade e Desempenho**: Uma introdução à sociologia da escola brasileira. Editora Argvmentvm, Belo Horizonte, 2009.

BECKER, Gary. **Human Capital**: A Theoretical and Empirical Analisys, with Special Reference to Education. Nova York: Columbia University Press, 1964.

BOUDON, Raymond. **A desigualdade de oportunidades**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: Crítica social do julgamento. Editora Zouk, São Paulo 2006.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Livraria Francisco Alves Ed, Rio de Janeiro, 2a. 1982.

FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de final de século. Editora Vozes, 4ª edição, Petrópolis, 2000.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora. In: **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. (Org.) FRIGOTTO, G. Editora Vozes, 4ª edição, Petrópolis, 2000. 17

GOLDTHORPE, J. H. **Cultural Capital**: Some Critical Observations. Sociológica, 2007.

GOLDTHORPE, J. H. Class Analysis and the Reorientation of Classtheory: The Case of Persisting Differentials. In: **Educational Attainment. The British Journal**

of Sociology: London School of Economics and Political Science, 2010. ISSN 0007-1315 print/1468-4446

HAMLIN, C. L. **Boudon:** Agência, Estrutura e Individualismo Metodológico. Lua Nova, nº 48, 1999.

HASENBALG, C. e SILVA, N. V. (Org.) **Origens e Destinos:** Desigualdades sociais ao longo da vida. Ed. Topbooks, Rio de Janeiro 2003.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdades e Pobreza no Brasil.** IPEA, 2000.

HIRSCH, Fred. **Limites Sociais do Crescimento.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

MENEZES-FILHO, N. **Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil.** Instituto Futuro Brasil, Ibmec-SP e FEA-USP, 2007.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 54, nº 02, Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, MARIA, A. A Sociologia da Educação do final dos anos 60 / início dos anos 70: O Nascimento do Paradigma da Reprodução. **Em aberto**, ano 09, n. 46, abr. jun. 1990.

NOGUEIRA, CLÁUDIO, M. M. e NOGUEIRA, MARIA, A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

NOGUEIRA, MARIA, A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social e interrogações sociológicas. **Análise Social**, vol. XL, nº 176, 2005, p. 563-578.

SCHULTZ, Theodore. The Reckoning of Education as Human Capital. In: **Education, Income and Human Capital.** (Org.) HANSEN, L. W. 1970.

SCHWARTZMAN, S. Educação: a nova geração de reformas. In: **Reformas no Brasil: Balanço e Agenda**, (Org.) GIAMBIAGI, F., REIS, J. G., e URANI, A. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2004, p. 481-504.

SOUZA, A. P., PONCZEK, P. V., OLIVA, B. T., TAVARES, P. A. Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 42, nº 01, abril de 2012.

TAVARES, Fernando Jr. **Limites Sociais da Educação no Brasil:** Estratificação, Mobilidade Social e Ensino Superior. Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

UNRULY WOMEN IN THE PUBLIC SPHERE: LA BARBE ON LE PETIT JOURNAL⁴⁸

Amy E Forrest⁴⁹

ABSTRACT

This article considers the social consequences of transgressing expected norms of gendered behaviour in the public sphere of a mainstream French television programme. La Barbe, who appeared on *Le Petit Journal* in December 2011, elicited an onslaught of indignant and sardonic public responses via social media. Drawing on Meehan (1995), Fraser (1990, 1995), and Landes (1995), this article analyses the televised appearance and the online reactions. Due to La Barbe's unsuccessful communication and interested discourse, the public denounced, and so attempted to regulate, feminist disobedience.

Key words: Feminism. Direct action. Media Reception. Deviance. France.

[F]ew things say "oppressed Other" quite like a woman in a false beard being shooed out of a meeting populated by important [...] men' (MCDONALD, 2012, p. 7).

On 9 December 2011 two women with false beards appeared on the French television entertainment programme *Le Petit Journal*, hosted by Yann Barthès on the channel Canal+ (see Figure 1). They were representing La Barbe,⁵⁰ an apolitical French feminist action group founded in 2008 and based in Paris. This group aims to render both visible and ridiculous the absence or under-representation of women⁵¹ in all places of power in the realms of politics,

48 This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](#). This paper draws on material submitted as part of my Master of Arts at the University of Manchester in 2013.

49 Amy E Forrest is an independent researcher with plans to commence a PhD. She holds an MA in Languages and Cultures (Research Route) French, and a BA in French Studies, both from the University of Manchester, UK. Email: a.e.forrest@alumni.manchester.ac.uk

50 'La barbe' literally means 'the beard', but in colloquial French it evokes one's boredom and exasperation (although, 'ça me barbe!' is rarely employed in contemporary, continental France).

51 This paper refers to male privilege in the context of the public sphere; while this privilege is complicit in the oppression of people of many genders (specifically, people who are not cis

economics, culture, and the media. Using irony, they denounce a society in which antiquated male attitudes persist. Their direct action consists of uninvited interventions at meetings, whereby they take the stage, sometimes holding a sign, and congratulate the targeted group for their predominantly male demographic.

FIGURE 1 – Screenshot of La Barbe’s appearance on *Le Petit Journal* in their segment ‘5 questions à...’ on 9 December 2011.



SOURCE: *20 Minutes* (posted on 12 December 2011) (CHAUVEL, 2011a).

The two aforementioned women, Céline and Amélie, were invited to appear on *Le Petit Journal* following their forceful ejection (see Figure 2) from the third UMP⁵² convention on 7 December 2011 in Paris, at which they had carried out an unexpected intervention.

men, i.e. ‘male with a male gender identity’), this paper focuses on the oppression experienced by cis women.

52 The ‘Union for a Popular Movement’ is a centre-right political party in France.

FIGURE 2 – Photo of La Barbe's intervention at the third UMP convention on 7 December 2011 in Paris.



SOURCE: La Barbe's *Facebook* page (posted on 10 December 2011).

The televised appearance on *Le Petit Journal*, however, was generally considered a publicity failure. Notably, in some cases online critics accused La Barbe of damaging 'the feminist cause' (Aby, interviewed in CHAUVEL, 2011b, para. 7). Rather than replying to the habitual jokes and questions of the host, they used the opportunity to highlight the male dominance in Canal+ by reading aloud a list of the leaders, who for twenty-five years had all been men.

As well as the televised public appearance, the public backlash on the Internet, notably on social media, holds particular interest, as it reveals the way in which an unexpectedly handled event can pervert public opinion. Therefore, two interconnected public spheres are distinguished here – the television programme and online (social) media. I aim to reveal the extent to which La Barbe's failure to

assimilate the expected norms of gendered behaviour in the public sphere of the television programme led to what Habermas terms ‘unsuccessful’ communication. To do this, I apply feminist critiques, interpretations, explanations, and elaborations of Jürgen Habermas’s theory of the ‘public sphere’⁵³ (1994), most notably those of Johanna Meehan (1995), Nancy Fraser (1990, 1995), and Joan B. Landes (1995), to both these spaces of ‘political participation, debate, and opinion formation’ (FRASER, 1995, p. 27). Subsequently, I explore how La Barbe’s ‘interested’ discourse is, in this case, aligned with femininity and considered inadmissible in the public sphere. Finally, the ensuing attempts –by individuals in the public sphere of online (social) media– to regulate deviant behaviour will lead us to question the place ‘allowed’ to women for dissent and unruliness within the public sphere *in general* in contemporary France. As Fraser (1995, pp. 44–45) notes, ‘the means of interpretation and communication [...] have always been controlled by men’, thus by applying some of the observations of feminist scholars, and adhering to the sociological theory of social constructivism,⁵⁴ this essay is intended as a contribution to the feminist struggle to ‘redistribute and democratize access to, and control over, discursive resources’.

I: ‘UNSUCCESSFUL’ COMMUNICATION

The public sphere of the broadcast media requires that certain social norms be followed in order for speech acts to be successfully communicated.⁵⁵ Communication breaks down when these normatively secured forms of socially

53 I also refer briefly to Habermas’s speech act theory (1984), and theory of communicative reason (1984).

54 For a discussion of ‘strong’ social constructivism as a philosophical approach, see: Collins, 1981, p. 3; for a radical philosophical position concerning social constructivism, see: Cottone, 2012.

55 While Habermas is referring to ‘successful communication’ in the period of ‘modernity’ which spans anything from ~1500 to ~1990, this theory could also be applied to the period from the late twentieth century to the present, a period termed ‘liquid modernity’ by Zygmunt Bauman (2000).

integrated action⁵⁶ are subverted or overtly ignored. As Habermas does not sufficiently stress how these forms of action are regulated by power (FRASER, 1995, p. 29), this paper mainly employs feminist interpretations of his account.

During the televised public appearance, La Barbe defied expectations of acceptable behaviour in this public sphere and instead criticised the configuration of the sphere of the media itself – a move that they were unable to defend appropriately, and which led to unsuccessful communication. *Le Petit Journal* format requires its guests to give short responses to the preplanned questions posed by the host, Barthès. However, La Barbe chose to ignore the questions and instead read aloud⁵⁶ a list. They *could* have explained that, as Fraser (1995, p. 33) puts it, the differences in the ‘quality of women’s presence in the paid workplace testify to the conceptual dissonance between femininity and the worker role in classical capitalism. And this in turn confirms the masculine subtext of that role’. Yet, instead of verbalising their arguments in this manner (and in the context of the quick-fire question-response formal structure of the programme), La Barbe dictated the focus for their segment on their own, more *symbolic*, terms. This was done by addressing their current ‘environmental’ context –that of the public sphere of the media– in which men continue to dominate the most influential and powerful roles. In an interview in *20 minutes*, another member of La Barbe, Aby (interviewed in CHAUVEL, 2011b, para. 3), explains that Céline and Amélie’s actions were in keeping with the group’s ethos: ‘We stay faithful to our overall aim [to use irony to draw attention to male dominance], and we inform ourselves about the place we’re going. In this case, it was Canal+, a channel that has been exclusively directed by men for 25 years. Therefore, our first intention was to congratulate Canal+ for this.’⁵⁷ La Barbe used their temporary access to this sphere to draw attention to its

56 Actions ‘coordinated on the basis of a conventional, prereflective, taken-for-granted consensus about values and ends, consensus rooted in the precritical internalization of socialization and cultural tradition’, the opposite of which are “communicatively achieved” forms of socially integrated action [... which] involve actions coordinated on the basis of explicit, reflectively achieved consensus, consensus reached by unconstrained discussion under conditions of freedom, equality, and fairness’ (FRASER, 1995, p. 28).

57 All translations are my own. Original French: ‘Nous, on suit notre ligne, on se renseigne sur l’endroit où l’on va. Là, c’était Canal +, une chaîne qui est dirigée exclusivement par des

massive flaws, inherent discrimination, and participation in the continued oppression and subjugation of women – but they did this only symbolically, thereby leading to unsuccessful communication. In any case, the audience for an entertainment programme is not necessarily well prepared for a diversion from the expected.

Portraying male dominance in this sphere as tangible and unjustifiable is not a view generally considered valid in public discourse, which can be seen by society's largely uncritical acceptance of institutionalised and normalised male privilege; therefore La Barbe were not able to defend their claim 'appropriately'. Habermas argues that claims arise in three differentiated spheres of values, which parallel three formal conceptual distinctions⁵⁸ and can be grouped as such: cognitive/objective, normative/social, and expressive/subjective (MEEHAN, 1995, p. 4). Successful communication requires that claims about social norms must be defended 'on the basis of their rightness, the validity of which are negotiated in social and moral discourse' (MEEHAN, 1995, p. 4). La Barbe's refusal to ignore their immediate situation (their presence on a televised media programme from a channel that is largely run by men) meant that they were radically threatening the legitimacy of the television programme and its norms. These norms require deference to the social and cultural position held by the host, the channel, and the public sphere of the media in general.

La Barbe's speech act and behaviour during their televised appearance were not incompetent. Instead, this particular example of deviance exemplifies the role that ideology plays in maintaining the current power structures of society. The belief that male hegemony and monopoly of power is a harmful exertion of male privilege is the foundation of La Barbe's rationale. They work from the premise that this male privilege in the media subjugates women and is therefore a detrimental social norm that needs to be contested in public. Yet this claim could not possibly

hommes depuis 25 ans. Donc notre première intention était de féliciter Canal + pour cela' (Aby, interviewed in CHAUVEL, 2011b, para. 3).

58 Also referred to as 'an ontology of three worlds' (ERIKSSON, 1999, p. 4), 'three different ontological domains' (MEDINA, 2005, p. 7), and 'the ontological presuppositions of three interlinked and interdependent worlds' (PLEASANTS, 1999, p. 8).

be defended by appeals to ‘reasons accepted as legitimate by the community of modern subjects’ (MEEHAN, 1995, p. 4), because, in order to preserve itself, the media attempts to socially condition the public to believe their authority is legitimate and authentic. Indeed, La Barbe’s actions irritated many members of the public. This reveals how much we value having our expectations met, but also how susceptible we are, as a public, to manipulation by the media – the television programme and, in this case, a damning article in *Madmoizelle* (see PERNAUT, 2011). Indeed, this article, cited by countless critics, brought the programme to the attention of many viewers who would not have otherwise taken to online social media to express their opinions.

The most lucid analysis of the event and its aftermath in the media and on social media websites comes from media arts lecturer Jean-n el Lafargue, in a post on *Le Dernier des blogs*. Lafargue (2011, para. 5) briefly mentions the role played by the camera in creating complicity between the viewer and the host rather than between the viewer and the guests (see Figure 3).

FIGURE 3 – Screenshot of La Barbe’s televised appearance, posted on *Le Dernier des Blogs* on 11 December 2011, with the caption: ‘In passing, it’s interesting to note that only the host has the right to seek the complicity of the viewer by looking straight at the camera...’⁵⁹ (LAFARGUE, 2011, para. 5).



SOURCE: *Le Dernier des Blogs*

This type of clip, Lafargue argues, allows us to understand the very nature of mass audiovisual media and its inability to accept that which breaks the rules. This ability to critique the functioning of the media is a role which Pierre Bourdieu

59 Original French: ‘On remarque au passage que seul le pr sentateur a le droit d’aller chercher la complicit  du spectateur en regardant la cam ra en face...’ (LAFARGUE, 2011, para. 5).

(1996) claims the media reserve only for themselves. It is also a transgression of the ideology promoted by the media. Furthermore, a system of oppression is most successful when it does not appear oppressive to the oppressed. In order to preserve their aura of 'authenticity' –an aura which was undermined by La Barbe, but rarely contested in the media and social media following this event–, those who create the television programme depict such transgressive individuals as incoherent, ideologically erroneous, and, most importantly, *unlike* the spectator. Due to the credibility assumed by this type of mass audiovisual media, the effectiveness of dominant ideology as propagated by the media, and the lack of critical examination (by viewers) of that dominance, many members of the public did not perceive the core reasons for La Barbe's actions. This inability to be understood by the public was therefore especially exacerbated by the form of the programme.

Overall, La Barbe could not have been what Habermas and most of his critics deem 'successful' in their communication without hypocritically abandoning the very aims of their organisation. This situation exemplifies a case of unsuccessful communication because the way in which La Barbe presented their message was unexpected *and* it was formally undermined. Equally, La Barbe's attack on the success of social norms concerning male privilege was too subversive for the public to agree with La Barbe's speech act, and the ideology espoused by the media discourages any criticism of its functioning by anyone other than itself.

II: 'FEMININE' INTERESTED DISCOURSE AS INADMISSIBLE

La Barbe acknowledged the formal structure of the programme *Le Petit Journal* by undermining and thereby criticising the way in which the media functions. Yet they also displayed an interest in their subject, thus ignoring the rule of disinterested discourse as a prerequisite for successful participation in the public

sphere of the television programme. While Habermas's conclusions about 'disinterested discourse' are useful, Landes (1995, p. 98) notes that:

Habermas overlooks the strong association of women's discourse and their interests with 'particularity,' and conversely the alignment of masculine speech with truth, objectivity, and reason. Thus, he misses the masquerade through which the (male) particular was able to posture behind the veil of the universal.

The association that continues even in late modernity of the private sphere of emotions with women and the public sphere of reason with men is a socially constructed and uncritically accepted fallacy. For that reason, a feminist interpretation is now more appropriate when analysing women's participation in the public sphere.

To be considered as legitimately expressing one's views, a personal distance from the topic is expected, and the public are to behave 'according to the bourgeois liberal principle of abstract equality' (LANDES, 1995, p. 97). Therefore, any rejection of 'disinterested discourse' in favour of an explicit display of emotion –ultimately revealing the speaker's deep and personal implication in and experience of the topic in question– is implicitly considered 'unacceptable' behaviour in the public sphere of the media.⁶⁰ By highlighting the considerable under-representation of women in powerful positions, and therefore drawing attention to male privilege, La Barbe reassert the feminist adage 'the personal is political'.⁶¹ This is disruptive as 'the public sphere and the conditions for publicity presupposed a distinction between public and private matters, [so] it was ill equipped to consider in public fashion the political dimension of relations in the intimate sphere' (LANDES, 1995, p. 97). It is not that women are inherently unable to master the rules of disinterested discourse or exhibit 'reason'; the issue is instead that disinterested discourse and abstract equality are the privileges of those who are not institutionally and systematically oppressed. When an individual

60 This point would remain the same if 'gender' were replaced by 'race' or 'class' (or any other system of oppression). Privileges are held by some members of society, which in this case is male privilege, but could just as easily be white, middle-class, educated, cisgender, etc. For a discussion of privileges, see: McIntosh, 1988.

61 While the origins of the phrase are unknown, Carol Hanisch (1969) popularised this phrase.

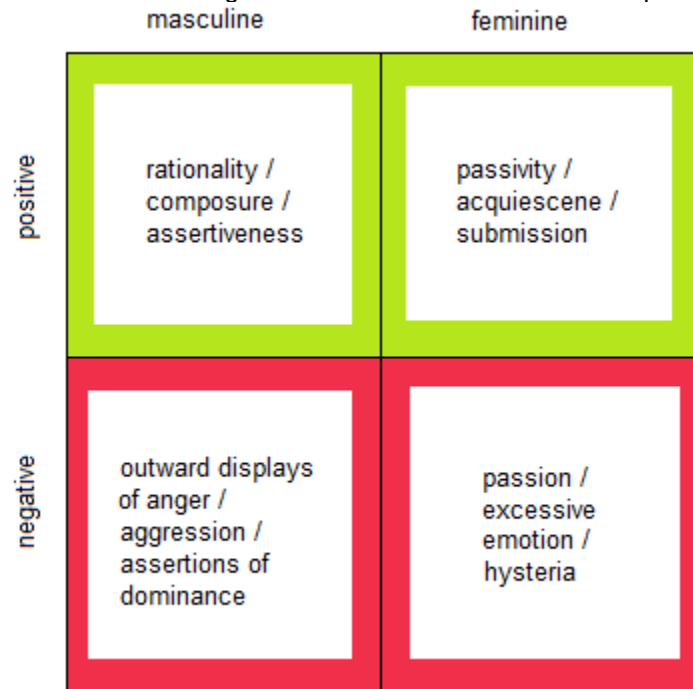
or group of people –in this case the public and the media– does not acknowledge their privileges, their refusal to acknowledge their complicity in the oppression of other groups of people is revealed. La Barbe’s choice of topic (male privilege) and the way in which they presented it (with ‘interest’) are explicitly tied up with the issue of gender, and mean they are automatically refused the label of ‘reasonable’ participants in the public sphere of the media.

The public sphere of the media is a middle-class system of cultural hegemony in which social norms considered ‘acceptable’ for successful communication are socially constructed as an inherently masculine ideal, which in turn covertly illegitimizes women’s participation. Dorinda Outram (1989, p. 158) notes that these systems:

privilege over-arching *languages*, such as the language of objectivity and rationality, rather than privileging energy or displays of integration between body and personality: display is characterized as aristocratic, emotionality and subjectivity as feminine, physical energy as plebeian.

While women can and do ‘successfully’ communicate in the public sphere of the media, it is due to their strict adherence to what I consider a duality of expected behavioural norms for women in the public sphere (see the green areas in Figure 4). One set is coded as inherently masculine, but also neutral, natural and *ideal*, such as rationality, composure, and assertiveness; the other set as *acceptably* feminine, such as passivity, acquiescence, and submission. Unacceptable for women is the corresponding duality of the set of behaviours which designate traditional masculinity, such as outward displays of anger, aggression, and assertions of dominance (BAKER, 1992, p. 127); and the set of ‘natural’ but negative feminine behaviours which need to be repressed, such as passion, excessive emotion, and hysteria (MYERS & WIGHT, 1996, sec. xiii). Neither of these two latter sets of behaviours is acceptable in the public sphere of the television programme.

FIGURE 4 – Dualities of gendered behavioural norms in the public sphere



SOURCE: Amy E Forrest

Even some self-proclaimed feminists conveyed their irritation that La Barbe had behaved according to the feminist stereotype. For example, on her blog *Une baignoire et des ronds dans l'eau*, 'Sasa' (2011, para. 7) expresses her infuriation: 'AGAIN, we've been presented as frustrated, bitter, vengeful, dogmatic feminists. How counter-productive, fuck!'.⁶² However, this argument (and this stereotype of 'the feminist') stems from a deeply ingrained conception in society of the acceptable woman as 'feminine', which connotes docility, agreeability, and, most of all, passivity. Since feminism as an ideology generally attempts to *actively* subvert and denounce existing power structures and institutionalised, normalised systems of oppression, feminists are the embodiment of the 'unacceptable' woman – yet even some feminists have internalised the 'acceptable' feminine stereotype. Any outward display, from women, of aggression and contempt for an established system (in this case, the expectation in the programme that guests should 'play the

62 Original French: 'on [...] est ENCORE passées pour des frustrées, aigries, revanchardes, et féministes de manière dogmatique. Quelle action contre productive bordel !' ('Sasa', 2011, para. 7).

game' correctly) is a blatant rejection of the expected norms and conventions of 'correct' gendered behaviour, and so has a perturbing effect upon the public.

In summary, La Barbe did not employ 'disinterested discourse' or follow the 'principle of abstract equality' – the only acceptable behaviour and one that is gendered as both masculine and neutral. These particular inherently gendered norms of behaviour are a prerequisite for 'successful' participation in the public sphere of the television programme. Therefore, La Barbe, who were following their overall group aim to denounce masculine hegemony, were unsuccessful in their communication as they chose to overtly continue their work, rather than submit to the programme's formal structure and behavioural expectations.

III: REGULATING FEMINIST DEVIANCE

Due to this 'unsuccessful' communication, especially in the form of 'interested' discourse, the public –including many self-proclaimed feminists– denounced, and so exhibited attempts to regulate, the deviant behaviour of La Barbe through the public sphere of online (social) media.⁶³ An accessible tool, the Internet is a relatively new addition to the largely symbolically reproduced⁶⁴ and socially integrated public sphere. While it is possible that, in certain circumstances, participation in the public sphere can allow one the opportunity to challenge established authority,⁶⁵ in this instance Internet users expressed their opinions with the implicit intended effect that the potential for any similar future transgressive actions be suppressed.

Social norms remain well established and rarely contested, even among feminists. If one adheres to the theory of communicative reason (HABERMAS,

63 I focus on various blog posts, online newspaper articles, and *Twitter*, *Facebook*, and forum contributions from 09 December 2011 to 23 June 2012 (although most were posted in the four days following the televised appearance). Messages on the principal social networks, however, are difficult to verify as many have since been removed.

64 Fraser (1995, p. 23) defines symbolic reproduction as comprising 'the socialization of the young, the cementing of group solidarity, and the transmission and extension of cultural traditions'.

65 Landes (1995, p. 95) notes that Habermas initially proposes this.

1984), which describes human rationality as an inevitable result of successful communication, it follows logically that some individuals would consider La Barbe as lacking reason, as they displayed *unsuccessful* communication. Yet this supposition does not explain nor excuse the lack of sufficiently critical analysis (see Figure 5), not just of the event itself, but also of the immediate reactions surrounding the event.

FIGURE 5 – Collection of examples of reactions on *Twitter*.⁶⁶



SOURCE: *Twitter*, compiled by Amy E Forrest.

66 English translation: Julien Jakoby: 'The collective la barbe or when your sales pitch is no better than that of a 3-year-old child'; Robin McEwen: 'The way they screw up, from 12 mins onwards, really makes you uncomfortable...'; Kenza Sadoun: 'Here we're not defending feminist ideas, we're advocating mediocrity. They're afflicted with idiocy!'; LoCiol: 'I've finally watched the feminists of La Barbe on Petit Journal... I can hardly even feel pity for them faced with so much mediocrity.'; Antoine Morelle: '#feminism ruined by two idiots (= @labarbelabarbe): awful and #disappointing'; Aurélien Lewin: 'These women are pathetic'; Virage: 'Even I'm more convincing with my aborted fetuses'.

Fraser (1995, p. 44) argues that ‘the key to an emancipatory outcome lies in the second element of Habermas’s conception of decolonization [of the lifeworld by the systems] – namely, the replacement of normatively secured contexts of interaction by communicatively achieved ones’. One could expect online (social) media to be the ideal public sphere for this succession, especially led by feminists who are normally denied ‘access to, and control over, discursive resources’ (FRASER, 1995, p. 45) in other public spheres. These feminists could encourage the public to form opinions concerning radical politics that are more measured, and they could expose the effects of normalisation on society’s conception of appropriate gender roles (one could also argue that La Barbe should have done and should do this). However, in this case, one could not possibly speculate that this replacement (‘of normatively secured contexts of interaction by communicatively achieved ones’ Fraser (1995, p. 44)) was being sought after, as the immediate reactions on the Internet were those which stem from well-established (gendered) norms about acceptable behaviour (which notably does not include aggression and a refusal to cooperate). One such exemplary reaction is from ‘Sasa’ (2011, para. 2), who characterises Céline and Amélie as ‘unpleasant and aggressive in form, lacking conviction and force of persuasion in content’.⁶⁷ In a comment attached to a photo that was posted on La Barbe’s *Facebook* page, Paprika Sobab (2011, para. 1), also, angrily distances herself from their onscreen actions on *Le Petit Journal*, while paradoxically relating her online tenacity with theirs:

I’ve just watched two of your members on *Le Petit Journal* of *Canal Plus*: outrageous. No argument that makes sense, just a simple list of powerful men. YOU are simply sexist. We shouldn’t be fighting an extreme with another extreme. I am a woman and I do not want to be ‘defended’ by you. And I sincerely hope that I am not the only one. I will put up this comment each time you delete it (twice already). And I am rather stubborn... me too.⁶⁸

67 Original French: ‘antipathique et agressif sur la forme, manquant de conviction et de force de persuasion sur le fond’ (‘Sasa’, 2011, para. 2).

68 Original French: ‘Je viens de voir l’apparition de 2 de vos membres au Petit Journal de Canal Plus : effarant. Aucun argument qui tienne la route, une simple liste d’hommes qui ont du

The censorship that La Barbe are accused of enacting on their *Facebook* page is certainly a defensive move, and simply exasperated critics and motivated them to repost.⁶⁹ Indeed, as the historian and visual cultures researcher André Gunthert (2011, para. 3) recognises on his blog *L'Atelier des icônes*, 'the spectator of the altercation feels that Céline and Amélie's actions show a complete lack of good social behaviour'.⁷⁰ This applies to both their televised appearance and their subsequent handling of communication on social media. Of all the critics, only Gunthert and Lafargue, both coming from the educational elite, suggest that the public's reactions to this event need to be analysed in order to expose deep societal prejudices. As Sophie-Pierre Pernaut (2011, para. 1) notes in an update to her much shared article on *MadmoiZelle*:

a post on *Le Dernier des Blogs* analyses the event from a purely mediated point of view. It's very interesting, even if, as young people concerned by the feminist cause, we do not perceive things from such an objective angle as the author of the post, who is a media specialist.⁷¹

Most other critics are decidedly less indulgent, but certainly feel more directly concerned by the actions of La Barbe.

The assumption of many female critics that the stereotype of 'the feminist' is destructive and undesirable shapes cultural knowledge about feminism in general. La Barbe may have embodied this stereotype on the television programme, but these critics do not question the origins of their assumption, nor do they consider the destructive nature of their own lack of solidarity. In summarising an argument

pouvoir. VOUS êtes tout simplement sexiste. On ne combat pas un extrême par l'autre extrême. Je suis une femme et je ne veux pas être "défendue" par vous. Et j'espère sincèrement ne pas être la seule. Je remettrais ce commentaire chaque fois que vous le supprimerez (2fois). et [sic] je suis plutôt entêtée... moi aussi' (SOBAB, 2011, para. 1).

69 At the time of this article's publication, La Barbe have deleted all relevant comments posted by members of the public directly on their *Facebook* page. Only some comments remain, although they are attached to a choice photo of La Barbe's expulsion from the UMP meeting.

70 Original French: 'le spectateur de l'altercation ressent comme autant de manquements aux bonnes manières les défausses de Céline et d'Amélie' (GUNTHERT, 2011, para. 3).

71 Original French: 'un billet a été posté sur *Le Dernier des Blogs* afin d'analyser l'évènement d'un point de vue purement médiatique. C'est très intéressant, même si en tant que jeunes personnes concernées par la cause féministe, nous ne percevons pas les choses d'un oeil aussi objectif que l'auteur du billet, spécialiste des médias' (PERNAUT, 2011, para. 1).

made by Jane Braaten, Meehan (1995, p. 11) notes that the experience of solidarity in a feminist community clarifies the norms of that community. Many of those who were quick to attack La Barbe for having mishandled such an opportunity for publicity were also feminists who believed that the women's show of anger was harmful to 'feminism', such as 'Ninouchka' (2011, para. 2–3) on *Forum féministe*:

It looks like they're doing it on purpose. I want to say: 'answer, for crying out loud; speak to him normally, give some real arguments, you have them, you know the situation well enough!' Pfff... and every other feminist will now be marked with the same brush; none of whom will be pleased about this!⁷²

This lack of solidarity in the feminist community for those who employ radical methods indicates that there is an unspoken rule, or norm, by which it is expected all feminists abide in order to remain respected and supported in their feminist community. This norm is the refusal of behaviour that one could construe as 'adhering' to the stereotype. This leads us to consider the dominant feminism in contemporary France, one that is individualist, neoliberal, essentialist, and much closer to supporting liberal or conservative causes than radical or anarchist actions. It is acceptable to fight for women's rights, but only if attempted using the established codes of behaviour. Those who get to speak for 'feminism' in the eyes of the public are the feminists who occupy positions of privilege (who obey the gender norms) and who are able to ostracise women like Céline and Amélie (who did not obey those norms). Aby, a member of La Barbe, defends and explains the media appearance, and notes this disparity: 'They approve of our words, but not our actions, like, as though we had been insolent'⁷³ (interviewed in CHAUVEL, 2011b, para. 5). These critics, many of whom self-identify as feminist, are fundamentally afraid of the stereotype of feminists as outwardly angry, hysterical,

72 Original French: 'On dirait qu'elles le font exprès. J'ai envie de dire : "mais répondez, bon sang, parlez-lui normalement, donnez de vrais arguments, vous les avez, vous connaissez bien la situation !". Pfff... et ça retombe sur toutes les féministes, ce qui en ravit plus d'un !' ('Ninouchka', 2011, para. 2–3).

73 Original French: 'On approuve notre parole, mais pas notre action, genre on a été insolentes' (Aby, interviewed in CHAUVEL, 2011b, para. 5).

uninformed women. Rather than showing solidarity with La Barbe and seeking to understand the motivations for their onscreen actions, many members of the public blame La Barbe for aggravating the social and cultural stereotype of feminists. Effectively, these individuals have contributed to the formation of feminist epistemology using normatively secured actions, rather than communicatively achieved ones.

As a site of opinion formation, online (social) media *could* provide the ideal environment for the advancement of a more considered insight into, and acceptance and perhaps even promotion of, dissident feminist social behaviour. However, instead of contributing to a positive, progressive epistemology of feminism, an analysis of the public's reactions in the public sphere of online (social) media reveals the extent to which the community of modern subjects unquestioningly and uncritically adheres to established norms and conventions of dominant culture overall.

FINAL CONSIDERATIONS

La Barbe displayed unsuccessful communication by addressing the flawed functioning of the very system through which it was being presented. This move was considered unacceptable to a public that generally accepts the ideology, authority, and authenticity of their media. La Barbe were unable to defend their claims appropriately due to the public's uncritical acceptance of institutionalised and normalised male privilege. Moreover, the very form of the programme contributed to the misunderstanding of La Barbe's symbolic, rather than verbal, methods of denouncing antiquated male attitudes.

Their interested discourse, which is aligned with femininity and considered inadmissible in the public sphere of the television programme, also prevented them from successfully communicating their points. Habermas's 'presuppositions of an abstract, universal model of the public sphere' (LANDES, 1995, p. 98), then, are

rightly challenged by feminist scholars who have revealed the strongly gendered implications for an individual or group's legitimate participation in the public sphere.

While the criticisms from the community of modern subjects in the public sphere of the Internet can be read as attempts to condemn and undermine the actions of La Barbe, they also serve to regulate any possible future subversive behaviour from feminists by shaming and Othering their actions. The reactions of such critics reveal deep societal prejudices. Feminist reactions also expose the general opposition to radical tactics and their uncritical adherence to established and gendered norms of contemporary French society. In addition, by analysing reactions in the public sphere of the Internet, it is clear that feminist epistemology is being formed using normatively secured actions, rather than communicatively achieved ones.

Radical means used by feminists such as La Barbe, while unsettling and unruly, are as legitimate as those which are more conservative, liberal, or accepted by the general public. These means must be analysed with more self-awareness, in order to be understood as reasonable attempts to instigate lasting social change in the public sphere in general. However, the public do not show a willingness to comprehend the subversive *actions* of deviant women and they still adhere to many conceptions of acceptable gendered behaviour, whether they self-define as feminist or not. La Barbe's failure was inevitable. As one *Forum féministe* contributor put it:

In any event, it's 'tails you lose, heads you don't win'. If they had responded straight away and with equal wit, we would have said: 'waah, look at the hysterical women, it's always the same with feminists, they're sexually frustrated.' Here, they had been quite passive and bam, they're attacked anyway.⁷⁴ ('pierregr', 2011, para. 1)

WORKS CITED

-
- 74 Original French: 'De toute façon, c'est "pile tu perds, face tu gagnes pas". Si elles avaient répondu du tac au tac, on aurait dit "wahh, t'as vu les hystériques, toujours pareilles avec les féministes, c'est des mal baisées". Là, elles ont été plutôt passives et paf, ça leur retombe dessus' ('pierregr', 2011, para. 1).

BAKER, Peter, 'Maintaining Male Power: Why Heterosexual Men Use Pornography', in **Pornography: Women, Violence and Civil Liberties**, ed. by Catherine ITZIN (Oxford: Oxford University Press, 1992), pp. 124–144

BAUMAN, Zygmunt, **Liquid Modernity** (Cambridge: Polity Press, 2000)

BOURDIEU, Pierre, **Sur La Télévision** (Paris: Liber-Raisons d'agir, 1996)

CHAUVEL, Corentin. 'Déluge de réactions acerbes après le passage de La Barbe au "Petit Journal"', **20 Minutes**, 2011a.
<<http://www.20minutes.fr/article/841122/deluge-reactions-acerbes-apres-passage-barbe-petit-journal>> [accessed 28 November 2012]

---. 'La Barbe au Petit Journal: "Nous ne sommes pas des amuseuses, on a un message à faire passer"', **20 Minutes**, 2011b.
<<http://www.20minutes.fr/article/841130/barbe-petit-journal-nous-amuseuses-message-faire-passer>> [accessed 25 November 2012]

COLLINS, H. M., 'Stages in the Empirical Program of Relativism - Introduction', **Social Studies of Science**, 11 (1981), 3–10

COTTONE, Robert Rocco, **Paradigms of Counseling and Psychotherapy** (Missouri: Author at Smashwords, 2012)

ERIKSSON, Owen, 'A Generic Communication Model Based on Habermas and Searle's Versions of Speech Act Theory' (presented at the Proceedings of the **Fourth International Workshop on the Language Action Perspective on Communication Modelling (LAP'99)**, September 12-13, Copenhagen, 1999), p. 16

FRASER, Nancy, 'Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy', **Social Text**, 25/26 (1990), 56–80

---, 'What's Critical About Critical Theory?', in **Feminists Read Habermas: Gendering the Subject of Discourse**, ed. by Johanna MEEHAN (London: Routledge, 1995), pp. 21–56

GUNTHER, André, 'Les Mauvaises Manières de La Barbe', **L'Atelier des Icônes**, 2011 <<http://culturevisuelle.org/icones/2249>> [accessed 25 November 2012]

HABERMAS, Jürgen, **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**, trans. by Thomas Burger and Frederick Lawrence, 2nd edn (Cambridge: Polity Press, 1994)

---, **The Theory of Communicative Action, Volume One, Reason and the Rationalization of Society**, trans. by Thomas MCCARTHY (Boston: Beacon Press, 1984)

HANISCH, Carol, 'The Personal Is Political', **Carol Hanisch**, 1969
<<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>> [accessed 22 December 2012]

LAFARGUE, Jean-Noël, 'La Barbe et La Lucarne', **Le Dernier des blogs**, 2011
<<http://hyperbate.fr/dernier/?p=18686>> [accessed 25 November 2012]

LANDES, Joan B., 'The Public and the Private Sphere: A Feminist Reconsideration', in **Feminists Read Habermas: Gendering the Subject of Discourse**, ed. by Johanna MEEHAN (London: Routledge, 1995), pp. 91–116

MCDONALD, Alyssa, 'Have You Considered Wearing a Beard?', **Daily Life**, 2012
<<http://www.dailylife.com.au/news-and-views/news-features/have-you-considered-wearing-a-beard-20120521-1z0b5.html>> [accessed 14 November 2012]

MCINTOSH, Peggy, 'White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences through Work in Women's Studies' (Wellesley College Center for Research on Women, Wellesley, MA 02181, 1988)

MEDINA, José, **Language: Key Concepts in Philosophy** (London: Continuum, 2005)

MEEHAN, Johanna, 'Introduction', in **Feminists Read Habermas: Gendering the Subject of Discourse**, ed. by Johanna MEEHAN (London: Routledge, 1995), pp. 1–20

MYERS, Alice, and Sarah WIGHT, eds., 'Introduction', in **No Angels: Women Who Commit Violence** (California: Pandora, 1996), pp. xi–xvi

'Ninouchka', 'La Barbe Au Petit Journal', **Forum féministe**, 2011
<<http://feminisme.fr-bb.com/t155-la-barbe-au-petit-journal>> [accessed 21 December 2012]

OUTRAM, Dorinda, **The Body and the French Revolution: Sex, Class, and Political Culture** (London: Yale University Press, 1989)

PERNAUT, Sophie-Pierre, 'La Barbe Au Petit Journal : Retour Sur Un Échec Médiatique', **MadmoiZelle**, 2011 <<http://www.madmoizelle.com/la-barbe-petit-journal-76930>> [accessed 25 November 2012]

'pierregr', 'La Barbe Au Petit Journal', **Forum féministe**, 2011 <<http://feminisme.fr-bb.com/t155-la-barbe-au-petit-journal>> [accessed 25 November 2012]

PLEASANTS, Nigel, **Wittgenstein and the Idea of Critical Social Theory: Giddens, Habermas and Bhaskar** (London: Routledge, 1999)

'Sasa', 'La Barbe, La Claque', **Une baignoire et des ronds dans l'eau**, 2011
<<http://www.laloute.net/2011/12/la-barbe-la-claque/>> [accessed 25 November 2012]

SOBAB, Paprika, 'Comment from a Member of the Public on a Photo of La Barbe's Expulsion from the UMP Meeting', **Facebook**, 2011
<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=291481544230572&set=a.150452598333468.28410.149218445123550&type=1&theater>> [accessed 27 December 2013].

ESPAÇO GRADUAÇÃO

MONOPARENTALIDADE FEMININA NECESSIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Graciele Alves Babiuk⁷⁵

RESUMO

O presente estudo bibliográfico e documental tem como objetivo analisar aspectos da monoparentalidade feminina - fenômeno social que tem ganhado grande expressividade - e da função da mulher como provedora de família monoparental. Evidencia a particularidade das necessidades sociais deste grupo social e a imprescindibilidade da atenção do Estado, visando o exercício dos direitos dessas famílias, bem como o acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: Monoparentalidade feminina. Necessidades Sociais. Políticas públicas.

ABSTRACT

This study bibliographic and documentary aims to analyze aspects of female single parenthood, social phenomenon that has gained great expressiveness and the woman's role as a provider of female single-parent family. Demonstrates the particularity of the social necessities of this social group and the indispensable attention of the State, having recognized the right of these families, the same way that the access to public policies.

Keyword: Monoparental female. Social Necessities. Publics Politics.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa que o sistema familiar tem influências de acordo com a conjuntura que se insere e pode sofrer transformações na sua estrutura, devido a fenômenos sociais.

Considera-se mais adequado falar sobre a trans-historicidade do laço familiar, ao invés de uma “eternidade” da família tradicional, pois as relações

75 Discente do curso de Serviço Social e bolsista de iniciação científica do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Gênero, Violência Doméstica e Familiar das Faculdades Integradas do Brasil - UNIBRASIL.

familiares não mais seguem somente o modelo tradicional de família nuclear - formada por pai, mãe e filhos (AMAZONAS, 2006, P. 177).

Antes da Constituição Federal de 1988, a família poderia ser conceituada como uma organização matrimonial composta por pai, mãe e filhos. Todavia, com a promulgação da Carta Magna, houve significativa mudança no aparato legal atinente a este tema, tornando seu significado mais amplo, uma vez que reconheceu a diversidade de composições familiares.

A monoparentalidade está inserida nessas “novas” configurações e contém em seu âmago, elementos constitutivos de um fenômeno social complexo, que transformou suas facetas de acordo com a conjuntura e contexto histórico ao longo dos anos. Segundo Leite (2003, p.22), famílias monoparentais são compostas por um/a adulto/a – pai *ou* mãe – que tem sob sua responsabilidade, uma/um ou várias/os crianças/filhos e encontra-se sem cônjuge ou companheiro/a.

Tem-se por objetivo no presente estudo, refletir sobre o crescimento da pluralidade de composições familiares, sobretudo a monoparentalidade feminina, onde a mulher provedora de lar exerce diversas funções: mãe; dona de casa; profissional/trabalhadora e, muitas vezes, estudante.

MONOPARENTALIDADE FEMININA

O termo “famílias monoparentais” começou a ser utilizado por sociólogas feministas em meados dos anos 70 na França (VITALE, 2002) e tem assumido relevância em vários estudos, particularmente, no âmbito das análises de gênero pelas ciências sociais e pelo movimento feminista.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 trouxe em sua redação a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal entre homens e mulheres e, assim, criaram-se possibilidades para que mudanças formais ocorressem nas relações familiares. Tal afirmação é confirmada quando se recorre ao parágrafo 4º do Artigo 226 da Carta Magna: “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus

descendentes” e, como já exposto, tal composição é denominada por Leite (2003) de família unilinear ou monoparental.

Com o reconhecimento da existência de famílias unilineares, buscou-se garantir proteção social do Estado, por meio da consolidação de alguns direitos, os quais objetivam auxiliá-las na sua construção e no seu desenvolvimento saudável (Santos & Santos, 2008).

Leite (2003) afirma a impossibilidade de determinar a ocorrência de um fator definido que gere a monoparentalidade, entretanto, elucida que existem vários fatos que a favorecem e, em sua maioria, estão atrelados a situações acidentais (viuvez, por exemplo); de rompimento do laço conjugal (nos casos de abandono do lar pelo homem, divórcio, separação); extraconjugais (prole advinda de relacionamento fora do casamento). Ainda, podem acontecer quando a mulher decide por uma situação unilateral - sem a presença de um companheiro (a união livre; as mães solteiras)

Desse modo, identificam-se no referido fenômeno social, expressões com implicações de gênero: famílias monoparentais femininas. Conforme a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) divulgada em 2009, as famílias monoparentais femininas representavam 16% da população brasileira. Na referida pesquisa foi constatado que em um universo de 58.695.874 famílias consultadas, 10.407.105 eram famílias unilineares e, destas, 9.253.598 se configuravam como famílias cuja provedora do lar era uma mulher que não contava com a presença de cônjuge/companheiro.

Com base na Síntese de Indicadores Sociais de 2012⁷⁶, no ano anterior (2011) as famílias monoparentais femininas somavam 16,4% da população do país, tendo chegado ao patamar de 17,4% em 2010. Frente à expressividade dos números apresentados, faz-se necessário compreender a peculiaridade das múltiplas determinações que envolvem esse fenômeno social.

76 IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2012.** Disponível em: [http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Síntese de Indicadores Sociais 2012/SIS_2012.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Síntese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf) > Acesso em 25 de agosto de 2013

Ressalta-se que, em que pese tenham ocorridos diversos avanços na busca pela equidade sexual, são muitas as disparidades salariais existentes entre homens e mulheres (MELO, 2005) e a monoparentalidade feminina pode ser um agravante. Isso se deve ao fato de que mulheres são as provedoras do lar e sua prole é sustentada exclusivamente por sua renda, que muitas vezes é insuficiente para arcar com todas as despesas. Ademais, tal situação pode desencadear certa acentuação da pobreza entre mulheres ou, como chamada por muitos autores, “feminização da pobreza” (CARLOTO & GOMES, 2005; SAMARA, 2002, IPEA, 2009; SARTI, 2008).

O cotidiano dessas famílias é permeado pelas várias expressões da questão social⁷⁷, advindas do modo de produção capitalista e da divisão social e sexual do trabalho. A condição de vida e sobrevivência de mulheres em situação unilinear é marcada, em grande parte, pela dificuldade financeira, a falta de acesso à saúde, a precarização da vida, múltiplas jornadas de trabalho exercida pela provedora do lar, intensificando as disparidades.

Assim, a monoparentalidade feminina vem sendo associada a situações de pauperização dessas famílias. Segundo Vitale (2002), esta situação é agravada quando se relaciona questões de gênero, raça, etnia, uma vez que as famílias cuja provedora é uma mulher afrodescendente, representam menores condições proporcionar cuidados básicos para seus filhos.

Além disso, explana que

existe ainda uma percepção histórica que incorpora a denominação de ‘famílias monoparentais’ [...] a fim de melhor elucidar a origem e importância desta significação [...] sobretudo o esclarecimento de uma reação de mulheres de hoje, em referência a imposição social que as subjuga à fragilidade e vulnerabilidade econômico-social[...] (VITALE, 2002, p.47)

77 Iamamoto (2001, p.10) afirma que a questão social “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. Fonte: IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. In: **Temporalis/ABEPSS**. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001

As palavras de Vitale (2002) são confirmadas por Leite (2003), ao retratar que famílias monoparentais, especificamente femininas, mesmo que sejam diferentes na origem (a forma como colocou a mulher em situação de monoparentalidade) e composição (quem são as pessoas que fazem parte do núcleo familiar monoparental), se unificam em muitas semelhanças. Ou seja, majoritariamente “mães e seus filhos se encontram sem situação caracterizada pela imensa dificuldade econômica” (LEITE, *ibidem*, p. 288).

Muitas vezes são construídos estigmas, como a incapacidade das mulheres de trabalhar, cuidar dos filhos, administrar o lar, entre outros (VITALE, 2002). Não obstante, o que se vê é que tal fator é decorrente da estrutura sócio histórica e cultural que se criou em relação à função social da pessoa nascida com o sexo biológico feminino.

A construção sócio histórica do Brasil é alicerçada sobre bases rigidamente patriarcais (SAFFIOTI, 1979), em que mulher até então teve o dever de ser submissa ao homem, inferiorizada numa relação de poder estabelecida socialmente. O processo de subordinação de gênero, na vida privada e na vida pública, recebeu influências do pensamento científico e da pluralidade de culturas e etnias, que contribuíram para a determinação da ordem patriarcal no Brasil (*ibidem*, 1979).

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência. (SAFFIOTI, 2004, p.71)

Frente ao exposto, a violência⁷⁸ se manifesta em várias as esferas do convívio social, assumindo contornos diferentes quando se trata de uma questão

78 Segundo Odalia (2004, p. 22-23) nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violento demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas.

de gênero e entende-se que muitas vezes é naturalizada e minimizada, por se apresentar de forma psicológica, simbólica, emocional, etc.

A provedora de família unilinear atua sozinha a partir de diversificadas funções (mãe e pai, criar e cuidar dos filhos), acompanhando os filhos em todas as atividades que os mesmos requerem. Ademais, as atividades laborativas e a rentabilidade econômica tem influência direta sobre as relações sociais estabelecidas.

Existe grande diferença entre a reação de homens e mulheres quando no que tange ao declínio do poder aquisitivo, especificamente, após o rompimento do laço conjugal (LEITE, 2003). Os homens, quando fora do mercado formal de trabalho, tem aceitabilidade de novo emprego somente se este for similar ou melhor ao anterior, assim, dificilmente inserem-se em atividades que ofereçam nível salarial inferior. As mulheres provedoras de lar monoparental feminino, por sua vez, retornam ao mercado de trabalho com a primeira oferta, visto que em grande parte, não possuem alternativas se não aceitar uma remuneração mesmo que inferior. Isso se deve ao fato que estas mulheres tem dependentes sob sua responsabilidade que, em maioria, são crianças e/ou adolescentes.

Carloto (2005) elucida que nessas situações, a responsabilidade de sustentar economicamente a família fica ao encargo da mulher, mesmo quando a renda familiar é advinda de benefícios sócio assistenciais, como o Bolsa Família. A autora retrata que nos lares monoparentais femininos, muitas vezes, as demandas, como educação, saúde e lazer ficam aquém das necessidades sociais.

Sobre necessidades sociais, Pereira (2007) relata que, em que pese estas estejam na pauta de muitas discussões, é fundamental sua redefinição e demarcação no âmbito conceitual, político e normativo.

A autora retrata que os conceitos direcionados à este objeto – necessidades sociais - assumiram um local central na justificação dos direitos sociais e das políticas públicas⁷⁹. Os direitos sociais, devido sua natureza coletiva,

79 Oliva & Kauchakje (2009, p.24 apud KAUCHAKJE, 2007), conceituam as políticas públicas “como formas de aplicação dos artigos constitucionais e das leis que os regulamentam,

estão intrinsecamente relacionado com o conceito de necessidade, uma vez que princípios como igualdade, equidade e justiça social estão imbricados a ele (Ibidem, 2007). Assim as necessidades sociais não devem ser consideradas como algo que falta a um sujeito ou que é privado de algo. Para a autora

o principal critério utilizado para definir necessidades humanas básicas – e diferenciá-las de carências materiais, bem como de preferências, desejos, compulsões, sonhos de consumo - é o que se baseia nos *efeitos do não atendimento contínuo de necessidades socialmente compartilhadas*. O método consiste em verificar se as conseqüências desse não-atendimento causam sérios danos, ou prejuízos, isto é, se produzem degeneração efetiva na *integridade física* e na *autonomia* das pessoas a ponto de condená-las a uma vida sub-humana. (Ibidem, p.73)

É imperioso o reconhecimento que as necessidades humanas se configuram como necessidades sociais “com valores, finalidades e sujeitos definidos”, assim, concebe-se que estão relacionadas com a construção da cidadania, “pois isso equivale reconhecer a existência de uma força desencadeadora de conquistas sociais e políticas” (Ibidem, p. 68).

Nessa perspectiva, quando existe o conhecimento que as necessidades sociais devem ser supridas sem atribuí-las o mínimo, mas sim o suficiente. Segundo Pereira (2006) embasada por Brage (1999), as necessidades sociais são identificadas no âmbito das relações sociais, assim são determinadas por formas concretas de vida e, conseqüentemente, não existem a priori.

Dessa feita, não existe uma necessidade (de apenas um sujeito, individual), mas sim, necessidades (de vários sujeitos, que são sociais), bem como não é correto falar sobre sujeitos de necessidades, mas necessidades que são supridas pelos sujeitos que as têm em comum.

Carloto e Gomes (2011) abordam uma discussão emergente na contemporaneidade, que são projetos e programas de geração de renda com enfoque em políticas públicas voltadas para mulheres de baixa renda. As autoras

afirmando também que a lei estabelece os objetivos da política, os instrumentos institucionais de sua realização e outras condições de implementação. São instrumentos de ação do governo a serem desenvolvidas em programas, projetos e serviços que são do interesse da sociedade”.

citam que os programas e políticas públicas propõem “novas” alternativas para que as mulheres de baixa renda tenham a oportunidade de trabalhar com empreendimentos e auto-gestão.

Em contrapartida, as autoras colocam em pauta a efetividade de tais programas sociais, que abrangem famílias monoparentais femininas, caracterizando-os como compensatórios e focalizados. Carloto e Gomes (2011) questionam a viabilidade e acessibilidade desses na realidade social das mulheres que se encontram na linha de pobreza e afirmam que acabam por configurar-se em paliativos encontrados pelo sistema econômico neoliberal, uma vez que tem se mostrados excludentes quando reafirmam a divisão sexual do trabalho, buscando a manutenção do sistema capitalista.

As medidas das políticas públicas de geração de renda para mulheres não colocam no cerne da questão a divisão sexual do trabalho, nem as desigualdades entre os sexos que refletem diretamente nas condições objetivas de trabalho e na colocação histórica da “função” feminina, além de não discutirem a relação de poder que permeia as relações sociais entre homens e mulheres.

As autoras citam que para tais políticas públicas e políticas de geração de renda sejam efetivas e intervenham de forma real na vida das mulheres, especificamente das que se encontram em situação de monoparentalidade, é preciso compreender o contexto socioeconômico em que estas estão inseridas em relação ao trabalho. É preciso considerar também, os baixos salários pagos e a precarização das atividades laborativas exercidas por maioria feminina. Tal ponderação é de suma importância para a propostas, planejamento, implantação e implementação de políticas públicas e de programas de geração de renda, que visem à autonomia econômica e a emancipação de mulheres provedoras de lar monoparental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família monoparental sempre existiu no meio social, embora constitucionalmente reconhecida somente com a Constituição Federal de 1988. A família, anteriormente concebida como a comunidade formada por meio do casamento, sofreu significativa influência das modificações sociais, políticas e econômicas, passando de um conceito único e restrito para um conceito plural.

Dados da PNAD (2012) demonstram que entre 1992 e 2011 o número de famílias com configuração nuclear diminuiu 14,5% (em 1992 somava 62,8% dos e em 2011 teve redução 48,3%). Em 2011, as composições como casais sem filhos e famílias monoparentais masculinas somaram juntas 24,6% e as famílias monoparentais femininas somaram a proporção de 16,4%.

Em que pese entre 2010 e 2011 o percentual de famílias monoparentais tenha diminuído, comparado as estatísticas de 2009 já expostas no presente trabalho, esta configuração têm adquirido expressividade nos últimos anos que merecem devido destaque e estudos aprofundados.

As mulheres provedoras de família monoparental feminina, atuam sozinhas, a partir de diversificadas funções e, por vezes, deixam de atender às suas necessidades individuais como lazer, educação, cultura e lateralizam sua auto-realização, para se dedicar à família.

Não obstante, as provedoras de famílias monoparentais femininas são estigmatizadas, devido à construção sócio-histórica e cultural que se criou em relação à mulher, tendo como alicerce, uma estrutura patriarcal capitalista.

É imprescindível que sejam formuladas políticas públicas compreendendo as condições objetivas dessas famílias, que tanto se singularizam, por todos os fatores já evidenciados. Entretanto, não devem ser compensatórios e focalizados, pelo contrário, devem abarcar a viabilidade e acessibilidade na realidade social das mulheres.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Maria Cristina L.A.; BRAGA, Maria da Graça R. **Reflexos acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis** - vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2 dez 2006 .

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.105, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 maio 2012 às 23:00.

_____. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. In: **Revista Virtual Textos e Contextos**, PUC Rio Grande do Sul, v.4, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>> Acesso em 05 de abril de 2013 08:00.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. Ed, São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento>>. Acesso em: 06 de setembro de 2013.

KAUCHAKJE, Samira; OLIVA, J.C.G.A. As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. In: **Revista Katálisis**, v. 12 n. 1 p. 22-3. Florianópolis, 2009.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Famílias Monoparentais: A situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. 2ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Ed. **Revista dos Tribunais**, 2003.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Brasília, Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en America Latina y el Caribe. 2005.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Jonabio. B; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. In: **Revista Jurídica**. nº v. 10, n. 92, p.01-30. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2012

SARTI, Cyntia. A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). Famílias: redes, laços e políticas públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

VITALE, Maria Amalia Faller. Famílias monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 71.a. XXIII. São Paulo: Cortez, set. 2002, p.45 – 62.

O DESCOBRIDOR E REDESCOBRIDOR DO BRASIL NOS ANOS DE 1930

ANÁLISE DA VISÃO DE GILBERTO FREYRE E SÉRGIO B. DE HOLANDA

Juliany Helen das Graças Pinto⁸⁰

RESUMO

Este artigo pretende compreender o que foi o Brasil nos anos de 1930 através dos textos clássicos de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Para tanto, primeiro será apresentada a biografia e as principais influências teóricas dos autores; em seguida, um resumo dos principais objetivos de “Casa Grande e Senzala” e “Raízes do Brasil”; por último, quais as semelhanças e diferenças da tese defendida pelos intelectuais. Por meio desta análise será possível certificar que Freyre tinha uma visão contemplativa do Brasil ao contrário de Holanda que possuía uma visão propositiva.

Palavras-chave: Gilberto Freyre. Sérgio Buarque De Holanda. Pensamento Social Brasileiro.

ABSTRACT

This article intends to understand what was Brazil in the 1930s through the classic texts of Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. To do so, first their biographies will be presented just as their main theoretical influences, and then a summary of the main goals of “Casa Grande e Senzala” and “Raízes do Brasil”. lastly, will be shown which are the similarities and differences of the thesis defended by intellectuals. Through this analysis it will be possible to make sure that Freyre had a contemplative view of Brazil, unlike Holanda, who had a propositive vision.

Key-words: Gilberto Freyre. Sérgio Buarque De Holanda. Brazilian Social Thought.

INTRODUÇÃO

80 Estudante da graduação de Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Relações Internacionais (NEPRI-UFPR). Contato: julianyhelen@ufpr.br

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são considerados, por José Reis (2001), o Descobridor e o Redescobridor do Brasil, respectivamente⁸¹. Em função disso, pretende-se compreender com mais afinco qual é a visão destes intelectuais em relação ao Brasil nos anos 1930.

Para tanto, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, será exposta a biografia de Freyre e Holanda, além das principais influências teóricas dos mesmos. Na segunda, os principais objetivos das obras clássicas “Casa Grande e Senzala” e “Raízes do Brasil” serão resumidas. Na terceira e última parte serão identificadas as aproximações e distanciamentos das teses defendidas por cada um dos autores aqui tratados. Por intermédio desta análise, será possível inferir que a visão sobre o que era o Brasil na década de 30 para Freyre era contemplativa, de maneira oposta à Holanda, que tinha uma visão mais propositiva.

Com efeito, a importância de abordar este tema é trazer para o debate acadêmico dois clássicos da sociologia brasileira de modo não desfavorável, ou seja, não afirmar que um autor é melhor que o outro, mas sim expor quais os pensamentos de cada um dentro de seus contextos pessoais e intelectuais. À vista disso, considerar a importância de Freyre e Holanda no momento em que escreveram e sobre o que colaboraram.

1 VIDA DE GILBERTO FREYRE E SERGIO BUARQUE DE HOLANDA: COM MUITAS IDAS E VINDAS⁸²

O percurso de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda foi mudado por diversas vezes ao longo do tempo, nesta seção o objetivo é apresentar em síntese quais foram estas mudanças e quais as consequências delas.

81 No desenvolvimento da segunda seção será exposto com mais detalhes este atributo dado aos intelectuais.

82 No sentido de existir muitas mudanças na vida de cada um dos autores. Mudanças de território inclusive, com isso, os autores puderam ter experiências intelectuais estrangeiras para formar a própria opinião a respeito do Brasil.

Gilberto de Melo Freyre nasceu em 1900 na cidade de Recife. Fez sua carreira acadêmica em artes plásticas, jornalismo, *designer* e letras, embora não tenha cursado todas estas graduações, tinha conhecimento de todas elas. Estudou Ciências Sociais e Artes nos Estados Unidos, onde foi convidado a se naturalizar norte-americano, não aceitou. Retornou a sua cidade natal em 1924, porém voltou aos Estados Unidos depois de 1930 onde lecionou na Universidade de Stanford, logo depois viajou para a Europa.

Em 1932 voltou ao Brasil, para o Rio de Janeiro, local em que escreveu sua obra “Casa grande e Senzala”. Freyre não pode ser considerado exclusivamente um sociólogo, um historiador ou um antropólogo, pois em sua obra há resquícios dessas três grandes áreas.

Na história desse intelectual podemos anexar uma parcela da visão de Varnhagen⁸³, que foi de um patriotismo parcial e unilateral. O Brasil colonial, cheio de relações de exploração, conflito e divisão foi visto por Varnhagen como uma nação unida. Era um historiador oficial, abordando sempre o lado desejado pelos governantes, uma visão unilateral e hierárquica a respeito da cultura indígena. Para ele, os hábitos desenvolvidos, as crenças respeitadas e a organização estabelecida nas aldeias eram inferiores aos chamados “hábitos civilizados” dos portugueses. (REIS, 2001).

Freyre é considerado um “Neo-varnhageniano”, com prefixo *neo*, pois não tem todas as características de Varnhagen, porém, este foi o primeiro a escrever uma história bem documentada e fundamentada e foi isso que Freyre herdou daquele autor. José Reis tem uma enorme afeição por Freyre, nota-se isso no início do capítulo destinado à Freyre: “(...) Neo-varnhageniano, Conservador e... Genial!” (REIS, pág 51, 2001)

83 Este estava ligado ao Instituto de História e Geografia do Brasil (IHGB), um órgão financiado pelo governo central, com o objetivo de criar uma história do Brasil que mostrasse o país como uma extensão da civilização europeia na América. Assim, a presença europeia deveria ser ressaltada, enquanto que negros e índios estariam excluídos das menções históricas. O trabalho do autor inicia-se após a independência do Brasil, um momento no qual o país estava recém-formado, sem unidade, identidade nacional ou história nacional. Varnhagen é o historiador incumbido de desenhar uma história para a nação, traçando assim também um perfil para o país.

Quando Freyre estava na Europa, sentia receio por não ter com quem conversar sobre Kant, Pascal, Spencer, Hegel, Nietzsche, Schopenhauer, Marx, Spinoza, Bergson, James, entre outros (REIS,2001). Desde sua adolescência admirava Herbert Spencer e até dizia que ele superava Karl Marx, apesar deste último também fazer parte dos intelectuais aos quais acreditava. Spencer foi um pensador de tendência positivista, mas rompeu com a postura científica fechada, soberana.

Freyre assimilou a postura conciliatória de Spencer. Desejava ver a realidade social, e particularmente o Brasil, pela lente conciliatória. Por isso, admirava a relatividade teórica e metodológica presente no pensamento de Spencer. Esta relatividade não deve ser confundida com o relativismo exacerbado que tudo aceita ou com o ceticismo que apregoa a impossibilidade de toda certeza (COELHO, 2007, p. 37).

Com efeito, Freyre não pode ser considerado nem um sociólogo muito menos um antropólogo, pois teve influências das mais variadas. Portanto, este intelectual deve ser enquadrado na ótica do Pensamento Social Brasileiro, ele pensou e escreveu sobre o nosso Brasil sob várias perspectivas.

Além de escrever e ler muito, Gilberto foi Deputado Federal pela União Democrática Nacional em 1946; em 1942 foi preso por denunciar ações de nazistas e racistas do Brasil; em 1954 apresentou suas ideias a respeito dos conflitos raciais na Assembleia Geral das Nações Unidas; recebeu o título de Sir - Cavaleiro do Império Britânico pela Rainha Elizabeth. (Prefeitura de São Paulo)

Este intelectual viajou o mundo e absorveu influências por onde passou para então ter sua concepção do que foi o Brasil⁸⁴ e como deveria ser o Brasil em sua obra-prima “Casa Grande e Senzala”, deixando o mundo acadêmico em 1986 quando faleceu.

Dois anos após Freyre nascer, um novo e estimado intelectual nasceu em São Paulo: Sérgio Buarque de Holanda da Cunha. Como influência acadêmica teve seu pai, professor universitário, como grande inspiração. Holanda estudou em escolas da cidade de São Paulo, mudou-se para o Rio de Janeiro e a Faculdade

84 A explicação da relação do povo brasileiro como reflexo da Casa Grande será feita na próxima seção

de Direito na Universidade do RJ foi cursada E, depois, concluída em 1925. (Prefeitura de São Paulo).

Ele, além de carregar o título de “explicador do Brasil”, possuiu diversas atribuições, podemos citar que Holanda foi jornalista, professor na Universidade do Distrito Federal, professor convidado em Universidades da Europa, América Latina e EUA, historiador, missionário cultural da ONU, sociólogo, burocrata e, não menos importante, foi também um boêmio conhecido das rodas de samba e amigo dos mais expoentes poetas brasileiros, dentre eles Vinicius de Moraes.

Como jornalista teve um percurso, também, internacional, trabalhou em Berlim no final da década de 20 e só voltou ao Brasil no começo dos anos 30, mas isso não impediu o autor de se dedicar a outras atividades, pois já em 1936 sua obra-prima "Raízes do Brasil" fora publicada pela primeira vez.

Com a repercussão de Raízes do Brasil, S.B.H. foi convidado a dar aulas em algumas Universidades dos Estados Unidos e de lá só voltou em 1946, quando em São Paulo assumiu a direção do Museu Paulista. Em 1958, depois de passar lecionando na Itália alguns anos, ele assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira, já na Universidade de São Paulo, onde em 1962 tornou-se presidente do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

O intelectual faz parte de uma geração que já teve acesso a especializações e estudos no campo da história e mesmo nas ciências ditas sociais, por isso, não é um historiador amador como Varnhagen. Holanda é um profissional com textos de personalidade própria, mas que teve influência teórica, principalmente, de Weber e Simmel e também de Marx e Boas, este último explicitamente quando defende o particularismo histórico de cada nação para construção de sua história única.

O autor se dizia moldado por tantas influências que não só as das instituições educacionais que passou, que podemos dizer que ele é um fruto único de tantos encontros, formais e informais de contribuições eruditas que teve ao longo de sua vida. Embora reforçemos que apesar de não citar Weber, Simmel, Cohl e Dilthey, todos estes são muito presentes em sua metodologia. Sergio

utilizou também diversos relatos de viajantes como fonte para formular sua nova teoria até 1982, quando faleceu.

Sergio Buarque de Holanda foi um decifrador de nossa terra, decifrador este que não mede as palavras para criticar acidamente nossos problemas, mas sempre crendo que tomadas as devidas medidas de corrigir o passado para garantir o futuro, “esta terra ainda vai cumprir seu ideal”⁸⁵ de não mais desejar ser um “imenso Portugal”, parafraseando seu filho Chico Buarque.

2 PENSAMENTOS E OBJETIVOS POR TRÁS DAS OBRAS: “CASA GRANDE E SENZALA” E “RAÍZES DO BRASIL”

Depois de influências do exterior Freyre desenvolve, no Rio de Janeiro, o livro “Casa Grande e Senzala” que foi publicado em dezembro de 1933. Em função desta obra, Freyre é um dos mais importantes e criticados autores, em especial por Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros que não acreditam na democracia racial. É Freyre que funda a ideia e tenta falar de cultura e não de raça.

Segundo Freyre, para a formação da identidade nacional quase não houve conflito entre as três raças, ou seja, houve, e há, harmonia entre elas.

A modernização não deve apagar o que houve no passado, ou seja, a modernidade deve conter resquícios dos anos anteriores. Freyre veio de uma família aristocrática e isso pode explicar o porquê da visão de que é o Senhor (de terras) que rege o Brasil e não o Estado, por isso este último não está interessado nos problemas da nação. Em consequência, o intelectual prefere não romper com o passado.

As duas palavras de extrema importância na obra de Freyre são **mestiçagem e raça**. Para explicar o Brasil, se deve olhar para a Casa Grande e será constatado que é esse sistema que congrega tudo - a Casa Grande agrega o sistema econômico, social, religioso, além de constatar o clima da região e muito mais; aquela é a que existe para a contribuição harmoniosa entre as três raças: “A

85 Para ver letra da música completa visitar sítio: <http://letras.mus.br/chico-buarque/71165/>

miscigenação que largamente se praticou aqui, corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a Casa Grande e a Senzala” (Freyre, 2004)

Com isso, olhar para a Casa Grande é entender o Brasil. Freyre também considerava que a escravidão tinha sido benéfica, pois, com isso, as três raças ficaram juntas num mesmo país.

Freyre desprezou as categorias de análise histórica; não apresenta uma cronologia clara; seus recortes são temáticos; suas fontes são fracas e inexistentes. Esta última crítica é retirada por Reis (2001) quando este compara Freyre a Varnhagen, que foi o primeiro historiador a fazer uma história bem documentada.

O título deste artigo (o Descobridor e o Redescobridor do Brasil nos anos de 1930) expressa a divisão que José Reis fez em seu livro “Identidades do Brasil”. Há os Descobridores do Brasil, aqueles que não querem romper com o passado - acreditam que a continuidade é a melhor opção -, em oposição aos Redescobridores que querem romper com o passado e reescrever a história do Brasil, ou seja, aprender com os erros do passado e não repeti-los.

Em continuação se versará sobre a obra de um dos Redescobridores do Brasil mais importantes, Sergio Buarque de Holanda com sua obra “Raízes do Brasil”.

Segundo Holanda, os portugueses tentaram recriar, em terras brasileiras, a sua origem. A eles coube também a implantação do regime da exploração latifundiária adotada, onde a presença do negro foi fator obrigatório para o desenvolvimento dos latifúndios coloniais.

Os colonizadores do Brasil buscavam por aqui a riqueza sem sacrifício, ou seja, riqueza a custo da sua ousadia e do trabalho escravo. Entretanto, a agricultura não era tão levada a sério por Portugal, pois não trazia o gênio aventureiro, era uma atividade que exigia tempo para perceber os efeitos benéficos, além de haver uma escassez da população - o que não permitia uma

emigração de trabalhadores rurais em larga escala. Além disso, a vegetação florestal dificultava o trabalho agrícola.

Sérgio Buarque de Holanda compara o fato de que em Portugal também há uma grande parcela da população que é constituída por “homens de cor” – escravos e escravas – tal qual no Brasil e muito das características atribuídas aos nossos indígenas – intemperança, ociosidade diante qualquer esforço disciplinado, etc. – são hoje comuns aos tradicionais padrões de vida de classes nobres.

A obra é de um valor histórico-social inestimável e nos permite, junto com outras, como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, ter uma visão geral do processo de colonização do nosso país e da formação da sociedade e da mentalidade brasileira. *Raízes do Brasil* é uma nova interpretação do processo civilizatório de nosso país e uma crítica provocadora da nossa formação histórica, já que Holanda não acreditava na continuidade de um Brasil-português e se coloca como um redescobridor que propõe um romper, saudável por hora, com o passado, um passado reformulado para que os brasileiros possam compreender como não deverão construir seu futuro.

“Para inventar um futuro é preciso saber quem somos e gostar do que somos e, para isso, será preciso reconhecer nossas raízes ibéricas. A construção de uma sociedade nova exige a adequação do pensamento à realidade, esta adequação pressupõe um reencontro com a nossa história. É o que ele (S.B.H.) fará: para pensar o que o Brasil deveria ser, ele discutirá o que somos, de onde viemos, de que espírito fomos feitos. E quando o pensamento encontra a realidade, o diagnóstico é simples e duro: somos *neoportugueses*.⁸⁶” (REIS, pág: 123, 2001).

3 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DOS INTELLECTUAIS – À GUIA DE CONCLUSÃO

Gilberto Freyre foi considerado um “neovarnhageniano”, conservador e genial. Este não pode ser considerado nem um historiador, nem um sociólogo, ele está num período com especificações, mas ao contrário de Sergio Buarque de Holanda não pode ser considerado um historiador.

86 “Eis o que significa ser *neoportuguês*: Os brasileiros agem de forma mais aventureira do que como trabalhadores” (REIS, pág.127, 2001).

Por quê “neovarnhageniano”? Ele faz um reelogio a colonização portuguesa e S.B.H. se aproxima mais do Capistrano de Abreu⁸⁷ por se esforçar em “redescobrir o Brasil”.

“Nos anos 1930 a realidade brasileira nua e crua tornou-se a questão chave de um pensamento brasileiro que se quer puro e duro. Todos os intelectuais querem decifrar o enigma do Brasil e interferir na produção de seu futuro.” (REIS, pág. 117,2001)

Freyre tinha um olhar senhorial, tinha um sentido psicológico e acreditava que tudo poderia ser explicado pelo encontro das raças que acontecia na Casa Grande. Ambos acreditavam na cultura (em função da influência de Franz Boas) como explicação do Brasil, ou seja, a relação/interação de diversas culturas constituiria a Nação. A cultura brasileira para o Sergio Buarque é muito portuguesa, a mudança que ele propõe é cultural, em outras palavras, não adianta mudar a política porque a cultura continuará sempre a mesma.

As principais interpretações do Brasil moderno nos anos 30 tinham uma compreensão mais exata do país: analisam a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, as relações entre a burguesia brasileira e o capitalismo associado, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, as religiões e a nação, a formação do povo e a multiplicidade racial, a modernidade e a tradição. (REIS, pág. 118, 2001)

Neste trecho fica bem claro o que estava ocorrendo nos anos de 1930 e conseqüentemente o que Freyre e Holanda estavam pensando ao escrever suas obras.

Para demonstrar a diferença conceitual de Holanda e Freyre podemos aludir à maneira como cada um tratou a alimentação, ou melhor, a mudança de alimentação do português quando chegou ao Brasil. Freyre afirma que “o português no Brasil teve de mudar quase radicalmente o seu sistema de alimentação, cuja base se deslocou, com sensível déficit, do trigo para mandioca”.(Freyre, p. 14, 2004). Ao contrário daquele que diz "onde lhe faltasse o

87 Segundo Reis, Capistrano de Abreu também pode ser considerado um redescobridor do Brasil, por sua capacidade de inovar e mudar a escrita da História. Esta, antes, era escrita através do olhar português, com Capistrano o olhar foi do povo que habitava o Brasil – os índios. Para saber mais sobre a visão de Capistrano, indico a leitura de sua obra intitulada como “Capítulos da história Colonial” e o capítulo dedicado a este autor no livro “Identidades do Brasil” de José Carlos Reis.

pão de trigo, aprendia a comer o da terra, e com tal requinte, que a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia".(Holanda, 2008).

Os dois intelectuais tratados neste artigo têm algumas diferenças em função das divergências de cunho pessoal e em consequência destas há os distanciamentos conceituais por terem tido influências diferentes. Entretanto, analisam o mesmo período histórico de um mesmo país, ou seja, há também algumas aproximações. Sergio de Holanda, por exemplo, tem duas linhas de argumentação, sendo uma destinada ao nosso tradicionalismo e a outra para nossa revolução, assim como Freyre que “vê a história pelos seus inúmeros lados (...)” (REIS, 2001, p.55). Além de que ambos os autores não veem a miscigenação como algo prejudicial à “raça” brasileira.

À vista disso⁸⁸, a visão que Freyre tinha do Brasil era contemplativa ao contrário de Holanda que tinha uma visão mais propositiva do que estava ocorrendo em 1930 e as heranças de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: CERTAUT, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1982.

COELHO, Claudio Marcio. **Gilberto Freyre**: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala. 2007. Disponível em: <http://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/Gilberto%20Freyre.%20Indiciarismo.%20emoção%20e%20política%20na%20casa-grande%20e%20na%20senzala.pdf>. Acessado em: 18/03/2013.

DIAS, Maria O. L. da Silva. **Política e Sociedade na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**. In: CANDIDO, Antônio (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998.

88 O objetivo deste artigo não foi a de fazer uma longa revisão das obras e conceitos específicos de Freyre e Holanda, para quem tiver o interesse de saber mais sobre as aproximações e distanciamentos dos textos e conceitos escritos, recomendo a leitura do artigo escrito por Karoline Biscardi Santos, disponível em: <http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC2/KAROLINEBISCARDI1.pdf>

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sérgio Buarque de Holanda na USP**. 1994, vol.8, n.22, pp. 269-274. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300033>>. Acessado em 18/03/2013

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo. 2008.

HOLLANDA, ANA. Raízes do Brasil: **Documentário**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=etUEsguoUx4>>. Acessado em 17/03/2013

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Biografia de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/>>. Acessado em 15/10/2013.

REIS, José Carlos. “Anos 1930: Gilberto Freyre” e “Anos 1930: Sérgio Buarque de Holanda”. In: REIS, José Carlos. In: **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA VÂNIA PENHA-LOPES

Entrevistadores: Carolina Ribeiro e Roberto Jardim

A Sociologias Plurais entrevistou a professora Vânia Penha-Lopes, que aceitou conversar conosco enquanto ministrava o minicurso *RELAÇÕES RACIAIS COMPARADAS: BRASIL E EUA*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PGSOCIO/UFPR); Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFPR); Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFPR); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR) e o Instituto de Estudos Avançado de Mobilidade Social. Vânia Penha-Lopes, Ph.D., é professora titular de Sociologia no Bloomfield College, em Nova Jérsei, EUA, codiretora do Seminário do Brasil na Universidade Columbia, em Nova Iorque (2010-presente) e membro do comitê executivo da Brazilian Studies Association-BRASA (2010-14). É doutora em Sociologia pela Universidade de Nova Iorque (1999), com pós-doutorado em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). É também mestra em Sociologia (1991) e em Antropologia (1987), ambos pela Universidade de Nova Iorque, e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982, com distinção acadêmica). A Professora Doutora Vânia é congressista e palestrante na América do Norte, América do Sul e Europa e é autora de vários artigos, em inglês e português, sobre relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, ações afirmativas comparadas, família e masculinidades. Durante sua passagem pelo Brasil em 2013, Vânia Penha-Lopes lançou o livro *Pioneiros: Cotistas na Universidade Brasileira* pela Paco Editorial.

Sociologias Plurais. Como você vê o campo da Sociologia nos Estados Unidos, em especial nas áreas de estudos raciais e étnicos e na área de estudos de gênero, pensando especialmente em comparação a essas mesmas áreas no Brasil?

Vânia. Eu lido com professores brasileiros, eu mantenho uma agenda intelectual no Brasil e os meus colegas do Brasil estudam raça também. Não posso falar sobre o Brasil todo, mas a impressão que eu tenho, estudando o tema de ações afirmativas desde 2002, é que houve uma revitalização de estudos de raça no Brasil, pois sempre houve uma discussão. Pra mim, a discussão nunca acabou, mas ela ganhou um novo ímpeto com as políticas públicas. No Rio de Janeiro, o fato de a Uerj ter sido a primeira a implantar as políticas, a discussão acontece nos jornais, não é só no meio acadêmico, está na mídia o tempo todo; mas, no meio acadêmico, também tem muita produção sobre isso. Também na UnB encontramos muitas discussões sobre estudos raciais e étnicos. Em São Paulo, também, de certa forma,

com o Antônio Sérgio Guimarães e Valter Silvério. Na Bahia, temos a Ufba e o Neab promove essas discussões todas. Então, eu acredito que são lugares, tirando São Paulo, porque tem menos negros, mas Rio e Bahia são lugares onde a presença negra é maior do que aqui no Paraná.

Pensando agora essa área em comparação com os Estados Unidos, raça é um conceito tão fundamental lá quanto aqui e existe uma tradição muito, muito longa e rica de estudos sobre raça. Temos, por exemplo, as teorias pseudocientíficas do século XIX. Também no começo do século XX tem muita produção, mas ainda muito racista; saíram de pessoas que claramente eram eugenistas, mas tem pessoas como o Du Bois. Penso que ele se formou em 1895 em Harvard e ele praticamente começa os estudos de raça, porque chega a trabalhar com a Escola de Chicago, mas na Escola de Chicago eram estudados os imigrantes, aí se comparavam os imigrantes uns com os outros, mas os negros não tinham uma presença forte em Chicago. Na virada do século XIX para o XX, Du Bois realizou um estudo do negro da Filadélfia, e aquilo ali foi pioneiro, porque é um estudo estatístico de um bairro de uma região metropolitana da Filadélfia. Ele fez um trabalho de censo mesmo, mapeou as ruas, o número de casas, entrevistou as pessoas. Esse foi um trabalho que marcou a Sociologia americana e é sobre o negro. Depois Du Bois também fez um livro que é seminal, é um livro de ensaios, não é um livro metodológico de Sociologia, como o que citei antes, mas é um livro fundamental. Em inglês se chama *The Souls of Black Folk*, que seria “As Almas dos Negros”, “do Povo Negro”, mas não sei se foi traduzido oficialmente para o Brasil. Esse livro é de 1903 e, até hoje, é lido. Eu sou uma das pessoas que dá esse livro nos cursos, não no curso básico de raça e etnia, mas nos cursos mais avançados, todos tem que ler. Mas é um livro muito difícil, o Du Bois é muito difícil de ler, muito rebuscado, é um autor extremamente erudito e muito orgulhoso da erudição dele. E ele falava várias línguas, então tem expressões em alemão, latim, francês e, muitas vezes, o aluno não procura o que quer dizer, prejudicando a leitura e o entendimento. E é difícil de entender, também, porque ele estava na controvérsia com Washington, que achava que os negros deviam fazer trabalhos manuais e não usar a cabeça, que era ideia bem que “nós não podemos”. Mas por que um negro não pode estudar gramática francesa? Du Bois escreveu nesse livro: “Por que não se pode estudar os clássicos?” Pode sim. Então, tem alusões à mitologia grega, o que complica o entendimento se não for uma leitura atenta. Esse livro é lido até hoje nos Estados Unidos; quem estuda raça sempre se remete a esse livro, porque é nele que o Du Bois escreve, logo no comecinho do século XX: “O problema do século XX é o problema da linha da cor”, “*The problem of the twentieth century is the problem of the color line*” e pronto! Porque isso fechou tudo, porque a gente pode hoje em dia falar: “Ah, mas hoje estamos no século XXI, o problema ainda é da linha de cor?” É, podemos dizer que sim. Não digo que nada tenha mudado. Claro que muita coisa mudou, mas a cor ou a raça continua sendo um status mestre, então aquilo foi fundamental; e o livro é fininho, um livro tipo *Estigma* (de Goffman), fininho

e difícil. Então tem esse “problema da cor” e o mais interessante é ele publicando esse livro em 1903, onde ele já diz: “e não é só nos Estados Unidos; isso é um problema mundial”, ou seja, ele já está antecipando questões da globalização, do pan-africanismo que vem muito depois, pelo menos uns 20, 30 anos depois da obra dele, mas ele já estava pensando nisso, que são os povos colonizados, os povos africanos e asiáticos, que não são brancos, que são explorados pelos povos que são brancos. Então, é um trabalho pioneiro.

Du Bois também fala em um dos ensaios sobre música negra, falando das *sorrow songs*, das músicas de lamentação, fala das músicas que os escravos cantavam enquanto trabalhavam, que deram origem a tudo, ao blues, ao rock, tudo vem dali, aí ele escreve sobre elas. Tem um artigo sobre o filho dele, que morreu por falta de atendimento, pois tanto os médicos negros quanto os médicos brancos não queriam atendê-lo com medo de serem acusados de cruzar a linha da cor. Os médicos negros poderiam ser linchados se o fizessem, e os médicos brancos se recusavam a cruzar a linha da branquidão, de cor, porque o garoto era negro, embora fosse louro de olhos azuis. Então, tudo está ali. E, além disso, tem um ensaio sociológico sobre relações raciais nos Estados Unidos em geral e no sul em particular. Então, num dos artigos, por exemplo, ele faz ... uma abordagem sociohistórica das condições do sul depois das condições do negro no sul depois da Abolição, então Du Bois diz: “Depois da Abolição, eles agora são livres, mas eles não têm terra; numa economia de agricultura, quem não tem terra é explorado”. Então ele conta como os negros são explorados, aí ali tem dados estatísticos, ele fala de divisão de classe entre os negros do sul, e isso é em 1903, mas tem uma série de livros; Oliver Cox, por exemplo, um autor marxista que achava que o racismo era uma condição do capitalismo. Cox tem um livro chamado *Caste, Class, and Race* (“Casta, Classe e Raça”), no qual ele fala como os membros da classe dominante convencem as classes trabalhadoras de que elas são diferentes por causa da cor e é por isso que elas não se unem contra o capitalismo. É um argumento totalmente marxista. Cox também era negro. Ele é uma pessoa que, hoje em dia, não é muito mencionada, talvez por ele ter sido claramente comunista, porque os Estados Unidos são bem anticomunistas. Embora eu não concorde com ele, nessa ideia da raça ser subordinada ao capitalismo, é um livro também que influenciou muita gente.

O que eu quero dizer com isso é que em toda década, desde a virada do século XIX para o XX, em todas as décadas se pode reconhecer pelo menos um trabalho sobre relações raciais nos Estados Unidos; todas as décadas. E continuando hoje, um livro que ganhou o prêmio da Associação Americana de Sociologia, um livro excelente, escrito por Melvin L. Oliver e Thomas M. Shapiro. O Oliver é negro, o Shapiro é judeu branco. O título do livro é *Black Wealth, White Wealth*, (“Riqueza Branca, Riqueza Negra”). É um livro que foi publicado entre 1995 e 1996; um livro maravilhoso. Dois sociólogos que escreveram sobre porque que a classe média negra é diferente da classe média branca nos Estados Unidos, aí eles falam porquê,

né? É uma análise histórica também, porque aos negros não foram permitidos acumular capital, uma vez que o trabalho escravo fora apropriado por outrem. Quando acabou a escravidão, eles não tiveram condições de se inserir no mercado de trabalho consistentemente e, por conseguinte, os herdeiros deles não herdaram nada além de dívidas. Esses pensadores fazem uma análise de hábitos, por exemplo, o fato de as crianças de classe média branca crescerem ouvindo falar em investimentos, em ações, enquanto que as crianças negras são completamente ignorantes sobre isso porque os negros não tem investimentos. Eles analisam também de quanto em dinheiro o governo federal deve aos negros não só por causa da Abolição mas porque, depois disso, o governo federal não incluiu os negros nos incentivos, nos subsídios, no *welfare*. Então, eles não tiveram acesso à casa própria, à educação, mesmo até depois de 1964. As mudanças são recentes.

Dos autores que discutem raça nos Estados Unidos, tem também o William Julius Wilson, que inclusive foi presidente da Associação Americana de Sociologia; ele é negro e trabalha raça e classe. A raça nos Estados Unidos tem uma posição de destaque na disciplina, embora isso não quer dizer que todo mundo leia sobre. Pois quando eu estudei Sociologia da Família, fiz um curso de leitura nessa área e minha professora não sabia nada, nunca tinha lido nada sobre Sociologia da Família Negra. Há uma tradição longuíssima também, Dubois, E. Franklin Frazier, Moynihan e Jesse Bernard, Carol Stack - a Carol Stack é antropóloga -, Andrew Billingsley, os MacAadoo, que eram um casal, marido e mulher; olha quantos eu estou citando, e ela não tinha lido nenhum deles, nenhum. Então é claro que isso é uma atitude racista. Se você estuda família, você só estuda a norma - a família branca -, mas enfim, o estudo está lá. E no meu caso também, eu queria estudar, mas no departamento da NYU não tinha ninguém que estudasse raça. Todos diziam que tinha que haver alguém da área dos estudos raciais. Hoje em dia tem, mas não tinha naquela época, contudo eu fiz minha tese de doutorado sobre homens negros, pois a professora permitiu que eu fizesse a pesquisa com esse tema, embora ela fosse especialista em gênero e família, mas não em raça. Resumindo: no país como um todo hoje, é uma área fértil.

Sociologia/ Plurais. Bom, pelo que você relata, parece mais fértil que aqui. Eu acho que talvez aqui, neste estado [Paraná], nesta cidade [Curitiba], é mais complicado também porque a cidade tem uma mentalidade do século XIX. É uma cidade que sofreu um processo de embranquecimento, na verdade, os negros daqui, eles moram na região metropolitana.

Vânia. Colombo [cidade da região metropolitana de Curitiba], não é? Eu já ouvi falar.

Sociologia/ Plurais. Eles não são bem vindos no centro, isso é evidente, isso é estrutural. Soa estranho perguntar em Curitiba “onde estão os negros? Onde estão as pessoas negras da cidade?”. É uma palavra tabu aqui. É uma ausência, um *não falar*. E as pessoas de Curitiba cresceram com isso. É bem interessante o processo de construção da identidade da cidade. Então, no Paraná, acho que essa exclusão, esse silêncio [sobre a questão racial], fez parte dessa ideia: “Não vamos falar sobre isso também, não vamos falar sobre isso na academia, a gente não sabe onde eles estão”.

Vânia. E tem um conceito chamado imigrante involuntário, que é do Lieberson. As pessoas pensam em imigrante como aquelas pessoas que estavam fugindo ou que queriam melhores condições de vida. Saiu [de sua terra natal], mas optou por sair; mas os escravos também eram imigrantes, imigrantes involuntários. Eles foram arrancados de suas terras. As pessoas [dizem]: “Ah, mas se a pessoa está passando dificuldade econômica, dificuldades econômicas no seu próprio país, não é uma questão de opção”. É sim, porque a pessoa ainda tem a opção de escolher o local pra onde imigrar, por exemplo, ir pro Brasil, pros Estados Unidos, ou ir pro Canadá. Agora, o escravo, não. “Olha, ouvi dizer que no Rio tem uma baía maravilhosa, que a enseada de Botafogo é linda, eu vou pra lá, eu vou pra lá em vez de ir pro nordeste, que é muito quente”. Não foi assim não. Eles vieram em navios, jogados. Então eles eram imigrantes involuntários, quer dizer, aqui no Paraná não se tem nem a ideia de negro como descendente também de imigrante, porque vieram de outro país e então imigraram.

Sociologia/ Plurais. A segunda pergunta segue nessa linha também: considerando o cenário acadêmico da Sociologia, qual a importância de se dialogar entre a tríade Gênero, Classe e Raça dentro dos estudos sociológicos?

Vânia. É algo que acho que é básico da Sociologia e, desde o fim dos anos 80, eu diria que nos Estados Unidos se fala na intersecção dessas três categorias, que são básicas para a estratificação social. Essas três categorias existem separadamente; como conceito são distintos, mas como práxis, como convivência social, é muito difícil separá-los. Eu digo pros meus alunos que ninguém tem opção de ser hoje só mulher, amanhã não, “agora eu estou negra”. Cada indivíduo já é o exercício daquela intersecção. Então, hoje em dia, nos Estados Unidos, um acadêmico que escrevesse um trabalho - não que a pessoa tenha que ser especialista nas três áreas - mas que não leve em consideração essas áreas e a intersecção entre elas, seria muito, muito fácil de criticar o trabalho. A mulher tem pontos em comum com todas as mulheres, mas aí tem cada disparidade de classe, etnicidade e raça que não dá para falar na mulher, e geralmente quando falam “a mulher” estão falando na mulher branca, de classe média, porque quando é a mulher branca pobre, eles vão falar a mulher pobre. Então, essa intersecção, a importância é de se abrir os olhos para o papel da normalidade, do normativo, porque quando não se fala se torna

normativo. Se você não pensa [sobre isso] então é porque “ué, não é assim?”, como “cadê os negros?” “Ué, mas não é normal ter negro aqui, aqui todo mundo... aqui todo mundo é normal”, ou seja, branco. Então é a mesma coisa nos estudos raciais, eu acho que é central.

Sociologia Pluralis. E pensar os estudos sociológicos considerando essa intersecção é ainda algo recente e que precisa ser amadurecido?

Vânia. O que me alertou para isso foi quando eu estava fazendo o curso de Sociologia da Família, que eu já, eu estava interessada em estudar homens, como eu falei, em estudar a masculinidade, e um livro, que é até um livro de, que eu não sei se aqui tem. É uma antologia, uma coletânea, o título era “As Vidas dos Homens”, *Men’s Lives*, e ele, no prefácio - e eu fiz um curso com um dos autores, o Michael Kimmel, que é um expoente, o cara que praticamente começou estudos de masculinidades nos Estados Unidos - diz que numa aula dele uma aluna negra falou para uma aluna branca: “Quando você se olha no espelho, o que que você vê?” “Uma mulher”, e ela falou, “Bom, quando eu me olho no espelho, eu vejo uma mulher negra”. Aí ele falou, é a mesma coisa com os homens. Então, o que a aluna queria dizer era: você vê a norma, uma mulher branca, mas o branco é a norma; então, nem se fala [de sua cor]; e os homens também, “Ah, eu sou homem”. Mas as experiências dos homens negros, dos homens asiáticos nos Estados Unidos são muito diferentes das dos brancos. Então, por exemplo, nos Estados Unidos não tem locutor asiático, tem locutora asiática, locutor não, eles fazem..., eles são repórteres, mas eles não se sentam à mesa e isso é porque, aí eles tem um argumento, que o homem asiático é visto através de estereótipos segundo os quais ele é o ninja que quer destruir o mundo - que é uma ideia antiga da Segunda Guerra Mundial, o “perigo amarelo” - ou então samurai, o kung fu, porque chinês é asiático. Ou então, ele é efeminado, ele não tem pêlo, não tem muito pêlo, ele é mais baixo, em média, do que o homem branco, eles não são muito musculosos. Como as emissoras querem que o locutor passe uma ideia de autoridade deixando evidente a mensagem “Eu estou lhe falando, ditando essas notícias, passando-as como corretas”, o homem asiático fica de fora. Mas aí se pode perguntar: “E a mulher asiática então? Como é que tem?”. Pra começar que não são muitas, mas tem algumas, e desde os anos, desde o começo dos anos 80 existe locutora asiática. Isso acontece porque o estereótipo da mulher asiática é o de que ela é, ao mesmo tempo, sedutora e humilde. Então, a proposta de uma locutora asiática não é “Eu estou lhe passando essas notícias com autoridade”, é “Eu vou contar isto pra você e espero que você goste”. É algo assim; eles jogam com o estereótipo. Mas isso tudo em um livro sobre homens, pra ver como com os homens também existe a norma. Mas muitos deles não seguem a norma. Por quê? Por causa do recorte de raça e classe e etnia.

Sociologia/ Plurais. Então, sigamos, resgatando um pouco da história brasileira. Percebemos que as cotas sociais, de recorte de classe, cotas para indígenas, para a inserção das mulheres no congresso, bem como as cotas para os filhos e filhas de fazendeiros e trabalhadores rurais, conforme a Lei do Boi, de 1968, tiveram um nível de aceitação social muito acima do que vemos em relação às cotas raciais. O que simbolizam as cotas raciais no Brasil? Por que essa resistência da sociedade brasileira em aceitá-las?

Vânia. O problema não é com as cotas em si, o problema é com a raça. Muita gente não sabe sobre a Lei do Boi e eu também não sabia até eu começar a estudar cotas. Muita gente não sabe das cotas para mulheres nos partidos políticos, como eu não sabia até 2002. A *Veja* publicou um artigo em 2006, “Ódio Racial”, “Convite ao Ódio Racial”, dizendo como as cotas universitárias iam levar a um acirramento de animosidade racial no Brasil. Então, em um outro artigo eu escrevi: “Bom, ninguém falou que as cotas pra as mulheres nos partidos políticos, vagão pra mulheres no metrô iriam levar a uma guerra de gênero, que as pessoas iam sair, homens e mulheres iam brigar, ninguém falou nisso”. Os brasileiros são mais abertos a cotas pra deficientes físicos do que para negros, mais abertos a cotas pra indígenas do que pra negros, mais abertos a cotas sociais - as cotas “Não, tinham que ser sociais, por que e o branco pobre?”- do que pra negro. Então o problema não é com as cotas, o problema é o racismo, e como, pela primeira vez, tem alguma vantagem em ser negro no Brasil, pela primeira vez com as cotas isso acontece, aí o racismo que se dizia velado aflora. Por que o que está acontecendo? As pessoas, elas tem razão, é claro que se é uma questão de cotas, certo número de vagas vai ser alocado pra esses grupos de minorias, vai ser alocado para negros. A questão que fazem é: de onde vão sair essas vagas? Das vagas que anteriormente eram todas para os brancos, e argumenta-se: “Não, mas era universal, era para todo mundo”, mas a maioria acabava sendo pros brancos. Então, acho que a questão é essa, penso que as cotas fazem as pessoas confrontarem o racismo, porque, não é uma questão de justiça? Então vamos acabar com todas as cotas, pra mulher, pra deficiente físico, pra filho de fazendeiro, né? Em 2006, quando eu estava no Rio fazendo meu pós-doc - meu pós-doc foi esse estudo de histórias de vida de alunos cotistas -, encontrei um amigo de faculdade de minha irmã. Quando eu falei pra ele sobre meu tema de pesquisa, ele logo falou: “Ah, eu sou contra!”. Pra mim não é uma questão de saber se alguém é contra ou a favor das cotas, é um fenômeno que eu estudo como outro qualquer. Então vamos analisar o que estão falando sobre as cotas, o que são as cotas, como elas podem ser comparadas com outras cotas, porque as pessoas falam que é como nos Estados Unidos e não é. As políticas públicas não são sobre indivíduos, as políticas públicas são para um grupo, então não interessa se eu precisei ou não; isso é irrelevante.

Sociologia Pluralis. A próxima pergunta trata também da relação Brasil e Estados Unidos: considerando que as relações raciais no Brasil seguem uma dinâmica de uma suposta democracia racial, orientada pela ideologia do branqueamento, implícita nas estruturas das instituições brasileiras, e nos Estados Unidos a gente vê uma dinâmica um pouco diferente de segregação racial direta e explícita, quais as similaridades e diferenças das aplicações de políticas afirmativas no Brasil e nos Estados Unidos?

Vânia. Acho que a principal semelhança é que em ambos os países as políticas são compensatórias, vieram para compensar os séculos de exploração do trabalho negro e séculos de exclusão do negro da sociedade civil, e isso é explícito em ambos os países. Eu acho que isso é o que há de mais nos dois programas. Já as diferenças são muitas, porque o público-alvo nos Estados Unidos é bem menor do que no Brasil, porque os Estados Unidos, como tiveram uma definição de raça como conceito binário, é muito mais fácil identificar quem seriam os beneficiários dessa política, embora não seja 100% perfeito, porque como lá é ascendência, já houve caso nos Estados Unidos de pessoas visivelmente brancas pedirem para serem reavaliados. Teve um caso de dois irmãos em Boston, acho que na década de 80 ou no começo da década de 90, que fizeram prova para bombeiro em uma cidade grande dos Estados Unidos e eles não passaram. O que tinha acontecido entre os anos 60 e 80 é que várias cidades tinham modificado os critérios de admissão de bombeiros - não que eles tivessem cotas pra bombeiros, porque nunca houve cotas nos Estados Unidos, mas eles criaram critérios que davam mais pontos, tipo o sistema da USP. Então, mais pontos para latinos e para negros, porque os latinos em Nova Iorque alegaram que certos parâmetros, certos requisitos pra ser bombeiro em Nova Iorque excluía os latinos, mas por quê? Tem que ter altura "X". Eles argumentaram que o portorriquenho médio não tem essa altura, e por que é que o bombeiro tem que ter essa altura X? Tem que ter essa altura para apagar o fogo? Não tem que ter. Assim, foram bem sucedidos e outros lugares adotaram essa política. Então, se a pessoa se declara negra ou latina no formulário de inscrição, quando faz a prova ganha mais pontos. Os dois irmãos se declararam brancos, estava a foto deles lá, brancos; não passaram. Aí eles tiraram uma foto de uma bisavó do baú, do fundo do baú, que também para mim não tinha nada de negra, para mim era branca também. Daí, pode-se pensar: "Ah, não, mas ela era. Vamos dizer, alguma porcentagem negra, vamos dizer..."

Sociologia Pluralis. 32 avos, como é que se falava?

Vânia. Não, o 1/32 avos é de Mississippi, é essa definição, até 1/32 avos é negro. Aí a controvérsia foi essa. Não me lembro se eles foram admitidos ou não, mas eles alegaram que eram negros. É algo que também aconteceu na UnB, com gêmeos, onde um foi aceito o outro não foi; mas como é que pode, ser a afrodescendência não tem a ver com a cor da pele, tem a ver com a ascendência? Assim, nos Estados

Unidos, de modo geral, é mais fácil provar que se é negro com o argumento: “Ah eu sou negro, porque eu tenho essa ascendência”, e aqui, aqui é mais controverso porque, quem é negro no Brasil? Podemos dizer que é quem a polícia prende, quem é assassinado. E é verdade.

Sociologia/ Plurais. Passando mais para a discussão de gênero, as mulheres negras têm uma participação muito ativa dentro dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista. Como você vê a situação atual da luta política dessas mulheres dentro do cenário brasileiro ou estadunidense?

Vânia. Bom, não é minha área, não estudo movimentos feministas, então o que eu vou falar é impressionista. No Brasil, no Brasil, eu sei que tem esses grupos, como Geledés e Fala Preta, então eu sei que existe uma militância. Eu sei que a militância negra feminina é muito antiga, a Luísa Mahin, que é do século XIX, e a Lélia Gonzales, nos anos 70, 80, 90 até ela morrer nos anos 90. Lélia era filósofa, antropóloga, mas também era militante. E hoje em dia, é Edna Roland. Eu acho que tem questões que são particulares à mulher negra, na sociedade em geral, no movimento feminista e dentro do próprio movimento negro, pois ele, como qualquer outra instituição, tem também o seu lado machista. Então, as mulheres negras tem que achar o seu lugar. Nos Estados Unidos dos anos 70, quem chamou muita atenção pra isso foi a Angela Davis. Tem uma matéria curtinha que saiu numa revista para a mulher negra, *Essence*, ... cujo título era “Feminismo É uma Coisa de Preta”, e aí nesse artigo, a bell hooks falava que as mulheres negras tendem a olhar as instituições, os grupos feministas, como uma coisa de mulher branca; primeiro porque a mulher negra não tem tempo para isso; segundo porque as mulheres brancas estão lá reivindicando mais salários, e elas [as mulheres negras] estão reivindicando mais tempo para ficar em casa, porque elas trabalham demais, mas que as mulheres negras têm que entender que as questões feministas também têm a ver com a situação da mulher negra na sociedade. A parte mais radical do movimento por direitos civis nos Estados Unidos, né, depois que, depois do assassinato de Martin Luther King ficou muito mais... acabou com esse negócio de virar o outro rosto e não violência, “a gente vai pegar em armas se necessário”, que é um movimento que já era paralelo, mas aí com a morte deles ficou mais...

Sociologia/ Plurais. Não são os “Panteras Negras”?

Vânia. Os Panteras Negras, mas não só eles, como outros indivíduos que o FBI matou, mas não necessariamente os Panteras Negras, mas que eram vociferantes nessa coisa de “não interessa o que tem que tiver que fazer”. A “Nation of Islam”, Nação do Islã, também é separatista, e dizia: “Se tiver que pegar em arma, a gente pega”. Nesse contexto, em uma reunião do Movimento Negro, uma mulher negra se levantou e perguntou a um dos líderes: “Qual é a posição da mulher negra no movimento?”. Ele respondeu: “Prone”, ou seja, de bruços, ou seja...

Sociologia Pluralis. Dando filhos...

Vânia. Também, ou nem precisava dar filhos, né? Agora eu estou citando um dos textos que meus alunos leem em Sociologia da Família, falando que mesmo em um grupo oprimido por raça e por classe, a questão de gênero é importante porque, até porque mesmo no caso desses homens, se eles são, eles também são oprimidos pela sociedade, então eles já são menos homens aos olhos da sociedade porque eles não têm tanto poder quanto os homens brancos, então acaba que eles transferem aquela frustração para as pessoas mais próximas deles, ou seja as mulheres deles. Então pode acabar sendo mais, sendo machistas mesmo, sexistas com as mulheres. Então é por isso que a questão do gênero é tão importante entre os negros, porque é mais uma forma de opressão que divide os dois, porque a raça une. A opressão racial une, a opressão por classe une, a opressão por gênero divide.

Sociologia Pluralis. Bom, além dessas cisões que os movimentos sociais das mulheres negras, com os homens negros, também com as mulheres brancas, entre outras, toda essa movimentação, nós vemos que entre os militantes negros, e também entre os acadêmicos negros, as discussões sobre estética e relações de gênero dividem opiniões, como a professora falou, o gênero divide. Sendo uma discussão que gera um ponto de tensão e que não se conseguiu fazer de maneira mais ampla, mais tranquila. Então a gente fala à a partir da fala de uma pedagoga e cientista social da PUC, a Claudete Alves, que realizou um estudo em 2008, numa pesquisa sobre casamentos inter-raciais e não inter-raciais e que revelou, além da solidão da mulher negra nos grandes centros urbanos, o fato de que essas mulheres eram preteridas para os relacionamentos e, entre outras coisas, os homens não tinham preparo e não tinham vontade de falar sobre o assunto. Dessa forma, queremos saber como a professora vê toda essa relação complexa desses casamentos inter-raciais?

Vânia. É complexo, porque no Brasil nunca houve lei contra, mas houve a prática contra, e como a escravidão no Brasil foi a mais longa das Américas, e como a gente já viu que as escravas não eram donas dos próprios corpos, então o estupro das mulheres, das escravas e depois das ex-escravas, era comum e não era nem considerado estupro, seguindo o pensamento “ué, é minha mesmo, é minha propriedade” e depois da escravidão foi com a empregada doméstica; podemos imaginar quantos homens brasileiros não se iniciaram, perderam a sua virgindade com as “Marias”. O Telles mostra que em termos de casamento legal, a incidência é menor e é muito mais comum relações sexuais inter-raciais, mas casamentos inter-raciais são mais raros, embora sejam mais comuns aqui do que nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos existiu uma proibição legal contra casamento inter-racial até 1967; duas semanas atrás fez 46 anos da decisão da Suprema Corte, *Loving v. Virgínia*. Nos Estados Unidos, no sul principalmente, era muito comum os

homens brancos chegarem, pegarem mesmo, e falarem “Ela que quis”, e daí, “*She is a nigger, I’ll do whatever I want with her*”, ou seja, “Ela é crioula, faço o que eu quiser”. Não era nem crime, mas era crime se casar e, até 1967, acho que eram 19 estados que ainda tinham essa lei, então os Loving, que eram um homem branco casando com uma mulher negra, o que é raridade; é muito mais comum nos Estados Unidos um homem negro casar com uma mulher branca do que o contrário. No caso dos Loving, o homem era branco e eles se conheciam desde a adolescência, se casaram em Virginia e logo foram para Washington DC, porque eles sabiam que era contra, que eram criminosos, que estavam violando a lei. Anos depois eles voltaram, de propósito, justamente para contestar essa lei. No geral, nos Estados Unidos tem muitos casos assim de mulheres escrevendo e até estudos como as mulheres negras... ah é, tem um estudo sobre fronteiras raciais, *racial borders*, como as pessoas, como é que, é uma outra maneira de se estabelecer identidades raciais né, como é que você sabe que você é negro? Porque existem barreiras, existem fronteiras, as fronteiras não são geográficas mais, porque o ato de 64 acabou com isso, então não é geográfico, mas são fronteiras estabelecidas através da interação. Então ela fala, como é que essas fronteiras são mantidas? Porque as pessoas do grupo monitoram com quem as pessoas daquele grupo se interagem, com quem elas interagem, quem elas namoram, com quem elas casam, então elas falam que entre os brancos, os brancos monitoram os brancos e os negros monitoram os negros, os brancos monitoram as mulheres brancas, porque a mulher branca é quem mantém a pureza racial, porque ela tem o útero, a criança sai dela.

Sociologia Pluralis. Uma nova questão: o pensamento social brasileiro começa fortemente marcado pelos estudos raciais, seja com os primeiros e com as primeiras tentativas dos ensaístas de interpretar a sociedade brasileira, e/ou propor projetos de nação, tais como o Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, seja com Florestan Fernandes, numa fase mais científica das Ciências Sociais, bem como através de pensamentos de Fernando Henrique, embora ele diga “esqueçam o que eu escrevi”, e Otávio Ianni, que ambos trabalharam raça, entre outros, mas hoje essa temática está à parte, fechada nos nichos de pesquisa sobre estudos raciais, ela perdeu espaço dentro da academia. O que você acredita que possa ter acontecido para ter esse deslocamento epistemológico?

Vânia. Bom, mas aí é que está, eu não acho que isso, que isso esteja acontecendo, eu não acho. Eu acho que isso é particular.

Sociologia Pluralis. Você acha que isso é localizado?

Vânia. Eu acho que sim, porque o Brasil, o momento que a gente está vivendo agora, é como 1920 com essa questão toda de “nação”, é isso que eu falo também no meu livro, que o que está acontecendo é uma nova concepção de nação, porque

a questão é: quem são os brasileiros? A maioria agora é afrodescendente. Como Skidmore mostrou que do censo de 1890 para o censo de 1920, a população negra tinha diminuído vertiginosamente, que estatisticamente era impossível, porque estatisticamente uma população só pode diminuir vertiginosamente por duas variáveis, uma hecatombe, em que haja uma mortalidade em massa, ou seja, que muitas pessoas morram antes do tempo esperado, ou por causa de emigração, muita gente saindo. Diminuiu o censo? Não foi o caso no Brasil naquela época. Então, o que aconteceu? Os negros emigraram? Não. Tantos assim morreram em 30 anos? Não. Então foi porque muitas mães, muitos lares brasileiros começaram a dizer que eles não eram negros e é as pessoas passaram a dizer, “Não, mas eu sou moreninho, então vou botar branco”.

Sociologia Pluralis. Para finalizar, na sua opinião, o que a professora acha precisa ser debatido academicamente na Sociologia, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, sobre as questões de classe, raça e gênero?

Yânia. Eu vou dar uma resposta radical: eu acho que é impossível estudar ou se formar em Sociologia, seja no Brasil, seja nos Estados Unidos, sem estudar classe. É impossível porque vai ter que ler Marx e Weber. Durkheim não falou muito de classe, mas Marx é classe, Weber é continuação, é uma elaboração do conceito de classe no status, então para se formar sociólogo você tem que saber sobre classe nos estudos, mas você não tem necessariamente que saber sobre gênero e sobre raça. Então é essa minha resposta, foi uma resposta básica. Tanto aqui quanto lá, o que é necessário é tornar raça e gênero ~~em~~ também matérias obrigatórias, como classe é, porque classe é tão obrigatória que é a norma; quando você estuda teoria sociológica você estuda classe, mas você não estuda na teoria sociológica nem raça, nem gênero. Para voltar como eu comecei a entrevista, ninguém é só classe. Para a maioria das pessoas, eu acho, nos Estados Unidos pelo menos, estudam Sociologia, mas não seguem a carreira; a Michelle Obama, por exemplo, é formada em Sociologia, na graduação, e depois ela fez Direito, ou seja, a graduação dela é em Sociologia, mas ela não é socióloga, mas estudou. Então, como muitas das pessoas que estudam Sociologia não seguem a carreira, então para que estudar Sociologia? Vamos pensar, Sociologia não vai achar a cura para nada, mas o que é que a Sociologia ensina à gente? Que ferramentas a Sociologia nos dá? A Sociologia nos ensina a pensar criticamente, qualquer coisa que aconteça: “Ah, as manifestações”; “cadê os, os negros nessa foto?” É isso aí. A Sociologia nos dá “imaginação sociológica”, que é aquele termo do Wright Mills. Dessa forma, se a pessoa não vai ter nenhuma outra oportunidade de estudar Sociologia, então que ela receba realmente essas ferramentas para ela aplicar na vida dela: “pera aí, isso está acontecendo comigo não é porque eu sou malandro, porque eu sou burra, é porque está tendo uma crise econômica e muita gente está perdendo o emprego, não sou só eu”. “pera aí, não deixaram! É porque eu sou preta? É por isso? Porque eu estou vendo que não tem problemas com os outros”. Isso é um pensamento

crítico, mas se a pessoa fez um curso, ah, de repente fez um curso de introdução à Sociologia, e aí o professor ou a professora dá aquela de “Ah, não vou lidar com raça e gênero porque é besteira”, aí a pessoa nunca é exposta a essas questões. Eu acho que é isso.

Sociologias Plurais. Obrigada, professora **Vânia**. Foi excelente. A *Sociologias Plurais* agradece a colaboração.